

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**  
**CURSO DE DIREITO**

**MARIA CLÁUDIA NEZNEK**

**O ACORDO DE LENIÊNCIA E A RESPONSABILIDADE CIVIL E  
ADMINISTRATIVA DA PESSOA JURÍDICA E DOS SÓCIOS E  
ADMINISTRADORES NA LEI 12.846/13.**

**CRICIÚMA**  
**2017**

**MARIA CLÁUDIA NEZNEK**

**O ACORDO DE LENIÊNCIA E A RESPONSABILIDADE CIVIL E ADMINISTRATIVA DA PESSOA JURÍDICA E DOS SÓCIOS E ADMINISTRADORES NA LEI 12.846/13.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. (a) André Afeche Pimenta

**CRICIÚMA**

**2017**

**MARIA CLÁUDIA NEZNEK**

**O ACORDO DE LENIÊNCIA E A RESPONSABILIDADE CIVIL E ADMINISTRATIVA  
DA PESSOA JURÍDICA E DOS SÓCIOS E ADMINISTRADORES NA LEI  
12.846/13.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado  
pela Banca Examinadora para obtenção do  
Grau de Bacharel, no Curso de Direito da  
Universidade do Extremo Sul Catarinense,  
UNESC.

Criciúma, 22 de novembro de 2017.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. André Afeche Pimenta - Especialista – Unesc - Orientador

Prof. Maicom Henrique Aléssio – Especialista - Unesc

Prof. Maurício da Cunha Savino Filó – Mestre - Unesc

**Dedico este trabalho à toda minha família  
pelo apoio e incentivo em todos os  
momentos.**

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus por ter me abençoado em todos os momentos com muita sabedoria, discernimento e força para vencer todos os obstáculos encontrados durante a trajetória do curso.

Agradeço imensamente a minha mãe que sempre me incentivou nos estudos, agradeço principalmente pelas suas orações que, com certeza, me abençoaram muito em toda a minha jornada de estudos.

Também agradeço ao meu esposo e minha filha que estiveram ao meu lado me apoiando e me incentivando em todos os momentos. Sou grata pela compreensão que tiveram comigo nos momentos que não pude dar a atenção devida para me dedicar aos estudos.

Agradeço a toda a minha família pelo incentivo e apoio.

Aos meus colegas de profissão pelo apoio e ajuda prestados em vários momentos durante a trajetória do curso.

Ao meu orientador André Afeche Pimenta pela sua disposição em me auxiliar no desenvolvimento do trabalho e à Professora Patrícia Farias pela suas orientações e auxílio no desenvolvimento do projeto monográfico.

A todos os meus professores por todo o ensinamento que me proporcionaram no curso.

Por fim, agradeço aos professores Maicom Henrique Aléssio e Maurício da Cunha Savino Filó por comporem a minha banca examinadora e pela análise do meu Trabalho Monográfico.

**"Sete pecados sociais: política sem princípios, riqueza sem trabalho, prazer sem consciência, conhecimento sem caráter, comércio sem moralidade, ciência sem humanidade e culto sem sacrifício."**

**Mahatma Gandhi**

## RESUMO

O presente trabalho teve o objetivo de realizar um estudo sobre a Lei 12.846/13, conhecida como a Lei Anticorrupção.

Primeiramente, propiciou, uma análise das responsabilidades civis e administrativas da pessoa jurídica e da pessoa física envolvidas em práticas corruptivas que causam prejuízos a Administração Pública e à sociedade em geral. Em segundo plano, promoveu um estudo sobre o instituto do acordo de leniência, no âmbito da Lei Anticorrupção, como instrumento de combate à corrupção. Por fim, verificou os efeitos gerados pelo acordo de leniência e a sua efetividade no enfrentamento da corrupção que assola o país, com foco no acordo celebrado entre Ministério Público Federal e a pessoa jurídica J&F Investimentos S.A.

Apesar de todas as fragilidades encontradas no acordo de leniência, ainda assim, a administração pública já firmou alguns acordos de leniência, logo, se forem feitas algumas reformulações no que tange aos benefícios concedidos ao celebrante, na extensão dos efeitos gerados pelo acordo e também promover o trabalho em conjunto entre Controladoria-Geral da União, Ministério Público Federal e Tribunal de Contas da União, o acordo de leniência poderá se tornar mais eficiente e atrativo. O Trabalho Monográfico foi realizado através do método dedutivo e qualitativo por meio de pesquisa bibliográfica e teórica, para isso foram utilizadas doutrinas, artigos, teses, monografias, leis, entre outros materiais.

**Palavras-chave:** Lei Anticorrupção. Responsabilidades Civil e Administrativa. Responsabilidade Objetiva e Subjetiva. Acordo de Leniência.

## **ABSTRACT**

The present work has the objective of carrying out a study on Law 12.846 / 13, known as the Anti - Corruption Law. Firstly, by providing an analysis of the civil and administrative responsibilities of the legal entity and of the individual involved in corruptive practices that cause prejudice to the Public Administration and to society in general. Secondly, to promote a study on the leniency agreement institute, under the Anti-Corruption Law, as an instrument to combat corruption. Finally, to verify the effects generated by the Leniency Agreement and its effectiveness in facing the corruption that afflicts the country, focusing on the agreement signed between the Federal Public Ministry and the legal entity J & F Investimentos S.A.

Despite all the weaknesses found in the leniency agreement, the public administration has already signed some leniency agreements, so if some reformulations are made regarding the benefits granted to the celebrant, to extend the effects generated by the agreement and also promote the joint work between the Federal Comptroller General's Office, the Federal Public Ministry and the Federal Court of Audit, the leniency agreement could become more efficient and attractive.

The Monographic Work was done through the deductive and qualitative method through bibliographical and theoretical research, for which doctrines, articles, theses, monographs, laws, among other materials were used.

**Keywords:** Anti-Corruption Law. Civil and Administrative Responsibilities. Objective and Subjective Responsibility. Leniency Agreement.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ampl.	Ampliada
Art.	Artigo(s)
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CF/88	Constituição Federal de 1988
CGU	Controladoria-Geral da União
CNEP	Cadastro Nacional de Empresas Punidas
Ed.	Editora
LAC	Lei Anticorrupção
MPF	Ministério Público Federal
Nº	Número
P.	Página
PMDB-ES	Partido do Movimento Democrático Brasileiro do Espírito Santo.
PPS-PE	Partido Popular Socialista de Pernambuco
PPS-PR	Partido Popular Socialista do Paraná
Rev.	Revisada
SBDC	Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência
TCU	Tribunal de Contas da União

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 DA RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA À LUZ DA LEI</b>	
<b>12.846/13.....</b>	<b>13</b>
2.1 Atos lesivos praticados contra a Administração Pública.....	15
2.2 Responsabilidade Civil e Administrativa.....	17
2.3 Responsabilidades das pessoas jurídicas e dos sócios e administradores....	21
2.4 Do Processo Administrativo de responsabilização.....	23
<b>3 ACORDO DE LENIÊNCIA.....</b>	<b>28</b>
3.1 Origens históricas do Acordo de leniência.....	30
3.2 Princípios norteadores do Acordo de Leniência.....	33
3.3 Análise do Acordo de Leniência na Lei 12.529/11.....	36
3.4 Programas Compliance.....	40
<b>4 EFEITOS E EFETIVIDADE DO ACORDO DE LENIÊNCIA.....</b>	<b>43</b>
4.1 Efeitos do Acordo de Leniência na lei de combate à corrupção.....	45
4.2 Conflitos de atribuições entre Ministério Público, TCU e CGU.....	50
4.3 Efetividade do Acordo de Leniência na Administração Pública Brasileira.....	55
4.4 Acordo de leniência celebrado com a J&F Investimentos S.A.....	59
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>71</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>81</b>
<b>ANEXO B.....</b>	<b>104</b>
<b>ANEXO C.....</b>	<b>129</b>

## INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, está aflorando na população em geral um sentimento de revolta com relação às práticas de corrupção na Administração Pública Brasileira.

A partir do momento em que as verbas públicas passam a atender às necessidades particulares e interesses privados, deixando de serem destinadas ao coletivo e aos interesses sociais, nesse ínterim o estudo em questão, se reveste de grande relevância social.

Diante das várias manifestações feitas pela população, tornou-se necessária a instituição de mecanismos para dar alento aos cidadãos, assim, foi editada a lei de combate à corrupção, conhecida como a Lei Anticorrupção (nº 12846/13), que regulamenta a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Proveniente do marco legal citado acima, foi instituído o acordo de leniência, o qual concede benefícios a pessoa jurídica que colaborar para o desenrolar da infração, tais como isenção ou atenuação das penalidades e sanções, tendo como objetivo a descoberta de outros envolvidos no ilícito e no alcance de informações e documentos que comprovem a infração apurada.

O presente estudo terá o intuito de pesquisar as responsabilidades civis e administrativas dos sócios e da empresa na referida lei, e quais os efeitos que serão gerados pelo acordo de leniência.

No primeiro capítulo será realizado um estudo sobre a Lei Anticorrupção nº 12846/13, a qual foi editada com o intuito de prevenir e penalizar os atos lesivos contra o Poder Público, dispondo de sanções e punições mais severas como forma de intimidar as práticas prejudiciais contra a Administração Pública por parte da pessoa jurídica.

No referido capítulo apresentar-se-á as condutas que tipificam ato lesivo contra a Administração Pública e também a forma de responsabilização da pessoa jurídica e da pessoa física, as quais geram questionamentos, tendo em vista que a pessoa jurídica será responsabilizada de forma objetiva e a pessoa física de forma subjetiva, ou seja, na primeira não se verificará a sua culpabilidade, restando comprovado o fato, o resultado e o nexo causal, a pessoa jurídica será

responsabilizada, já a pessoa física somente serão responsabilizadas se ficar comprovado que agiram com culpa ou dolo na lesão contra a Administração Pública.

Ainda no mesmo capítulo abordar-se-á sobre o processo de responsabilização, discorrendo sobre a sua competência, prazos e prescrição.

No segundo capítulo apresentar-se-á o acordo de leniência, o qual está previsto no art. 16 da Lei 12.846/13, que se refere a um acordo celebrado entre a autoridade máxima do órgão e a pessoa jurídica, haja vista que se houver colaboração desta no desvendar dos crimes contra a Administração Pública obterá a isenção ou atenuação das sanções e multas previstas para os crimes na Lei Anticorrupção, entretanto, não a isentará da responsabilidade de reparar integralmente os danos causados.

O referido capítulo trará as noções introdutórias sobre o tema, como a sua origem histórica, haja vista que o acordo de leniência não foi uma novidade trazida pela Lei Anticorrupção, pois outros países já faziam uso de tal instituto, abordar-se-á os princípios utilizados para propiciar maior legitimidade ao acordo, ademais, será realizada uma abordagem sobre a lei 12.529/11, apesar de não ser objeto de estudo do presente trabalho, com o intuito de questionar algumas diferenças relevantes entre o acordo de leniência da referida lei e do previsto na Lei Anticorrupção, por fim, comentar-se-á sobre o Programa Compliance, também conhecido como Programa de integridade, sendo uma forma de prevenção adotada pela pessoa jurídica para ter maior controle dos seus atos, através de auditorias, código de ética e de condutas, políticas e diretrizes, entre outros, cujo programa é levado em consideração no momento de formular a dosimetria da pena.

No terceiro capítulo serão averiguados os efeitos gerados pelo acordo de leniência à pessoa jurídica celebrante ou aderente, considerando que o acordo na Lei Anticorrupção somente pode ser proposto pela pessoa jurídica, assim, os efeitos somente serão estendidos as empresas que fazem parte do grupo e que firmarem o acordo em conjunto, não abarcando a pessoa física, situação essa que gera questionamentos, tendo em conta que a pessoa física envolvida não terá respaldo em virtude da sua colaboração.

A competência para celebrar o acordo de leniência na esfera do Poder Executivo Federal surte conflito entre a Controladoria-Geral da União (CGU), o Ministério Público Federal (MPF) e o Tribunal de Contas da União (TCU), pois a Lei Anticorrupção outorgou competência a CGU, no entanto, o MPF e o TCU alegam

que o acordo de leniência firmado pela CGU poderá causar insegurança jurídica e atrapalhar as investigações sigilosas em andamento. Entretanto, apesar da CGU ser a detentora da competência para firmar o acordo, o MPF diz que a sua legitimidade advém da Constituição Federal e da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92). Com relação as esferas Municipais e Estaduais a competência será da autoridade máxima do órgão que incorrer a infração.

No referido capítulo também será explanado sobre a efetividade do acordo de leniência na Lei Anticorrupção, haja vista ser um novo instrumento no combate à corrupção no Brasil.

Por fim, será realizada uma análise do acordo de leniência firmado pelo MPF com a pessoa jurídica J&F Invetimentos S.A, eis que o acordo de leniência decorreu de uma colaboração premiada já em andamento.

Diante de tantos atos lesivos contra a Administração Pública que ficaram impunes por falta de comprovação suficiente, a lei 12.846/13 e o acordo de leniência foram inseridos no ordenamento jurídico com o intuito de reduzir tal dificuldade do Estado de obter as provas necessárias para promover a punição dos responsáveis ou interromper os atos lesivos contra a Administração Pública.

## 2 DA RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA À LUZ DA LEI 12.846/13

Atualmente, o Brasil vem passando por sérios problemas de corrupção na Administração Pública, promovidos, principalmente, por pessoas jurídicas privadas em conjunto com gestores públicos, que exercem comportamentos antiéticos e imorais em prejuízo e desrespeito à sociedade, a qual é submetida a uma elevada carga tributária para obter em contrapartida, direitos sociais garantidos pela Constituição Federal, como saúde, educação, segurança, entre tantos outros, desta forma, tornando-se merecedora de alcançar tais direitos com excelência e qualidade.

Nas palavras de Simão e Vianna (2017, p. 17):

[...] o tema do combate à corrupção virou manchete quase diária nos veículos de imprensa. Não é por menos. Cada vez mais a sociedade passa a identificar a corrupção como um mal que afeta a todos, nos aspectos Sociais e econômicos. Com efeito, a corrupção desvia recursos que deveriam ser destinados para a saúde, educação e segurança pública, bem como distorce a economia de mercado, gerando resultados ineficientes e consequente repercussão na geração de empregos e na indicação de preços justos.

Para Senhoras (2016, p. 12) a manifestação da corrupção na Administração Pública ocorre através da inversão de valores da *res publica* pela *res principis*, ou seja, os gestores públicos deixam de atender aos interesses da coletividade para atender interesses políticos e de entes não estatais.

Diante das várias manifestações feitas pela população, tornou-se necessária a instituição de mecanismos para dar alento aos cidadãos, assim, foi editada a Lei nº 12846/13, conhecida como a Lei Anticorrupção e o acordo de leniência. (PEREIRA, 2016, p. 84).

Além de dar resposta às manifestações da sociedade, a criação da Lei 12.846/13 visou atender os compromissos internacionais que o Brasil firmou para combater a corrupção no país, como a Convenção Interamericana contra a Corrupção, de 29 de março de 1996, Convenção aprovada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 17 dezembro de 1997, e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, de 31 de outubro de 2003. (NAZÁRIO; SEGATO NETO, 2015, p. 05).

A Lei Anticorrupção foi instituída em 01 de agosto de 2013, com o intuito de responsabilizar civil e administrativamente as pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, todavia, tal responsabilização abrange as pessoas físicas, na pessoa dos dirigentes ou administradores. Sendo regulamentada pelo Decreto-Lei nº 8.420 em 18 de março de 2015.

A lei supramencionada foi estabelecida após a manifestação realizada pela população brasileira, em junho de 2013, buscando ética, moral e integridade por parte dos representantes do governo (CAMPOS, 2015, p. 161)

O parágrafo único do art. 1º da lei dispõe da abrangência das normas nela contidas.

Art. 1º [...]

Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta Lei sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente. (BRASIL, 2017).

A Lei Anticorrupção foi instituída no ordenamento jurídico brasileiro com o ímpeto de sanar uma lacuna existente na legislação, a falta de responsabilização das pessoas jurídicas nas práticas ilícitas contra a Administração Pública, apesar de existir um conjunto de leis e normas vigentes, porém, nenhuma abrangia a responsabilização da empresa, pelos atos lesivos contra o poder público. (NEGRÃO, PONTELO, 2015, p. 26).

A lei 12.846/13 promove uma relevante oportunidade de combater a corrupção no Brasil, eis que ela dispõe de responsabilidades civis e administrativas, tanto para o setor privado quanto para o público, algo que não era possível antes da lei. (NEGRÃO; PONTELO, 2015, p. 27).

A Lei Anticorrupção objetiva a promoção da prevenção ou a punição dos atos lesivos praticados contra a Administração Pública, contudo, dispõe de sanções e punições mais severas, as quais podem ir desde a responsabilidade objetiva da empresa, apreensão de bens, até a possibilidade da desconsideração da pessoa jurídica, tudo isso objetivando intimidar tais práticas prejudiciais à economia e o desenvolvimento do país.

## 2.1 Atos lesivos praticados contra a Administração Pública

O art. 5º da Lei 12.846/13 traz as condutas que configuram ato lesivo contra o poder público.

Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional. (BRASIL, 2017).

Os incisos I, II e III do supracitado artigo citam formas de recompensas às pessoas públicas para obter alguma vantagem que constituem ilícitos.

Sobre o assunto, discorre Drummond (2014, p. 72):

As recompensas financeiras que podem ser percebidas pelos agentes públicos são a eles destinadas pelo Poder Público, cabendo ao particular observar essa realidade e, de regra, não oferecer qualquer tipo de vantagem. É muito evidente que não se deve oferecer vantagem (de imediato cunho econômico ou não) a agente político ou a servidor público federal, estadual, municipal e do distrito federal, qualquer que seja o motivo. No máximo, o particular, excepcionalmente, guiando-se pelos estatutos de ética do funcionalismo ou de ética dos altos dirigentes do Poder Público, de



qualquer uma das esferas políticas, extraordinariamente, pode destinar ao servidor ou ao agente político pequeno presente na forma de cortesia, com valor econômico diminuto.

No entanto, o que vem ocorrendo no país, como noticiado na mídia, os “presentes” oferecidos aos servidores públicos ou aos agentes políticos possuem valores exorbitantes, colocando a situação financeira e econômica do país numa situação obscura.

O disposto do inciso IV trata das condutas que configurarão um ato lesivo quando praticadas em licitações e contratos. Entretanto, o art. 30, II da referida lei, menciona que a aplicação das sanções devido às condutas ilegais nas licitações ou contratos não afetam as previsões da Lei de Licitações (Lei 8.666/93). (BRASIL, 2017).

Para Neto e Freitas (2014, p. 03):

A Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos) é um exemplo de como o excesso da burocratização efetivamente fomentou a corrupção. Esse diploma, que tinha o fim de combater a corrupção nos procedimentos licitatórios — editado no auge de uma crise institucional decorrente do impeachment do então Presidente Fernando Collor — teve o efeito reverso. O formalismo procedimental que orientou sua edição acabou engessando de tal forma as contratações realizadas pelo Poder Público que provocou a prática de atos de corrupção por entidades que participam de licitações, notadamente pelo pagamento de suborno a servidores públicos e pela formação de práticas colusivas (cartéis).

A previsão do inciso V possibilita a responsabilização de quem tentar atrapalhar ou intervir na investigação e na fiscalização, tal dispositivo harmoniza-se com o art. 7º, inciso VIII, da citada lei, eis que este dispõe sobre o Compliance – Programa de integridade, objetivando tornar as empresas mais íntegras, através de mecanismos e procedimentos de integridade e auditoria (SILVA, V. O p. 275).

De acordo com Silva, V. O (p. 273) o rol do art. 5º da Lei Anticorrupção é exemplificativo e não taxativo, tendo em vista que a norma em questão é civil e não penal, bem como o referido artigo, em seu caput faz referência a todos os atos lesivos contra a administração pública, contudo, as expressões dos incisos e alíneas do dispositivo promovem uma interpretação ampla de ilicitude.

Assim sendo, na configuração do ato lesivo faz-se necessário a utilização do critério da razoabilidade (CAMPOS, 2015, p. 167), objetivando promover maior segurança jurídica e impedir que ocorram punições injustas.

## 2.2 Responsabilidade Civil e Administrativa

A Lei Anticorrupção foi instituída com o intuito de sanar uma lacuna existente no ordenamento jurídico brasileiro, a falta de responsabilização da pessoa jurídica, para isso, ela dispõe de responsabilidades civis e administrativas. (NEGRÃO; PONTELO, 2015, p. 26).

O art. 1º da lei 12.846/13 dispõe das principais formas de responsabilização da pessoa jurídica: “esta Lei dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira”. (BRASIL, 2017).

Braga Netto (2015, p.17) menciona que não se trata de responsabilidade civil do Estado, mas sim, da responsabilidade pelos danos causados contra o Estado, eis que este se encontra como vítima e não agressor.

O art. 2º da Lei Anticorrupção diz que a responsabilização civil e administrativa será objetiva: “as pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não”. (BRASIL, 2017).

As pessoas jurídicas serão responsabilizadas civil e administrativamente de forma objetiva pelos atos prejudiciais causados ao ente público, promovidos em prol de seu interesse exclusivo ou de outrem. (BRASIL, 2017).

Na responsabilidade civil, o agente causador da lesão ao ente público deve reparar integralmente o dano causado, conforme dispõe o art. 6º, § 3º da lei 12.846/13: “a aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado”. (BRASIL, 2017).

De acordo com Cavalieri Filho (2014, p.26):

O anseio de obrigar o agente, causador do dano, a repará-lo inspira-se no mais elementar sentimento de justiça. O dano causado pelo ato ilícito rompe o equilíbrio jurídico-econômico anteriormente existente entre o agente e a vítima. Há uma necessidade fundamental de se restabelecer esse equilíbrio, o que se procura fazer recolocando o prejudicado no *statu quo ante*.

Para Justen Filho (2014, p. 576) a responsabilidade civil tem o objetivo de recompor o patrimônio do agente que restou prejudicado pela conduta ilícita de outra

pessoa, ocorrendo o dever de indenizar as perdas e os danos sofridos pela vítima, no entanto, tal indenização não pode incorrer no enriquecimento da parte lesada.

A responsabilidade administrativa está prevista no art. 6º, em seu inciso I e II da referida lei, que dispõe de multa e a publicação extraordinária da decisão condenatória, estas poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulada. (CAMPOS, 2015, p.169), o referido artigo diz:

Art. 6º Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei as seguintes sanções:

- I - multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e
- II - publicação extraordinária da decisão condenatória. (BRASIL, 2017).

Para haver a responsabilização administrativa deverá ocorrer uma conduta ilícita administrativa. (CAMPOS, 2015, p.169).

Entretanto, se não for possível utilizar o critério de faturamento bruto da pessoa jurídica, a multa será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), segundo o art. 6º, § 4º da lei 12.846/13. Contudo, deve-se respeitar o limite disposto no inciso I do supracitado artigo, que estabelece que a multa nunca seja inferior à vantagem pleiteada, isso quando não for possível a sua estimação. (BRASIL, 2017).

Com relação à publicação extraordinária da decisão condenatória o parágrafo 5º do referido artigo explana como se dará a sua ocorrência.

Art. 6º:

§ 5º A publicação extraordinária da decisão condenatória ocorrerá na forma de extrato de sentença, a expensas da pessoa jurídica, em meios de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional, bem como por meio de afixação de edital, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, de modo visível ao público, e no sítio eletrônico na rede mundial de computadores. (BRASIL, 2017).

Essa sanção tem o intuito de promover maior publicidade à punição, propiciando que todos tenham conhecimento da infração e da sanção cometida pela pessoa jurídica. (DI PIETRO, 2014, p. 933).

A Lei Anticorrupção também prevê a possibilidade da desconsideração da personalidade jurídica, conforme dispõem em seu art. 14:

Art. 14. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa. (BRASIL, 2017).

Desta forma, se ficar comprovado que ocorreu o abuso da personalidade jurídica com o intuito de cometer ilícitos ou provocar a confusão patrimonial, sobrevirá à desconsideração da personalidade jurídica, com o ímpeto de impedir fraudes através da adulteração da personalidade da empresa. (CAMPOS, 2015, p. 179).

Para Dipp e Castilho (2016, p. 75) a desconsideração da pessoa jurídica permite alcançar a pessoa física que se utilizou da pessoa jurídica para encobrir a práticas ilícitas cometidas em seu favor.

No entanto, na aplicação das sanções devem-se levar em consideração alguns requisitos previstos no art. 7º da lei 12.846/13:

Art. 7º Serão levados em consideração na aplicação das sanções:

- I - a gravidade da infração;
- II - a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator;
- III - a consumação ou não da infração;
- IV - o grau de lesão ou perigo de lesão;
- V - o efeito negativo produzido pela infração;
- VI - a situação econômica do infrator;
- VII - a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações;
- VIII - a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica;
- IX - o valor dos contratos mantidos pela pessoa jurídica com o órgão ou entidade pública lesados. (BRASIL, 2017).

De acordo com Di Pietro (2014. p. 933), apesar de existir uma grande margem de apreciação para a Administração Pública, não há discricionariedade por parte desta, somente existiria se fosse apreciar a oportunidade e conveniência na escolha da sanção. Sendo que a sanção deverá ser fundamentada com um ou mais requisitos dispostos no artigo citado acima, ainda, é necessário considerar a razoabilidade entre o ilícito e a sanção.

Na mesma linha de raciocínio, Carvalho Filho (2013, P. 73) menciona: “a avaliação conferida ao administrador para aplicar a punição não constitui discricionariedade, como costuma afirmar a doutrina tradicional, e isso porque não há propriamente juízo de conveniência e oportunidade”.

A aplicação da sanção deve respeitar o princípio da proporcionalidade, ou seja, deve ser imposta a sanção que perfeitamente se adeque a conduta do infrator. (CARVALHO FILHO, 2013. p. 73).

O parágrafo único do art. 7º discorre que será de competência do Poder Executivo Federal estabelecer em regulamento os parâmetros de avaliação de mecanismos e procedimentos previstos no inciso VIII do referido artigo.

As sanções previstas na lei em questão, não podem afetar outros processos de responsabilização, conforme discorre em seu art. 30:

Art. 30. A aplicação das sanções previstas nesta Lei não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de:  
I - ato de improbidade administrativa nos termos da [Lei nº 8.429](#), de 2 de junho de 1992; e  
II - atos ilícitos alcançados pela [Lei nº 8.666](#), de 21 de junho de 1993, ou outras normas de licitações e contratos da administração pública, inclusive no tocante ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC instituído pela [Lei nº 12.462](#), de 4 de agosto de 2011. (BRASIL, 2017).

A Administração pública deve verificar se as sanções previstas na lei 12.846/13 não são aplicáveis pelas leis citadas acima, se for deverá proceder com a extinção do processo sancionatório, para não haver a possibilidade de cumular sanções idênticas, sob pena de caracterizar *bis in idem*. (CAMPOS, 2015, p. 173).

A Lei Anticorrupção ao promover sanções e punições mais severas atua no campo da prevenção, pois tal severidade acaba fazendo com que os possíveis infratores se abstenham da conduta corruptiva. (CAMPOS, 2015, p. 169).

Por fim, também objetivando a abstenção da prática corruptiva, a Lei Anticorrupção instituiu o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, com o objetivo de dar publicidade às sanções aplicadas pelos órgãos do Executivo, Legislativo e judiciário, previsto no art. 22 da mencionada lei. (BRASIL, 2017).

De acordo com Cavalheiro (2015):

O objetivo é facilitar a consulta sobre as pessoas jurídicas que pretendam de alguma maneira se relacionar com a administração pública. Todas as esferas de governo deverão alimentar o cadastro. O CNEP será de enorme utilidade se observarmos que, de acordo com a Lei de Licitações, a empresa apontada em tal cadastro deverá ser considerada inidônea, sendo que a Lei nº 8.666/1993 criminaliza a conduta do servidor que admite a licitação ou contrata empresa em tal condição.

A inscrição no CNEP tem o intuito de desencorajar a prática da ilicitude contra a Administração Pública, tendo em vista que a pessoa jurídica que for inscrita

será taxada como corrupta, promovendo uma propaganda negativa da empresa. (CAMPOS, 2015, p. 182).

Na opinião de Campos (2015, p. 182):

Assim, resta claro que este procedimento visa desestimular a prática de atos ilícitos contra a Administração Pública, uma vez que será divulgada a imagem da empresa como corrupta, tratando-se, portanto, de uma propaganda negativa para a pessoa jurídica ou, ainda, de uma espécie de rotulação de “empresa ficha suja”.

Diante do exposto sobre as responsabilidades civis e administrativas das pessoas jurídicas, fica notório que a Lei Anticorrupção poderá ser um expressivo instrumento de combate à corrupção, se for aplicada de acordo com as suas disposições.

### **2.3 Responsabilidades das pessoas jurídicas e dos sócios e administradores.**

Inicialmente, cabe conceituar o termo pessoa jurídica, tendo em vista que as principais responsabilizações a ela dizem respeito.

Para Diniz (2002, p. 206) pessoa jurídica é “a unidade de pessoas naturais ou de patrimônios, que visa à consecução de certos fins, reconhecida pela ordem jurídica como sujeito de direitos e obrigações”.

De acordo com o art. 40 do Código Civil as pessoas jurídicas podem ser de direito público, interno ou externo, e de direito privado. (BRASIL, 2017).

Para ocorrer o reconhecimento da pessoa jurídica privada perante o ordenamento jurídico ela necessita adquirir a personalidade jurídica, e esta ocorre com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, conforme determina o art. 45 do Código Civil:

Art. 45 Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo. (BRASIL, 2017).

O art. 985 do referido Código dispõe que “a sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos”. (BRASIL, 2017).

Então, para que a pessoa jurídica exista deve estar em conformidade com a legislação vigente e constituída através da sua inscrição no registro competente para tanto.

Apesar da regra na legislação brasileira ser a responsabilidade subjetiva, determinada pelo art. 927, parágrafo único do Código Civil, no entanto, a lei 12.846/13 traz em tela a responsabilização objetiva para a pessoa jurídica pelos atos cometidos contra o poder público. (DI PIETRO, 2014. p. 929).

O art. 1º da supramencionada lei discorre sobre a responsabilidade objetiva: “esta Lei dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira”. (BRASIL, 2017).

Abdo (2016, p. 76) define a responsabilidade objetiva como aquela que dispensa a análise do dolo ou da culpa do agente infrator, sendo necessário apenas o nexo causal entre a conduta do agente e o dano causado para advir à obrigação de reparar o prejuízo. A responsabilidade objetiva é baseada na teoria do risco, ou seja, o exercício de qualquer atividade pode gerar o risco de dano para terceiros, assim, insurge a obrigação de reparação de eventuais prejuízos, mesmo que não tenha havido culpa por parte do causador, tendo fundamento no artigo 927, parágrafo único do Código Civil.

Assim, na responsabilidade objetiva não se verifica a culpa do infrator pelo dano causado, basta apenas a relação causal entre o fato e o dano ocorrido. (CARVALHO FILHO, 2013, p. 552).

Di Pietro (2014, p. 930) discorre sobre a regra no que concerne a responsabilização objetiva:

- A regra da responsabilidade objetiva exige, no caso da lei 12.846/13, que:
1. haja **nexo de causa e efeito** entre a atuação da pessoa jurídica e o dano sofrido pela Administração Pública;
  2. seja praticado **ato lesivo**, tal como definido no artigo 5º;
  3. o ato lesivo seja **praticado por pessoas jurídicas** (art. 1º, caput);
  4. o ato lesivo cause **dano à Administração Pública, nacional ou estrangeira**.

Assim, se o ato lesivo preencher estes requisitos, a pessoa jurídica será responsabilizada de forma objetiva, ou seja, não será verificado se agiu com culpa ou não na prática da conduta lesiva.

No entanto, para o autor Almeida Neto (2015. p. 21) a responsabilidade objetiva não pressupõe a responsabilidade pelo risco integral, tendo em vista que se a pessoa jurídica comprovar que não houve violação da ordem jurídica ou de que o fato não decorreu da conduta dos seus representantes, assim, rompendo o nexo causal, não poderão ser aplicadas as sanções da Lei Anticorrupção.

Apesar da Lei 12.846/13 dispor mais sobre as pessoas jurídicas, não deixa de mencionar as pessoas físicas, sendo estas representadas pelos dirigentes, administradores ou qualquer pessoa natural que participe de alguma forma do ato ilícito. O art. 3º da supracitada lei menciona sobre a possibilidade de responsabilização daqueles: “a responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito”.(BRASIL, 2017).

A responsabilização das pessoas físicas será de forma subjetiva, ou seja, serão responsabilizadas conforme a sua culpa, segundo dispõe o art. 3º, § 2º da citada lei: “os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade”. (BRASIL, 2017).

Assim, as pessoas jurídicas serão responsabilizadas sempre que cometerem condutas ilícitas contra a Administração Pública, independente se o ato foi acometido de culpa ou não, no entanto, na responsabilização dos dirigentes ou administradores verificar-se-á a sua culpabilidade, sendo que a sanção será na medida de sua culpa.

## **2.4 Do Processo Administrativo de responsabilização**

O processo administrativo pode ser conceituado nas palavras de Carvalho Filho (2013, p. 1099) como “a relação jurídica firmada entre órgãos do Estado e pessoas do setor privado em busca da finalidade de apurar um ato de improbidade”.



A Lei Anticorrupção, em seu art. 8º e seguintes, discorre sobre o processo administrativo de responsabilização das pessoas envolvidas em um ilícito administrativo.

O caput do art. 8º dispõe sobre a competência para a instauração e julgamento do processo administrativo:

Art. 8º A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que agirá de ofício ou mediante provocação, observados o contraditório e a ampla defesa. (BRASIL, 2017).

Na opinião de Drummond (2014, p. 76):

Tal prescrição impõe a conclusão de que serão múltiplas as autoridades competentes para instaurar e julgar as demandas administrativas dentro de um mesmo ente federado, o que implica em mais de dez mil sujeitos competentes espalhados por todos os órgãos e entes públicos de todos os Municípios, de todos os Estados, da União e do Distrito Federal.

Entretanto, o regulamento que preverá as avaliações dos mecanismos e procedimentos para a aplicação da sanção, será editado somente pelo Poder Executivo Federal, desta forma, reduzindo tal complexidade disposta no supracitado artigo. (DRUMMOND, 2014, p. 76).

A lei em comento autoriza a delegação da competência para a instauração e o julgamento do processo, porém, veda a subdelegação (art. 8º, § 1º, lei 12.846/13).

Para Dipp e Castilho (2016, p. 60) a competência em si não é delegada, o que se delega são os atos de instauração e julgamento do processo, tendo em vista que se houvesse a delegação da competência acabaria influenciando a alteração da competência para o recurso, ademais, se por alguma razão a autoridade competente não concordar com a conclusão da autoridade delegada, não poderá mais atuar no processo, tendo em vista que delegou sua competência a outrem.

No âmbito do Poder Executivo Federal, a Controladoria Geral da União – CGU também possui competência concorrente para instaurar os processos administrativos ou poderá avocar outros processos para examinar a sua regularidade, disposto no art. 8º, § 2º da Lei 12.846/13, bem como, processar e

julgar atos ilícitos cometidos contra a Administração Pública estrangeira. (art. 9º). (BRASIL, 2017).

A CGU atua como um órgão controlador, tendo em vista que faz o controle dos processos para averiguar a sua regularidade, se encontra em hierarquia superior àqueles que detêm a competência para instaurar o processo administrativo. (DI PIETRO, 2014, p. 934).

O processo administrativo será conduzido por uma comissão formada por 2 (dois) ou mais servidores, a qual será instituída pela autoridade que instaurou o processo, segundo o art. 10 da lei anticorrupção. (BRASIL, 2017).

A atribuição da comissão diz respeito a instrução e as diligências necessárias, fazendo a colheita e análise das provas e elementos e, assim, fornecer uma conclusão a ser entregue para a autoridade competente para julgar o processo. Não sendo sua função promover juízos sobre o caso, mas sim propiciar os atos de instrução, eis que por esse motivo não está sujeita ao controle judicial, salvo se houver alguma determinação que possa violar direitos processuais ou às garantias constitucionais. (DIPP; CASTILHO, 2016 p. 65).

A comissão pode requerer medidas judiciais para promover a instauração e o processamento da responsabilização, podendo inclusive requisitar a busca e apreensão que julgar necessária para esclarecimento dos fatos. (art. 10, § 1º), podendo, também, reivindicar perante a autoridade instauradora a suspensão dos efeitos do ato ou do processo. (art. 10 § 2º). (BRASIL, 2017).

A comissão não possui competência discricionária, eis que se trata de atos ilícitos, os quais não se cogitam a verificação da oportunidade e conveniência na adoção das medidas necessárias para promover a responsabilização, tendo em vista que a apuração da responsabilidade se trata de poder-dever da Administração Pública, não havendo a possibilidade de renúncia pela autoridade competente. (DI PIETRO, 2014, p. 935).

Com relação à suspensão dos efeitos do ato ou processo Dipp e Castilho (2016, p. 68) comentam que a suspensão tem caráter cautelar e por isso deve ter relação com o motivo da investigação e dentro dos limites subjetivos, ou seja, a suspensão deve abranger os agentes e partícipes do ato, e dentro dos limites objetivos, eis que a suspensão deve ter relação com a apuração dos fatos, sendo que as providências a serem tomadas não poderão ser mais abrangentes que o fato ocorrido.

O prazo de conclusão do processo administrativo de responsabilização é de 180 dias, podendo ser prorrogado mediante fundamentação da autoridade que o instaurou, sendo que após o término do prazo a comissão deve expor um relatório dos fatos que foram apurados e apresentar eventuais responsabilidades e sanções para a pessoa jurídica processada, para isso deve fazer a motivação da sua conclusão, segundo o parágrafo 3º do art. 10 da lei 12.846/13. (BRASIL, 2017).

Sobre a prorrogação do prazo de conclusão do processo administrativo discorre Campos (2015, p. 178):

Observa-se que o legislador não definiu o período da prorrogação, se será por mais cento e oitenta dias ou qualquer outro prazo que já poderia ter sido fixado por ele. Porém, o que não pode ocorrer é a pessoa jurídica ficar por tempo indefinido à mercê da autoridade competente. A investigação pela prática de atos ilícitos de determinada empresa não deve ser perpétua, eis que durante o lapso da apuração dos fatos a imagem da pessoa jurídica é comprometida no mercado econômico.

Com relação à defesa do infrator Campos (2015, p. 178) comenta que a Lei Anticorrupção referiu de forma acanhada sobre o contraditório e a ampla defesa da pessoa jurídica, uma vez que, apenas limitou em estabelecer o prazo de 30 dias para que possa fazer a sua defesa.

A possibilidade de aplicação imediata das sanções não será prejudicada devido à instauração do processo de reparação integral dos danos, sendo que se não for realizado o pagamento, ocorrerá à inscrição em dívida ativa pela Fazenda Pública para posterior execução fiscal. (DI PIETRO, 2014, p. 935).

Após a conclusão do processo administrativo, a comissão deverá dar ciência ao Ministério Público sobre a existência de tal processo, para que este possa apurar eventuais delitos cometidos pelas pessoas envolvidas no ato ilícito. (BRASIL, 2017).

Nas palavras de Dipp e Castilho (2016, p. 78):

A comunicação que a lei quer, entretanto – e por essa razão escreve simplesmente que se dará conhecimento ao *parquet* –, e a que tenha fundadas justificativas de existência do ilícito e que tenha condições mínimas de ser analisada pelo órgão do Ministério Público, estando expresso que a comunicação a ser realizada é da existência da conclusão positiva do procedimento administrativo e então naturalmente da existência de uma conclusão que possa oferecer àquela instituição elementos apropriados e suficientes para o exame de eventuais delitos.

Com relação à prescrição, o art. 25 da lei diz que prescreverá em cinco anos, contados do conhecimento da infração ou no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado. (BRASIL, 2017).

O processo administrativo de responsabilização do infrator é de extrema relevância, pois se deve oportunizar o contraditório e a ampla defesa e, ainda, promover a junção das provas para proporcionar um processo e uma eventual sanção justa.

### 3 ACORDO DE LENIÊNCIA

A corrupção é um mal que causa sérios prejuízos à sociedade, tendo em vista que as verbas utilizadas de forma inidônea deixam de ser utilizadas em benefício da população.

Entretanto, por se tratar de um esquema muito bem elaborado pelos envolvidos, a sua descoberta se torna difícil, conforme expõe Salomi (2012, p. 123):

Qualquer que seja a forma adotada para a prática das condutas anticoncorrenciais, em especial o delito de cartel, a colheita de provas acerca da ilicitude dessas condutas mostra-se extremamente complexa, porquanto é quase improvável a documentação de seu objeto, com menções expressas às partes autoras e ao seu intuito de eliminação da concorrência. A natureza sigilosa das ações desenvolvidas pelos mentores e participantes desses ilícitos torna extremamente difícil a obtenção da prova de sua ocorrência.

Nesta esteira, o legislador buscou novas formas de dismantelar a corrupção de modo mais eficiente, adaptando o “*modus operandi*” do Estado, instituindo, assim, o acordo de leniência. (ALMEIDA NETO, 2015, p. 31).

De acordo com Sales, Bannwart Júnior, 2015. p. 33:

O acordo de leniência é a confissão do acusado jungida com a colaboração com os órgãos investigatórios para identificação dos demais participantes do ato ilícito e elucidação dos fatos e, por isso, recebe benefícios pela sua contribuição.

O objeto essencial para a celebração do acordo de leniência é a colaboração efetiva do envolvido na prática corruptiva, assim, aumentando a capacidade investigativa do ente estatal para descobrir os demais envolvidos, e, desta maneira, promover o alcance de maior número de punições. (SIMÃO; VIANNA, 2017, p. 61).

Denota-se que o acordo de leniência só poderá ser celebrado se houver a colaboração de algum dos envolvidos, sendo que este deverá, além de confessar seus atos ilícitos, entregar os demais envolvidos e todo o esquema de corrupção, facilitando, desta forma, a investigação do Estado e colaborando para o dismantelamento do grupo corruptivo.

No entanto, Sales e Bannwart Júnior (2015, p. 33) destacam que o acordo de leniência não pode ser confundido com o instituto da delação premiada, tendo em vista que nesta o agente confessa sua participação criminosa, além disso, contribui na investigação dos fatos ocorridos, propiciando a identificação dos demais co-autores ou partícipes do ato criminoso, assim, poderá obter o perdão judicial ou a redução de até dois terços da pena privativa de liberdade, lembrando que, referida vantagem será promovida a critério do juiz, conforme dispõe o art. 4º da Lei 12.850 (Lei de Organização Criminosa):

Art. 4º O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados:  
I - a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas;  
II - a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa;  
III - a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa;  
IV - a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa;  
V - a localização de eventual vítima com a sua integridade física preservada. (BRASIL, 2017).

Almeida Neto (2015, p. 47) compreende que o acordo de leniência e a delação premiada são semelhantes, tendo em vista que ambas objetivam aumentar a capacidade do Estado nas investigações dos ilícitos, eis que muitos deles são muito complexos e muito bem elaborados dificultando a sua descoberta e, assim, muitos acabam não sendo descobertos por falta de comprovação efetiva. Os dois institutos colaboram para esclarecer o crime, para punir os outros envolvidos, promover a reparação do dano causado e, principalmente, manter a ordem na sociedade.

Infere-se que a delação premiada está mais voltada para o processo penal e o acordo de leniência para o processo administrativo.

Ademais, o acordo de leniência tem previsão em duas importantes legislações, na Lei Anticorrupção (nº 12846/13), que regulamenta a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e na Lei da Livre Concorrência (nº 12.529/11), a qual regulamenta a concorrência econômica no país.

O acordo de leniência como instrumento de combate a corrupção ainda é uma novidade que está sendo colocado em prática no Brasil, mas é evidente que já está posto como uma tendência na Administração Pública.

### 3.1 Origens históricas do acordo de leniência

O acordo de leniência foi criado pelo direito norte-americano e atualmente é utilizado por vários países, tendo como objetivo precípuo a obtenção da colaboração dos infratores no desvendar dos atos lesivos contra a Administração Pública, através da delação dos demais envolvidos no ilícito e apresentação de provas e documentos que comprovem a materialidade e a autoria, após a efetiva colaboração será assegurado ao colaborador benefícios como a extinção da punibilidade ou redução da pena aplicável. (DI PIETRO, 2014, p. 936).

Os Estados Unidos possuem o acordo de leniência (*The US Amnesty Program*) desde 1978, inicialmente, o acordo ocorria da seguinte forma, a empresa que celebrasse o acordo com a autoridade competente do país, porém, deveria ser a primeira a realizar o acordo antes de iniciada a investigação, assim, poderia obter a anistia das multas e do processo criminal, mas, tais benefícios dependiam da discricionariedade do Departamento de Justiça. Em 1993, o acordo de leniência sofreu alterações, obteria a anistia, automaticamente, a empresa que delatasse o cartel e preenchesse os requisitos do acordo, não necessitando mais se submeter ao poder discricionário. (MOREIRA, PEÑALOZA, 2004, p. 3).

Em 1996, a União Europeia adotou o acordo de leniência (*The U.E Leniency Program*), porém, estabeleceu critérios diversos dos Estados Unidos, ocorrendo através de uma escala das multas, conforme dispõe Moreira, Peñaloza (2004, p. 4):

Se a comissão europeia não tiver iniciado investigações para desvendar o cartel e se a firma for a primeira a delatá-lo, respeitados os outros requisitos do programa (são mais três requisitos), garante para si uma redução da multa que fica na faixa 75% - 100%; se a firma for a primeira a delatar o cartel, mas as investigações já se iniciaram, a redução da multa fica em torno de 50% - 75%; se a firma não for a primeira a delatar o cartel, mas colaborar com as investigações e não contestar substancialmente as alegações de que é vítima, garante para si uma redução da multa que varia

entre 10% e 50%. (Comissão Europeia). A exata redução nas multas fica a critério da Comissão Europeia.

Em 2002, a União Europeia também promoveu algumas modificações no acordo, assim, a empresa que, antes de iniciada ou durante a investigação, entregasse o cartel, seria contemplada com a anistia total da multa. Outra alteração diz respeito à colaboração da empresa, sendo que, no acordo anterior, esta deveria apresentar evidências que comprovassem a existência do cartel, com as alterações, este requisito foi retirado, ademais, a empresa que exercesse coerção, instigação ou fosse a líder das outras restaria excluída do acordo, no entanto, se várias empresas fizessem parte do cartel e todas fossem consideradas líderes ou tivessem um papel decisivo, todas poderiam celebrar o acordo. (MOREIRA, PEÑALOZA, 2004, p. 5).

Seguindo o exemplo dos Estados Unidos, outros países como Reino Unido, Alemanha, França, Canadá e Irlanda adotaram o acordo de leniência, objetivando desmantelar os cartéis. (SALOMI, 2012, p. 145).

Assim, concluímos que o acordo de leniência não se trata de nenhuma novidade no Brasil, eis que outros países já faziam uso de tal instituto.

Cruz (2017, p. 06) comenta sobre a origem e de onde veio a inspiração da Lei Anticorrupção no Brasil:

A origem da Lei Anticorrupção brasileira, na qual foi inserido o acordo de leniência, remonta à Lei de Combate ao Suborno Transnacional dos Estados Unidos da América, o ForeignCorruptPracticeAct – FCPA. Essa Lei entrou em vigor em 1977, instituiu responsabilização civil e criminal às pessoas físicas e jurídicas nos Estados Unidos e investiga atos relacionados ao suborno de agentes públicos estrangeiros. Além do FCPA, a Lei Anticorrupção brasileira buscou inspiração na Convenção Interamericana contra a Corrupção, editada pela Organização dos Estados Americanos (OEA, 1996, Decreto 4.410/2002); na Convenção sobre Combate à Corrupção de Funcionários Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, editada pela Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE, 1997, Decreto 3.678/2.000); na Convenção das Nações Unidas contra a corrupção (ONU, Convenção de Mérida, ratificada pelo Brasil em 2005, Decreto 5.687/2006); e finalmente na Lei Contra Suborno do Reino Unido, BriberyAct, Lei anticorrupção anglo-saxã de 2010, em vigor desde 2011, cuja incidência não se restringe – ao contrário da Lei americana – a atos praticados somente por agentes públicos.

Assim, em 8 de fevereiro de 2010, foi encaminhado ao Congresso Nacional a Mensagem nº 52, pelo Poder Executivo Federal, a qual propunha o projeto de lei nº 6.826/2010, cujo projeto tratava dos atos lesivos praticados por pessoas jurídicas, bem como as respectivas sanções, e também formas de



disciplinar os procedimentos cíveis e administrativos, sem mencionar sobre o acordo de leniência, este somente foi introduzido no projeto de lei através do relator Deputado Zarattini, em 14 de março de 2012. Em 19 de junho de 2013, o projeto de lei foi aprovado na Câmara dos Deputados, sendo referendado no Senado Federal no dia 4 de julho de 2013 e sancionado pela presidente da república em 1º de agosto de 2013. (SIMÃO, VIANNA, 2017, p. 25 e 27).

Em junho de 2013, ocorreram inúmeras manifestações populares em virtude dos escândalos de corrupção que estava aflorando no país, diante disso, tornou-se necessária a instituição de mecanismos para dar alento aos cidadãos, assim, foi editada a lei de combate à corrupção, conhecida como a Lei Anticorrupção - LAC (nº 12846/13), esta foi aprovada no Senado Federal em apenas 15 dias. (SIMÃO, VIANNA, 2017, p. 27).

O art. 1º da referida lei dispõe sobre o seu objetivo, qual seja, regulamentar a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. (BRASIL, 2017).

Com a lei citada acima foi instituído o acordo de leniência, em seu art. 16 e seguintes, o qual concede benefícios à pessoa jurídica que colaborar para a elucidação da infração, tais como isenção ou atenuação das penalidades e sanções, tendo como objetivo a descoberta de outros envolvidos no ilícito e no alcance de informações e documentos que comprovem a infração apurada. (DIPP, CASTILHO, 2016, p. 79).

Entretanto, o instituto do acordo de leniência já era previsto na Lei 8.884/94, conforme discorre Di Pietro (2014, p. 935):

O acordo de leniência não constitui nenhuma novidade no direito brasileiro, em relação à responsabilização administrativa. Ele estava previsto no artigo 35-B da Lei nº 8.884, de 11-6-94 (que dispõe sobre prevenção e repressão de infrações à ordem econômica), acrescentado pela Lei nº 10.149/00, consistindo na possibilidade de acordo entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, representando a União, e a pessoa física ou jurídica envolvida na prática da infração à ordem econômica [...].

A referida lei foi revogada pela lei nº 12.529/11, conhecida como a Lei do CADE, a qual faz previsão das infrações cometidas contra a ordem econômica, dispondo sobre o acordo de leniência a ser promovido pelo CADE, sendo necessário que a pessoa física ou jurídica acusada corroborar efetivamente no desenrolar das

investigações, devendo resultar na identificação dos demais envolvidos e a obtenção de provas e documentos eficazes de comprovar a infração. (DI PIETRO, 2014, p. 935 e 936).

Porém, o acordo de leniência nunca tinha sido utilizado como forma de combate à corrupção. (ALMEIDA NETO, 2015, p. 32).

A LAC é uma forma de motivar as empresas para colaborarem com o ente estatal no desmantelamento dos grupos corruptivos.

### **3.2 Princípios norteadores do Acordo de Leniência**

Os princípios são essenciais no momento de decisão, pois têm um propósito de evitar decisões ou escolhas que possam causar prejuízos as partes envolvidas. Servem como uma embarcação que guiará os envolvidos, no caso concreto, rumo à legalidade das suas ações durante as tratativas do acordo. (CRUZ, 2017, p. 08)

Abdo (2016, p. 104) a partir dos seus estudos, salienta que os princípios informadores de acordo de leniência consistem no princípio da eficiência, da legalidade e da supremacia do interesse público.

Segundo Rodrigues (2016, p. 67) no acordo de leniência devem ser respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa e o princípio da motivação, pois são estes que asseguram as garantias mínimas ao envolvidos no acordo.

Para Kraft (2014, p. 29) o acordo de leniência é estabelecido entre a Administração pública e o infrator, sendo um acordo administrativo e não tendo previsão na lei e devido a pouca manifestação sobre tal assunto na doutrina, os princípios constitucionais e os princípios do processo administrativo previstos da Lei 9.784/99 poderão, por analogia, ser analisados na realização do acordo.

De acordo com Negrão e Pontelo (2015, p. 35) os princípios constitucionais devem ser respeitados em qualquer ato da Administração Pública, inclusive no acordo de leniência, tendo em vista que tais princípios objetivam a prevenção e combate da corrupção na sociedade, além do caráter de proteção as normas públicas.

Os princípios Constitucionais estão dispostos no art. 37 da Constituição Federal, sendo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O art. 2º da Lei 9.784/99 dispõe dos princípios que a Administração Pública deve obedecer no âmbito do processo administrativo, sendo eles os princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

O princípio da legalidade estabelece que o administrador público deve agir em conformidade com as exigências da lei e do bem comum, sob pena do ato ser considerado inválido e de sofrer as responsabilidades civis, administrativas e criminais aplicados ao ato praticado. (MEIRELLES, 2013, p. 90).

Assim, o acordo de leniência deve ser celebrado em conformidade com o que prevê a lei, não podendo haver diferenciações na sua aplicação. (KRAFT, 2014, p. 30).

O princípio da finalidade, nas palavras de Meirelles (2013, p. 95) impõe ao administrador somente a prática do ato para o seu fim legal, sendo este o que a norma determina expressamente em seu texto. Destarte o acordo de leniência deve ser realizado com a finalidade de dismantelar o grupo corruptivo, através da colaboração do leniente.

O princípio da motivação determina que a Administração Pública aponte os fundamentos de fato e de direito em todas as suas decisões, como forma de promover o efetivo controle da legalidade dos atos administrativos, sem afetar os direitos e garantias individuais. (DI PIETRO, 2014, p. 82).

No acordo de leniência não poderá ser diferente, segundo Rodrigues (2016, p. 79) todos os atos praticados durante o acordo de leniência devem ser motivados, com o intuito de garantir legitimidade.

Abdo (2016, p. 84) comenta que a aplicação da sanção deve respeitar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, eis que deve harmonizar a sanção devida com o ordenamento jurídico vigente.

A moralidade é um adjetivo de difícil definição, uma vez que não existe uma especificação do que vem a ser exatamente uma conduta moral, mas é claro que expressa lealdade e honestidade. Assim, a Administração Pública deve respeitar o princípio da moralidade em face do leniente e este em face da Administração, ou

seja, a lealdade e honestidade devem ser recíprocas entre as partes no acordo de leniência. (KRAFT, 2014, p. 31).

Sales e Bannwart Junior (2015, p. 42) comentam que no acordo de leniência apesar da delação não ser feita na frente dos delatados, não assegurando neste momento o direito de defesa, não fere os princípios do contraditório e da ampla defesa, haja vista que terão um momento apropriado para promover a sua defesa, o qual seria no Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

A interpretação das normas públicas deve ser feita de acordo com o interesse público, sendo que é vedado ao judiciário retroagir para fazer interpretação diversa, pois isso causaria instabilidade e incerteza nos julgados, essa vedação tem o objetivo de garantir a segurança jurídica entre as partes envolvidas. Nessa esteira, a administração pública também tem seu poder discricionário limitado, objetivando a garantir da segurança nas relações e evitar possíveis conflitos. (SILVA, C. R, 2013, p. 11).

O princípio da eficiência se reveste de grande relevância nos atos praticados pela Administração Pública, pois não adianta apenas cumprir a lei, deve buscar a decisão que melhor atender ao interesse público. No acordo de leniência, tal princípio será concretizado através da divulgação de informações sobre o acordo, para que mais pessoas se interessem, desta forma, aumentado a chance de descobrir outros ilícitos, também buscar promover o acordo respeitando um prazo razoável, não desperdiçando verbas e, ainda, manter uma relação estreita com o Ministério Público para evitar problemas futuros no acordo. (KRAFT, 2014, p. 32).

O acordo de leniência possui caráter público, desta maneira, todos os atos do acordo devem ter publicidade, a menos que a publicidade possa interferir no andamento processual. (RODARTE, 2017, p. 02).

Por fim, o acordo de leniência deve observar o princípio da impessoalidade, tendo em vista que não pode atuar em benefício de certas pessoas ou empresas, mas sim, zelar pela satisfação do interesse público. (MOKDISSE, 2013, p. 15).

Portanto, o acordo de leniência para ser considerado legítimo deve ser celebrado conforme as previsões legais e respeitando os princípios referenciados acima, pois colaboram na fundamentação da decisão final.

### 3.3 Análise do Acordo de Leniência na Lei 12.529/11

Não obstante, o presente estudo trabalho ter como objeto a Lei Anticorrupção, é necessário fazer algumas ponderações da Lei 12.529/11 e apontar algumas diferenças relevantes entre os dois institutos.

A Lei 12.529/11 organiza o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC, o qual é formado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. (BRASIL, 2017).

O art. 5º da lei supracitada dispõe dos órgãos que compõem o CADE, sendo eles: Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, Superintendência-Geral e Departamento de Estudos Econômicos. (BRASIL, 2017).

A Lei 12.529/11 tem como principal objetivo garantir a livre concorrência, tendo como competência o poder de fiscalização, de decisão e, também, quando for o caso promover a aplicação de penalidades quando ocorrer infrações contra a ordem econômica. (SIMÃO, VIANNA, 2017, p. 81).

Assim, o acordo de leniência previsto na referida lei será aplicado no que diz respeito à infração da ordem econômica, no entanto, deve haver colaboração efetiva do leniente, conforme prevê o art. 86 da Lei do CADE:

Art. 86. O Cade, por intermédio da Superintendência-Geral, poderá celebrar acordo de leniência, com a extinção da ação punitiva da administração pública ou a redução de 1 (um) a 2/3 (dois terços) da penalidade aplicável, nos termos deste artigo, com pessoas físicas e jurídicas que forem autoras de infração à ordem econômica, desde que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo e que dessa colaboração resulte:  
I - a identificação dos demais envolvidos na infração; e  
II - a obtenção de informações e documentos que comprovem a infração noticiada ou sob investigação. (BRASIL, 2017).

Da leitura do dispositivo infere-se que a pessoa interessada em celebrar o acordo deverá colaborar efetivamente com as investigações e esta deve promover a descoberta dos demais envolvidos no ilícito e também assegurar o acesso de documentos e informações capazes de comprovar as infrações.

O acordo de leniência na referida lei poderá ser realizado tanto com pessoas jurídicas como com pessoas físicas, sendo que a responsabilização

daquela será objetiva e desta dependerá da comprovação de dolo ou culpa. (SIMÃO, VIANNA, 2017, p. 81).

O art. 36 da Lei 12.529/11 especifica quais são as situações consideradas como infrações à ordem econômica:

Art. 36. Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados:  
I - limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa;  
II - dominar mercado relevante de bens ou serviços;  
III - aumentar arbitrariamente os lucros; e  
IV - exercer de forma abusiva posição dominante. (BRASIL, 2017).

Carneiro (2015, p. 63) ressalta que o rol das infrações é exemplificativo, eis que são entendidas em seu sentido lato, ou seja, as condutas serão tipificadas de forma mais geral, sendo que será realizada uma análise minuciosa da infração pelo judiciário.

No entanto, o acordo prevê alguns requisitos que devem ser cumpridos para ser possível a sua celebração, eis que estão previstos no art. 86, § 1º da Lei do CADE.

Art. 86. O Cade, por intermédio da Superintendência-Geral, poderá celebrar acordo de leniência, com a extinção da ação punitiva da administração pública ou a redução de 1 (um) a 2/3 (dois terços) da penalidade aplicável, nos termos deste artigo, com pessoas físicas e jurídicas que forem autoras de infração à ordem econômica, desde que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo e que dessa colaboração resulte: [...]

§ 1º O acordo de que trata o caput deste artigo somente poderá ser celebrado se preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - a empresa seja a primeira a se qualificar com respeito à infração noticiada ou sob investigação;  
II - a empresa cesse completamente seu envolvimento na infração noticiada ou sob investigação a partir da data de propositura do acordo;  
III - a Superintendência-Geral não disponha de provas suficientes para assegurar a condenação da empresa ou pessoa física por ocasião da propositura do acordo; e  
IV - a empresa confesse sua participação no ilícito e coopere plena e permanentemente com as investigações e o processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento. (BRASIL, 2017).

Então, do dispositivo em tela se deduz que somente terá direito na realização do acordo a primeira empresa que se pronunciar com relação à infração investigada, também devendo cessar a sua participação no ilícito, tudo a depender

se a autoridade competente sobre a investigação não dispor de nenhuma prova ou informações capazes de desvendar o ilícito, sendo que o infrator deve colaborar plenamente com a investigação e, além de tudo, deve confessar a sua participação na infração.

Andrade (2017, p. 115) comenta que os requisitos do acordo de leniência são cumulativos, ou seja, o infrator deverá preencher todos os requisitos para fazer jus ao acordo de leniência.

Com relação a sua confissão, o art. 86, §10º da Lei 12.529/11 conferiu ao infrator a proteção quanto à matéria de fato, pois esclareceu que quanto a essa não importará confissão, nem será reconhecida a conduta ilícita e, também, não haverá divulgação do caso. (BRASIL, 2017).

Depois de preenchidos os requisitos necessários para a celebração do acordo, o leniente será beneficiado conforme o disposto no art. 86, § 4º da Lei 12.529/11:

[...]

§ 4º Compete ao Tribunal, por ocasião do julgamento do processo administrativo, verificado o cumprimento do acordo:

I - decretar a extinção da ação punitiva da administração pública em favor do infrator, nas hipóteses em que a proposta de acordo tiver sido apresentada à Superintendência-Geral sem que essa tivesse conhecimento prévio da infração noticiada; ou

II - nas demais hipóteses, reduzir de 1 (um) a 2/3 (dois terços) as penas aplicáveis, observado o disposto no art. 45 desta Lei, devendo ainda considerar na gradação da pena a efetividade da colaboração prestada e a boa-fé do infrator no cumprimento do acordo de leniência. (BRASIL, 2017).

O referido artigo dispõe de duas situações, a primeira prevê que se o CADE não tiver nenhum conhecimento do ilícito, o infrator ficará isento da ação punitiva imposta pela administração pública. Na segunda situação, confere a redução das penas aplicáveis, isso quando o CADE tiver ciências da prática corruptiva. (MORAIS; BONACCORSI, 2016, p. 05).

Os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às empresas do mesmo grupo, sendo de fato ou de direito, aos seus dirigentes, administradores e empregados que estiverem envolvidos na prática ilícita, desde que firmem em conjunto, conforme disposto no art. 86, § 6º da Lei do CADE. (BRASIL, 2017).

O art. 86, § 7º e § 8º da Lei do CADE refere-se à leniência plus, ou seja, a empresa ou a pessoa física que não se qualificar para a celebração do acordo de leniência, mas que dispuser de informações relevantes sobre outro cartel e cumprir

todos os requisitos necessários para celebrar do acordo, será beneficiada com as vantagens do acordo e com redução de 1/3 da pena que lhe seria aplicada. (SALOMI, 2012, p. 137/138).

Segundo Simão e Vianna (2017, p. 85) o art. 87 da Lei 12.529/11 traz um benefício que ultrapassa a competência do CADE, pois tal artigo prevê a suspensão do prazo prescricional e impede que seja oferecida denúncia do leniente, com relação aos crimes descritos nas Leis nº 8.137/90, 8.666/93 e no art. 288 do Decreto-Lei nº 2.848/40. Após o cumprimento do acordo, tais crimes terão a punibilidade automaticamente extinta.

Entretanto, se não houver o cumprimento do acordo, o beneficiário não poderá celebrar novo acordo pelo prazo de três anos, contados da data do seu julgamento, conforme dispõe o art. 86, §12 da Lei 12.529/11. (BRASIL, 2017).

A Lei Anticorrupção (Lei 12.846/13) diferencia-se da leniência prevista na Lei do CADE, apesar de ambas preverem a mesma regra de benefício através da colaboração na investigação, conforme dispõem Dipp e Castilho (2016, p. 79) o acordo de leniência previsto na Lei Anticorrupção só tem previsão para as pessoas jurídicas, não abarcando as pessoas físicas. No entanto, na Lei do CADE o acordo é possível tanto para as pessoas físicas como para as jurídicas.

O pressuposto do acordo de leniência é a colaboração na investigação da pessoa jurídica envolvida no ilícito, cuja colaboração deve apontar os outros participantes e promover a descoberta de informações e documentos relevantes para a comprovação da infração. (DIPP; CASTILHO, 2016, p. 79).

Outra diferença observada entre as normas em questão é o fato de que na Lei do Cade, existe a possibilidade de extinção da punibilidade para quem denunciar a infração antes do conhecimento do Cade e de 1 a 2/3 quando a denúncia for feita após o Cade já ter iniciado as investigações, tornando mais atrativo o acordo de leniência, ao contrário da Lei Anticorrupção, que não dispõe de nenhum benefício para a pessoa que fizer a denúncia após o início da investigação. (Almeida Neto, 2015, p. 52).

Almeida Neto (2015, p. 49) esclarece que a Lei do Cade ao inverso da Lei Anticorrupção, previu a Leniência Plus, ou seja, a empresa que não se qualificar no acordo de leniência, mas fornecer informações relevantes de outras infrações também terá benefícios por sua colaboração.



Então, fica notório que o acordo de leniência da Lei Anticorrupção não poderá nem ser celebrado e nem os seus efeitos poderão ser estendidos às pessoas físicas.

Apesar das discrepâncias entre os dois tipos de acordo de leniência mencionados acima, é nítida a similitude entre eles, tendo em vista que ambas as legislações têm o objetivo de obter a colaboração do envolvido nas investigações das práticas corruptivas em prol do combate à corrupção.

### **3.4 Programa Compliance**

Na responsabilização administrativa, a dosimetria das sanções deverá considerar alguns aspectos previstos no art. 7º da Lei Anticorrupção, dentre eles, o inciso VIII que se refere “a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica”, tal dispositivo é conhecido como programa compliance.

O programa compliance também conhecido por programa de integridade tem seu conceito definido no art. 41 do Decreto nº 8.420/15:

Art. 41. Para fins do disposto neste Decreto, programa de integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira. (BRASIL, 2017).

O termo compliance deriva da língua inglesa, originou-se do Foreign Corrupt Practice Act – FCPA, dos Estados Unidos, que significa o cumprimento das leis e regras estabelecidas. Tal instituto demonstra que a conduta dos indivíduos e das organizações estão em conformidade com a ética e a moral necessárias nas relações de trabalho. (ABDO, 2016, p. 85).

Segundo Paz (2015, p. 68) o programa compliance trata-se da melhor forma de prevenção que uma empresa pode adotar para se proteger contra atos de corrupção praticados por seus funcionários, dirigentes, sócios, ficando imunes com

relação as pesadas sanções impostas pela Lei Anticorrupção, no entanto, tal imunidade não é considerada absoluta, tendo em vista que situações imprevisíveis e não elencadas no art. 5º da lei, o qual prevê quais são os atos lesivos praticados contra a administração pública, poderão ocorrer, porém, terão a possibilidade de amenizar as sanções cabíveis.

A forma de adequação ao programa compliance não é definido pelo Estado e sim determinado pela empresa, eis que a lei confere liberdade a pessoa jurídica para fazer o controle dos seus atos e, conforme a sua sensatez e competência de seus líderes, criar um sistema de controle, supervisão e documentação de todos os atos praticados por seus funcionários, tendo em vista que a lei apenas descreve a conduta que a empresa precisa ter diante do Poder Público, ficando a critério da empresa descrever sobre a conduta dos funcionários ou dos integrantes da sociedade de fato. (DRUMMOND, 2014, p. 73).

O art. 42 do Decreto 8.420/15 dispõe dos parâmetros que devem ser seguidos na avaliação do programa de integridade, sendo eles: comprometimento da alta direção da pessoa jurídica; padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade aplicáveis aos funcionários, administradores, fornecedores, prestadores de serviço, terceiros; treinamentos periódicos; análise periódica de riscos para a realização das adaptações necessárias; registros contábeis; controles internos; procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos nas licitações e contratos, independência, estrutura e autoridade da instância interna responsável pela aplicação do programa de integridade e fiscalização de seu cumprimento; canais de denúncia de irregularidades, medidas disciplinares; procedimentos para interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e saneamento dos danos ocorridos; diligências apropriadas para contratação; verificação, durante os processos de fusões, aquisições e reestruturações societárias, do cometimento de irregularidades ou ilícitos; monitoramento contínuo do programa de integridade; transparência da pessoa jurídica quanto a doações para candidatos e partidos políticos. (BRASIL, 2017).

Na avaliação dos parâmetros serão levados em consideração: a quantidade de funcionários, empregados e colaboradores; complexidade da hierarquia interna e a quantidade de departamentos, diretorias ou setores; a utilização de agentes intermediários; setor de atuação do mercado; os países em que atua; o grau de interação com o setor público; a quantidade e a localização das

pessoas jurídicas que integram o grupo econômico; qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 42, 1º do Decreto 8.420/15. (BRASIL, 2017).

O programa compliance não foi posto como obrigatório pela Lei Anticorrupção para fazer jus ao acordo de leniência. (ABDO, 2016, p. 86).

A empresa que adota o programa de integridade não colabora apenas com a sua instituição, mas também com a sociedade em geral, tendo em vista que uma empresa baseada na ética e moral se torna confiável, desta forma atrairá novos clientes e até mesmo investidores, retornado para a sociedade na forma de empregos.

## 4 EFEITOS E EFETIVIDADE DO ACORDO DE LENIÊNCIA

Importante ressaltar que o acordo de leniência somente pode ser celebrado com pessoas jurídicas, não sendo possível a celebração com pessoas físicas, de acordo com o art.16 da LAC (Lei Anticorrupção). Ademais, os efeitos do acordo na Lei Anticorrupção não serão estendidos às pessoas físicas, somente abrangerão pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que firmem o acordo em conjunto, segundo o art. 16, § 5º da LAC. (BRASIL, 2017).

Segundo o art. 30, § 1º do Decreto-Lei 8.420/2015, o acordo de leniência será proposto pela pessoa jurídica, por seus representantes, conforme dispõe o estatuto ou contrato social, ou por meio de procurador com poderes específicos para tal ato. (BRASIL, 2017).

De acordo com Gonsalves (2016, p. 30) existem quatro modelos de cartas que deverão ser preenchidas com o objetivo de celebrar o acordo de leniência, assim discorrendo:

O indivíduo ou empresa que pretende celebrar a Leniência tem disponível no site do Departamento de Justiça quatro modelos de carta para enviar ao Departamento com o objetivo de celebrar o acordo, quais sejam: modelos corporativo (Model Corporate Conditional Leniency Letter) ou individual (Model Individual Conditional Leniency Letter), com carta de Leniência condicional; modelo de dupla investigação, quando o proponente está sendo investigado em outro caso de cartel (Model Dual Investigations Leniency Letter); e modelo de dupla investigação para funcionários que serão protegidos pela Leniência realizada pela empresa (Model Dual Investigations Acknowledgement Letter for Employees)

Sendo este o primeiro passo para manifestar a sua vontade de celebrar o acordo de leniência.

O acordo de leniência é considerado um instrumento de negociação do Estado com a pessoa infratora, por meio do qual, a pessoa que preencher os requisitos necessários e colaborar efetivamente na investigação poderá ter a isenção ou a atenuação da sanção cabível ao ilícito praticado. (Simão e Vianna, 2017, p. 59).

A sanção configura um instrumento de restauração ou compensação dos danos que ocorreram por causa do ilícito praticado. No entanto, a sanção não é o

único instrumento para atingir um interesse público, existem outras formas eficientes, tal como ocorre com o acordo de leniência, tendo em vista que este utiliza medidas preventivas e de compensação dos danos e não sancionatórias, isso não quer dizer que a Administração Pública está dispondo de sua obrigação, a qual seria a aplicação da sanção, mais usando uma forma diferenciada para atingir o interesse público. (OLIVEIRA; NEVES, 2014, p. 192).

O Estado dispõe de recursos restritos, assim, deve utilizá-los da melhor forma possível para atingir o interesse público. Nesta esteira, o aumento de condenações eleva os custos da Administração Pública, pois seria necessária a construção de mais presídios, gastaria mais com a manutenção deles e também com os equipamentos necessários ao trabalho prisional. (SIMÃO; VIANNA, 2017, p. 73).

Segundo Barcelos e Hentz (2016, p. 94) existem questionamentos sobre a negociação feita pela Administração com a pessoa infratora em face do princípio da indisponibilidade do interesse público. Neste sentido, os autores comentam:

Segundo a doutrina em matéria de direito administrativo, distingue-se na atualidade o interesse público como sendo primário ou secundário. O interesse público primário é verdadeiramente a razão de ser da administração pública, voltada à satisfação da coletividade e que prevalece sobre o interesse particular, calcado no princípio da supremacia e indisponibilidade do interesse público. Interesse público secundário é aquele que se pauta nos interesses patrimoniais da administração pública; é disponível, ante o argumento de que pela consensualidade, na forma da lei e nas hipóteses nela previstas, faculta-se ao poder público transigir com o particular. É preciso, porém, que esse seja meio hábil a conceder maior efetividade na tutela do interesse primário.

Abdo (2016, p. 41) destaca que o interesse público não se refere apenas aos bens públicos, mas também as obrigações, direitos e interesses da coletividade, os quais a Administração Pública tem o dever de tutela, no entanto, não é titular de tais interesses, haja vista que a titularidade é do Estado. Assim, a Administração não detém a discricionariedade de dispor dos interesses públicos, salvo se houver autorização em lei pelo Estado. Deste modo, a Lei 12.846/13 concedeu a referida autorização à Administração Pública para celebrar o acordo de leniência com pessoas jurídicas responsáveis por cometer infrações previstas na referida lei.

Neste sentido, o acordo de leniência foi instituído por lei com todos os direitos e obrigações inerentes as partes envolvidas no acordo.

#### 4.1 Efeitos do Acordo de Leniência na lei de combate à corrupção.

A pessoa jurídica infratora para fazer jus ao direito de celebrar o acordo e através deste receber os benefícios por sua colaboração na investigação dos ilícitos precisa cumprir determinados requisitos, os quais estão dispostos no art. 16, § 1º da LAC.

[...]

§ 1º O acordo de que trata o caput somente poderá ser celebrado se preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - a pessoa jurídica seja a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito;

II - a pessoa jurídica cesse completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data de propositura do acordo;

III - a pessoa jurídica admita sua participação no ilícito e coopere plena e permanentemente com as investigações e o processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento. (BRASIL, 2017).

Deste modo, a partir da leitura do dispositivo, verifica-se que os requisitos são cumulativos, ou seja, para fazer jus ao acordo, a infratora deve preencher todos os requisitos supracitados.

Dipp e Castilho (2016, p. 81) tecem comentários em sua obra a respeito de tais requisitos:

Esses “requisitos” elencados da lei na prática afastam enormemente o interesse da pessoa jurídica, primeiro porque só se inicia com a iniciativa dela perante a autoridade máxima e assim antes da instauração do processo administrativo implicando vulnerabilidade total antes da celebração do acordo, pois não haverá ainda garantia alguma de aceitação pela autoridade, e a pessoa jurídica já estará revelando suas informações. Assim, essa exigência de que a pessoa jurídica seja a primeira a se manifestar constitui evidente desvantagem estratégica para quem se oferece sem garantia alguma.

Simão e Vianna (2017, p. 120) entendem que o ineditismo da informação trazida pela pessoa jurídica disposta a colaborar nas investigações das infrações se concretiza como um elemento central do acordo de leniência, eis que dependendo do caso, a colaboração do particular é a possibilidade do Estado de desvendar os ilícitos, os quais poderiam não ser desvendados pelos métodos convencionais de investigação. Entretanto, não concordam em apenas a primeira pessoa jurídica que se manifestar ter o direito de celebrar o acordo e gozar de todos os benefícios,

acreditam que seja um requisito desfavorável para a Administração Pública, tendo em vista, que outras pessoas jurídicas poderão trazer informações novas e muito relevantes para a comprovação das práticas corruptivas. Entendem que o requisito poderia ser erigido com base numa nova informação, pois é natural que a primeira a se manifestar traga informações convenientes e relevantes para a investigação, mais não conseguirá dispor de todas as informações necessárias, deste modo, será possível a disputa entre os potenciais colaboradores para buscar os benefícios do acordo de leniência, com isso, propiciando novas informações e maiores comprovações dos atos ilícitos.

A primeira pessoa jurídica a manifestar interesse em celebrar o acordo de leniência receberá um código (marker) como garantia da primeira manifestação, até que as averiguações das provas e das informações sejam realizadas. (GONSALVES, 2016, p. 31).

O segundo requisito não acarreta discussões, tendo em vista que seria o mínimo do esperado da pessoa jurídica em cessar seus atos lesivos após manifestar a intenção de celebrar o acordo de leniência, com o intuito de evitar mais danos a Administração Pública. (ABDO, 2016, p. 99).

O terceiro requisito busca a cooperação plena por parte da pessoa jurídica infratora, ou seja, não basta apenas trazer à tona informações superficiais, tais informações devem ser substanciais e capazes de promover a elucidação verídica dos fatos ocorridos, eis que as de fácil elucidação ou já desvendadas não contarão para a celebração do acordo de leniência. Além disso, a cooperação deve ser contínua e as expensas do colaborador, até o encerramento das investigações, caso contrário, o acordo será suspenso por falta de cooperação do interessado. (PEREIRA, 2016, p. 98).

Simão e Vianna (2017. P. 126) comentam sobre o inciso III, a admissão na participação da pessoa jurídica, refere-se a condutas passíveis de serem realizadas por pessoas físicas, sendo que essas deverão ser praticadas com a finalidade de beneficiar a pessoa jurídica, desta forma, será possível a responsabilização desta.

Após cumpridos todos os requisitos elencados, será possível a celebração do acordo de leniência, tendo em vista que este dispõe de benefícios para a pessoa jurídica disposta a colaborar nas investigações, tais benefícios estão previstos no art. 16, § 2º da Lei Anticorrupção “a celebração do acordo de leniência

isentará a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II do art. 6º e no inciso IV do art. 19 e reduzirá em até 2/3 (dois terços) o valor da multa aplicável”. (BRASIL, 2017).

O referido dispositivo diz que o acordo de leniência concederá a isenção da sanção prevista no inciso II do art. 6º da LAC, qual seja, a publicação extraordinária da decisão condenatória, e da sanção disposta no art. 19, IV da LAC que se refere à proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos. (BRASIL, 2017).

A isenção da publicação extraordinária da decisão condenatória deve ser considerada de extrema relevância do ponto de vista empresarial, uma vez que, nenhuma empresa gostaria de ter seu nome publicado como condenada por práticas corruptivas, tendo em vista que isso poderia afastar os investidores dispostos a investir seu capital na empresa, pois perderia sua credibilidade em virtude da condenação. (GALDINO, 2016, p. 25).

Com relação ao benefício disposto no art. 19, IV da LAC, este se refere a uma sanção relativa ao processo judicial, sendo esta antecipada no processo administrativo em função do acordo de leniência, assim, podendo ser considerada uma desvantagem ao leniente, eis que a pessoa jurídica irá se expor e este benefício somente será garantido no processo judicial pela autoridade competente judicialmente. (DIPP; CASTILHO, 2016, p. 84).

No que tange a redução de até 2/3 (dois terços) do valor da multa aplicável, Simão e Vianna (2017, págs. 127 e 128) entendem que foi propiciada uma grande liberdade discricionária para a autoridade administrativa competente, tendo em vista que o dispositivo menciona até 2/3 (dois terços) do valor da multa aplicável. Acreditam que da forma como foi imposto tal benefício poderá causar certa imprevisibilidade e insegurança ao leniente, pois não existe nenhum tipo de balizador mínimo para a aplicação da redução da multa, com isso também poderá gerar inobservância ao princípio da impessoalidade, eis que poderão dispor da redução discricionariamente.

No entanto, tais benefícios serão concedidos não apenas com a celebração do acordo de leniência, mas sim, após o cumprimento do acordo,



resultando na obtenção do resultado esperado, de acordo com o art. 40, caput, do Decreto-Lei 8.420/2015. (BRASIL, 2017).

Porém, o referido artigo pode gerar debates com relação ao empenho do leniente e a frustração dos resultados esperados. Nesta esteira, Abdo (2016, p. 101) tece alguns comentários:

Não visamos excesso de poder regulamentar. Em nossa análise, tanto o decreto como lei, ambos estipulam claramente que os efeitos benéficos do acordo somente serão um direito do leniente, uma vez que ele cumpra com sua parte na avença, atendendo cumulativamente aos requisitos e pressupostos previstos no artigo 16 da Lei Anticorrupção, conforme pontuado. É nessa acepção que deve ser analisado o artigo 40 do Decreto nº 8.420/15. É dever do leniente: (I) identificar outros envolvidos (quando couber); (II) auxiliar na obtenção de informações e documentos que comprovem a infração; (III) cessar completamente seu envolvimento na infração investigada e/ou noticiada pelo leniente; (IV) admitir sua participação no ilícito e cooperar de forma ampla com as investigações. A questão é objetiva e nisso representa o cumprimento do acordo e resultados esperados.

Disso, entende que se cumprir todos os itens mencionados acima, atingirá o resultado esperado do acordo e receberá os benefícios que fizer jus.

No entanto, estas serão as sanções que o leniente terá benefícios com o acordo, ficando claro que as demais sanções serão mantidas, ou seja, as sanções judiciais de perdimento de bens, suspensão ou interdição das atividades e até mesmo dissoluções compulsórias da pessoa jurídica poderão ser aplicadas normalmente, mesmo na existência de um Acordo de Leniência. (SALES E BANNWART JÚNIOR, 2015, p. 41).

Os efeitos somente serão estendidos para as pessoas jurídicas que façam parte do mesmo grupo econômico, independente se tal integração tenha sido realizada formalmente ou de fato, desde que tenham firmado o acordo em conjunto. Assim, verifica-se que a Lei Anticorrupção não dispôs de nenhum benefício na celebração do acordo para as pessoas físicas envolvidas no ilícito. Todavia, seria de grande valia se a lei também dispusesse de benefícios para as pessoas físicas, até, porque, a pessoa jurídica não age por si só, mas se faz representar por seus diretores e administradores. (GALDINO, 2016, p. 19).

A celebração do acordo de leniência não impedirá a reparação integral dos danos causados pela prática ilícita. Porém, se não for possível a reparação do dano, a autoridade competente deverá determinar as condições capazes de

contribuir para o ressarcimento dos danos causados pela empresa infratora, mesmo sendo de forma parcial e a longo prazo, assim, mesmo nestas condições, se a empresa preencher os requisitos será beneficiada com a isenção das sanções e com a redução da multa. (CAMPOS, 2015, p. 180).

Na opinião de Abdo (2016, p. 71), a reparação dos danos causados não pode ser considerada uma sanção, mas sim, uma consequência do ato lesivo causado que originou prejuízos à administração pública, a qual deve ser indenizada de tais prejuízos.

No entanto, o acordo de leniência rejeitado não resultará no reconhecimento da prática do ilícito sob investigação, assim previsto no art. 16, § 7º da Lei Anticorrupção. Para Dipp e Castilho (2016, p. 87) o não reconhecimento da prática somente diz respeito ao processo administrativo em relação às infrações cometidas contra a administração pública previstas na Lei Anticorrupção, não impedindo, se não for considerado conteúdo sigiloso, o reconhecimento nas áreas civil, penal ou disciplinar.

A parte que mais surte críticas com relação ao acordo de leniência diz respeito aos seus efeitos, eis que a Lei Anticorrupção somente previu benefícios na esfera administrativa, ao contrário da Lei do CADE, que além daqueles dispôs sobre benefícios na área penal, sendo esta de extrema importância, tendo em vista que haverá a possibilidade de ser mantida a persecução penal, mesmo àqueles que colaboraram efetivamente nas investigações. Isso se deve ao fato de que a Lei Anticorrupção não dispôs de nenhum benefício para a pessoa física, tão somente a pessoa jurídica poderá ser beneficiada, causando de certa forma uma insegurança jurídica e com isso deixando o acordo de leniência menos atrativo, pois a empresa não age por si só, mas sim através de seus representantes, desta maneira, as investigações serão realizadas através dos procedimentos internos da pessoa jurídica. (ALMEIDA NETO, 2015, p. 51).

Galvão (2017, p. 91) possui o mesmo entendimento mencionado acima, que a falta de efeitos penais deixa o acordo de leniência pouco atrativo, desta forma, desmotivando a colaboração das pessoas físicas envolvidas nas práticas corruptivas.

A Lei Anticorrupção em seu art. 16, § 9º prevê a interrupção do prazo prescricional dos atos lesivos. Simão e Vianna (2017, p. 150) comentam que a interrupção do prazo tem o ímpeto de assegurar o cumprimento do acordo, caso

contrário, a celebração do acordo de leniência poderia ser usada apenas como instrumento protelatório para aguardar o transcurso do prazo prescricional, pois após o término do prazo, o acordante poderia desistir do acordo, eis que o Estado teria perdido sua capacidade de punir por causa do decurso do prazo.

Contudo, se o acordo de leniência for descumprido, a pessoa jurídica ficará impedida de realizar novo acordo por três anos, assim descrito no art. 16, § 8º da lei. Dipp e Castilho (2016, p. 87) nomeiam essa regra de cláusula de restrição, pois desmotiva a celebração temerária do acordo, tendo em vista que se não cumprir o acordo firmado ficará impedido por três anos de celebrar outro acordo. A norma não esclarece qual tipo de descumprimento, mas segundo os autores supracitados, seria qualquer tipo de descumprimento, haja vista que a norma não fez nenhuma especificação.

O acordo de leniência foi uma forma encontrada pela Administração Pública de receber a colaboração da pessoa jurídica envolvida no esquema corruptivo no desvendar das infrações e dos demais envolvidos no ilícito, no entanto, deixou a desejar em algumas situações citadas acima, porém, por ser um instituto novo provavelmente passará por modificações conforme vai sendo utilizado na prática.

#### **4.2 Conflitos de atribuições entre Ministério Público, TCU e CGU**

Inicialmente, cabe fazer uma tênue descrição dos órgãos em questão.

O MPF é um ramo do Ministério Público da União - MPU, previsto no art. 128, I, “a” da Constituição Federal. (BRASIL, 2017).

A Portaria nº 357/2015 trata do regimento interno do Ministério Público Federal - MPF e seu art. 1º discorre que: “O Ministério Público, nos termos da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”. (BRASIL, 2017).

No entendimento de Moraes (2014, p. 624) a Constituição Federal de 1988 transformou o Ministério Público no defensor da sociedade, tendo em vista que

aumentou relevantemente as suas funções, tanto na área penal, tornando-o titular exclusivo da ação penal pública, quanto na esfera cível, através da fiscalização dos demais Poderes Públicos e da nomeação de defensor da legalidade e moralidade administrativa, obtendo a titularidade do inquérito civil e da ação civil pública.

O art. 129 da Constituição Federal elenca as funções institucionais do Ministério Público, o inciso IX do referido artigo autoriza o exercício de outras funções que forem compatíveis com a finalidade do Ministério Público, tornando o rol exemplificativo, com exceção da representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas. (MORAES, 2014, p. 625).

No que diz respeito ao Tribunal de Contas da União-TCU, o art. 70, caput da Constituição Federal discorre que será competente para fazer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, no que se refere a legalidade, legitimidade e a economia relativas as receitas públicas será do Congresso Nacional, através do controle interno e externo de cada Poder, eis que no controle externo terá o auxílio do Tribunal de Contas da União, assim disposto no art. 71, caput da carta magna. (BRASIL, 2017).

Além destas atribuições previstas na Constituição Federal, as quais são nomeadas Competências Constitucionais, existem outras que estão definidas em leis esparsas, como por exemplo na Lei 8.666/93 que diz respeito a tomar decisões contra as irregularidades ocorridas em licitações, eis que estas são nomeadas como Competências Legais. (SANTOS, 2003, p. 74).

No que concerne à Controladoria-Geral da União-CGU, o seu Relatório de Gestão (2015, p. 17) discorre que a CGU é responsável direto dos assuntos referentes ao patrimônio público e no que diz respeito à transparência da gestão, sendo que este trabalho é realizado a partir de atividades de controle interno, auditoria pública, correição, ouvidoria e pela prevenção e combate à corrupção.

As competências da CGU estão dispostas no art. 65 da Medida Provisória nº 782/17.

Diante do exposto, infere-se que a CGU é um órgão de controle da administração pública e o MPF e o TCU são órgãos fiscalizadores.

Assim, feitas estas breves considerações sobre os órgãos em questão, desloca-se para a abordagem dos conflitos existentes entre eles.

Segundo Simão e Vianna (2017, p. 101) a Lei Anticorrupção atribuiu a competência para promover o acordo a uma diversidade de autoridades, eis que em seu art. 16, caput, outorgou tal competência para a autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública. Porém, estabeleceu competência exclusiva para a CGU (Controladoria-Geral da União) na celebração dos acordos no âmbito do Poder Executivo Federal e com relação às práticas lesivas contra a administração pública estrangeira, conforme previsão no art. 16, §10 da referida lei.

No entanto, esta atribuição trouxe discussões diante da preocupação de que a celebração do acordo de leniência feito pela CGU e sem a anuência do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União poderia comprometer as investigações, as possíveis sanções que poderiam ser impostas devido às práticas corruptivas e a exata mensuração dos danos ocorridos. (PEREIRA, 2016, p. 92).

O MPF se diz legítimo para atuar no acordo de leniência celebrado pela CGU argumentando que a sua legitimidade advém da sua capacidade processual para a ação de improbidade. (SIMÃO E VIANNA, 2017, p. 11).

Nesta esteira Almeida Neto (2015, p. 54) discorre que:

[...] o Ministério Público condena a realização de qualquer Acordo de Leniência sem a sua prévia manifestação enquanto estiver em andamento colaboração premiada sobre o mesmo fato delituoso. Isso porque, ao realizar uma colaboração premiada, o Ministério Público passa a ter acesso a várias informações que durante a realização das colaborações devem ficar sob sigilo, porém, depois de concluídas, poderão ser utilizadas pelos demais órgãos para que façam suas respectivas responsabilizações. Assim sendo, caso a CGU (ou outro órgão competente para o acordo) resolva firmar os acordos de leniência durante a realização das colaborações premiadas, poderão aceitar informações como úteis e relevantes, quando na verdade não são, pois já eram conhecidas pelo Ministério Público. Ou seja, o órgão do Executivo poderá comprar “gato por lebre” ao realizar de maneira precipitada tais acordos. Dessa forma, enquanto estiver em andamento colaboração premiada, o órgão responsável pelos acordos de leniência deverá esperar o fim do seu sigilo para que tenha acesso às informações colhidas ou, caso queria realizar logo os acordos, deverá garantir a manifestação do Ministério Público para que afirme a utilidade ou não das informações apresentadas pelo delator.

Na visão de Oliveira (2015, p. 14) num acordo de leniência firmado com a CGU em que o acusado apresente provas, as quais devem ser novas segundo a Lei Anticorrupção, pode ocorrer destas não serem conhecidas pela administração pública, mas serem do conhecimento do MPF, sendo que pelo grau de relevância e complexidade do caso tenha que haver sigilo, por isso que o MPF salienta a importância de participar do acordo de leniência celebrado pela CGU, para evitar o

vazamento de informações e acabar comprometendo as investigações já em curso, porém, a CGU sustenta que possui competência exclusiva, sem necessitar da interferência de outros órgãos.

O economista Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas, durante a mesa redonda sobre a Percepção da Sociedade Civil sobre os Acordos de Leniência (2016, p. 10) opinou dizendo que os acordos de leniência firmados sem a participação do TCU, do MPF e do Judiciário vão promover a desconfiância da sociedade civil. Nessa mesma mesa redonda, houve o consenso de todos os participantes com relação a atuação do MPF nos acordos de leniência firmados com a CGU, eis que detém o poder de fiscalização e a competência de defender o patrimônio público.

Dipp e Castilho (2016, p. 89) comentam que a concentração na CGU do poder de celebração do acordo de leniência na esfera da administração pública federal pode causar uma certa inviabilidade, eis que o acordo poderá gerar uma fatura de proposta com diversos tipos de peculiaridades e de difícil compreensão por parte da CGU, desta forma, podendo ocorrer o travamento das investigações, tendo em vista que o acordo deve ter celeridade.

Diante de todas as discussões afloradas em virtude da não participação do MPF na celebração do acordo de leniência firmado entre a pessoa jurídica e a CGU o Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) propôs o Projeto de Lei PLS n. 105/2015 que propõe incluir o § 11 no art. 16 da Lei Anticorrupção, o qual atribui ao MPF o controle e a homologação do acordo de leniência firmado com a CGU, no entanto, tal Projeto de Lei foi substituído por outro que tramita na Câmara dos Deputados (PL n. 3636/2015), o qual busca a permissão do MPF e da Advocacia Pública para a celebração do acordo de leniência, de forma isolada ou em conjunto, nos termos da Lei 12.846/2013. (DIPP; CASTILHO, 2016, p. 89).

No dia 10 de maio de 2016, Raul Jungmann (PPS/PE), Rubens Bueno (PPS/PR) e outros apresentaram o Projeto de Lei nº 5.208/2016, sendo apensado ao PL 3636/2015, o qual propõe a notificação do Ministério Público Federal e do Tribunal de Conta, observado o disposto no art. 74 da Constituição Federal, para apuração de eventuais delitos. Tais projetos seguem em regime de tramitação prioritária. (GALVÃO, 2017, p. 101).

Entretanto, mesmo não tendo a autorização da Lei Anticorrupção, o MPF vem celebrando acordos de leniência, a exemplo, o acordo firmado com a empresa

J&F Investimentos S.A, no qual fundamentou sua legitimidade, conforme a cláusula 1ª do acordo (MPF, 2017, p. 02) nas seguintes normas:

**Cláusula 1ª.** O presente **Acordo** funda-se no artigo 129, incisos I, III e IX, da Constituição Federal; nos artigos 13 a 15 da Lei nº. 9.807/99; no art. 1º, §5º, da Lei nº 9.613/98; art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/85; no art. 26 da Convenção de Palermo; e no art. 37 da Convenção de Mérida; nos artigos 4º a 8º da Lei nº 12.850/2013; nos artigos 3º, §2º e §3º, 485, VI e 487, III, “b” e “c”, do Código de Processo Civil, nos artigos 840 e 932, III, do Código Civil, artigos 16 a 21 da Lei nº 12.846/2013 e de seu decreto regulamentador; na Lei nº 8.429/92; nos artigos 86 e 87, da Lei nº 12.529/2011 e nos princípios de composição consensual previstos no artigo 2º da Lei 13.140/2015. (BRASIL, 2017).

Para Tojal (2017, p. 03) a competência para celebrar o acordo de leniência pelo MPF advém da própria Constituição Federal, disposto em seu art. 129, o qual discorre sobre as atribuições do MP e conferiu a competência de promover o inquérito civil e a ação penal pública para a proteção do patrimônio público e social. Ainda comenta que:

Ao intérprete do direito cabe sim buscar a sistematização dos diferentes comandos normativos, compatibilizando a norma infralegal com o texto constitucional no limite do hermeneuticamente possível e não fazer prevalecer aquela em detrimento deste último. Não se contribuirá para o desenvolvimento institucional do país subvertendo-se o ordenamento e criando-se insegurança jurídica.

A resolução mais conveniente e eficaz tanto para o conflito de competências como para a celebração do acordo seria a atuação em conjunto da CGU e do MPF, assim, o primeiro concederia os benefícios na órbita administrativa e o segundo na esfera penal, garantindo, dessa maneira, os melhores resultados com relação à obtenção de informações, na descoberta dos demais envolvidos e também na reparação dos danos causados à administração pública. (SIMÃO; VIANNA, 2017, p. 157).

No que tange a atuação do TCU, a própria Constituição Federal já lhe atribui a qualidade de auxiliar do Congresso Nacional como controlador externo da administração pública, conforme art. 71 da CF/88, assim sendo, o TCU detém capacidade técnica para fiscalizar e controlar, em conjunto com o MPF e a CGU, os acordos de leniência no que diz respeito à quantificação dos prejuízos causados pelas práticas corruptivas das pessoas jurídicas celebrantes do acordo. Além disso,

o TCU editou a Instrução Normativa nº 74/2015, a qual promove a demarcação das atribuições do TCU na celebração do acordo de leniência, eis que o acordo será apreciado pelo Tribunal quanto a sua legalidade, legitimidade e economicidade, nos termos do art. 70 da Constituição Federal. (PEREIRA, 2016, p. 95).

Assim, conclui-se que a atuação em conjunto da CGU, do MPF e do TCU é necessária para promover a eficácia e a atratividade do acordo de leniência e para a prevenção de possíveis violações de competência entre si.

#### **4.3 Efetividade do Acordo de Leniência na Administração Pública Brasileira**

Diante do presente estudo, observa-se que o acordo de leniência na Lei 12.846/13 possui diversas fragilidades que geram insegurança jurídica no acordo de leniência e o tornam menos atrativo, fazendo com que não haja muita procura por parte das pessoas jurídicas na celebração do acordo via Lei Anticorrupção.

O acordo de leniência na Lei Anticorrupção para ser dotado de efetividade necessita de algumas reformas com base na reformulação dos benefícios concedidos ao colaborador, promover maior articulação entre os órgãos envolvidos no combate às práticas corruptivas e propiciar o fortalecimento da CGU. (SIMÃO; VIANNA, 2017, p. 224).

Repisa-se que a Lei Anticorrupção prevê benefícios para a pessoa jurídica que colaborar nas investigações, podendo ficar isento das sanções previstas inciso II do art. 6º, qual seja, a publicação extraordinária da decisão condenatória, e da sanção disposta no art. 19, IV da LAC que se refere à proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos, e, ainda, podendo reduzir em até 2/3 (dois terços) o valor da multa aplicável. (BRASIL, 2017).

Apesar das isenções das sanções concedidas no acordo de leniência serem um atrativo para a pessoa jurídica, mesmo assim, considera-se insuficiente, eis que as sanções mais graves como perdimento de bens, direitos e valores, da suspensão ou interdição da atividade ou até mesmo a dissolução compulsória da



pessoa jurídica poderão ser aplicadas ao infrator que celebrar o acordo de leniência. (SAIDEL, 2015, p. 31).

O acordo de leniência poderia ser dividido em modalidades de instrumentos de negociação, ou seja, se o Estado não tiver conhecimento da infração será concedida a isenção integral da multa, mas se o Estado tiver conhecimento da infração e não dispor de provas suficientes para a comprovação do ilícito ou no caso de concurso de pessoas jurídicas, a primeira que manifestar interesse em celebrar o acordo de leniência, obterá a atenuação da multa em no máximo 2/3 e no mínimo 1/3, ou, ainda, se o Estado já reunir provas que comprovem o ilícito, mas a pessoa jurídica queira assumir um termo de cessação da conduta delitiva e colaborar nas investigações ou no caso de concurso de pessoas jurídicas, aquela que não foi a primeira a manifestar interesse, porém, deseja cessar a conduta ilícita, terá a atenuação da multa em no máximo 50% e no mínimo 15%, contudo, aquela pessoa jurídica que não se qualificou para a celebração do acordo de leniência, porém, presta informações novas sobre o ilícito receberá isenção integral da multa com relação novo ilícito e quanto ao ato ilícito anterior receberá atenuação de no máximo 60% e mínimo 20%. (SIMÃO; VIANNA, 2017, p. 226).

Outra questão que gera insegurança no acordo de leniência na Lei Anticorrupção é o fato do acordo ser celebrado apenas com as pessoas jurídicas e com isso os benefícios não se estendem as pessoas físicas mesmo havendo a possibilidade de ocorrer à desconsideração da pessoa jurídica. Assim, o acordo não gera atratividade para as pessoas físicas na colaboração das investigações, pois não obterão nenhuma vantagem e, ainda, correrão o risco de serem responsabilizadas na esfera penal, tendo em vista que o acordo não prevê benefícios nessa área. Dessa maneira, seria viável para dar efetividade ao acordo que os benefícios sejam estendidos às pessoas físicas. (SALES; BANNWART JÚNIOR, 2015, p. 47).

Reitera-se que a efetividade do acordo de leniência poderia ser garantida através do trabalho em conjunto da CGU, do MPF e do TCU, cada qual desenvolvendo sua função legal e dentro dos limites de sua competência, objetivando o fim das práticas corruptivas. Zymler (2016, p. 22) comenta:

Seria desejável, entretanto, que todos os diversos órgãos responsáveis pela apuração do ilícito – Ministério Público, Controladorias, Tribunais de Contas – tivessem competências legais para celebrar acordos de leniência em

conjunto, de forma a fornecer a necessária segurança jurídica aos signatários do acordo e, por conseguinte, ao estimular a sua celebração, propiciar que sejam desvendadas práticas de corrupção contra a administração pública.

Assim, no caso do MPF, a importância da sua participação pode ser fundamentada em três posições, a primeira em virtude da sua função institucional disposta no art. 129, III, CF/88, sendo que detém a competência para propor ações de improbidade administrativa, logo, a sua não atuação no acordo de leniência poderia promover insegurança jurídica, tendo em vista que os celebrantes do acordo ficariam expostos aos processos criminais e respectivas sanções. A segunda posição diz respeito à competência constitucional, uma vez que Constituição Federal de 1988 elevou o MP como fiscal da lei, assim, poderá fiscalizar de perto a legalidade dos atos no acordo. E a terceira trata da questão de investigações simultâneas, ou seja, nos casos que podem ocorrer de já estarem sob a investigação sigilosa do MPF e advém uma proposta de acordo de leniência na CGU sobre o mesmo caso, assim, haverá uma atuação dessincronizada dos órgãos podendo levar ao insucesso das investigações. (SIMÃO; VIANNA, 2017, 238).

Campos, C. C (2016. p. 11) descreve sobre a entrevista feita com Valdir Moysés Simão, Ministro do Planejamento, o qual comentou que a atuação do TCU no acordo de leniência será de grande valia, pois, sempre que for identificado um prejuízo aos cofres públicos a CGU fará a apuração dos valores e remeterá ao TCU para análise, sendo que sua decisão se torna um título executivo, assim, a pessoa jurídica poderá ser executada para repor o valor desviado pelas práticas ilícitas.

Zymler (2016, p. 22) comenta sobre a falta de incentivos às pessoas físicas e a não atuação em conjunto dos órgãos do Estado no acordo de leniência:

Com efeito, as vantagens da celebração do acordo de leniência para as pessoas jurídicas podem ser esmaecidas caso o resultado do acordo seja considerado uma confissão do ilícito a ser objeto de diferentes sanções em outras instâncias. Na mesma linha, os dirigentes da pessoa jurídica podem ser tentados a não celebrar o acordo caso as informações fornecidas possam ser utilizadas contra eles mediante repercussão penal. Seria como se a empresa e seus dirigentes estivessem submetidos a um pelotão de fuzilamento com três soldados: a CGU, podendo declarar a inidoneidade com fulcro nas normas de licitações; o Ministério Público, podendo ajuizar ações civis, administrativas e penais; e o TCU, também podendo declarar inidôneas as empresas. Se você faz o acordo de leniência com um ator só, de nada adianta, porque “as balas dos outros atiradores” podem te atingir.

As funções institucionais da CGU sempre demandaram muita responsabilidade para assegurar a sua autonomia e imparcialidade. Apesar de todas as competências já existentes, com o advento da Lei Anticorrupção lhe foi atribuída a responsabilidade da celebração do acordo de leniência. No entanto, a estrutura do órgão permaneceu a mesma. Assim, seria digno acrescentar à estrutura da CGU um órgão colegiado, composto por membros com mandato fixo e estabilidade na função, sendo atribuídas a este órgão colegiado as funções pertinentes aos processos administrativos de responsabilização, a celebração dos acordos de leniência e a realização dos termos de compromisso de cessação da conduta ilícita. (SIMÃO; VIANNA, 2017, p. 253).

Apesar de todas as fragilidades apresentadas acima, ainda assim, a administração pública já firmou alguns acordos de leniência. No entanto, devido aos casos que necessitam de sigilo não é possível falar ao certo quantos acordos foram celebrados, mas as empresas Camargo Corrêa, OAS, UTC, Odebrecht, Mendes Júnior, Engevix, Queiroz Galvão, Iesa e Galvão, SOG Óleo e Gás, além da multinacional holandesa SBM Offshore, são algumas das pessoas jurídicas sob o alvo das investigações. (PEREIRA, 2016, p. 110).

O último acordo de leniência homologado foi com a empresa J&F Investimentos S.A, em 24 de agosto de 2017, conforme informações do repórter Fausto Macedo, do Jornal Estadão. Posteriormente, sobre o referido acordo serão feitas algumas análises com relação aos requisitos cumpridos e benefícios concedidos à empresa mais a diante.

Portanto, infere-se que o acordo de leniência está surtindo efeitos, visto que está havendo a procura pelas pessoas jurídicas, no entanto, se houverem reformulações, como a melhoria dos benefícios nas esferas civil, administrativa e penal, a possibilidade de extensão dos efeitos às pessoas físicas e promovendo o trabalho em conjunto da CGU, do MPF e do TCU, acredita-se que tornará o acordo de leniência mais efetivo e atrativo, aumentando à procura por parte das pessoas jurídicas bem como das pessoas físicas, ampliando as condições de investigações por parte da autoridade competente e promovendo o desmantelamento da corrupção que assola o país.

#### 4.4 Acordo de leniência celebrado com a J&F Investimentos S.A

Para propiciar um melhor entendimento de todo o exposto anteriormente, neste subcapítulo será realizado uma análise dos principais pontos do acordo de leniência celebrado com a J&F Investimentos S.A, tendo em vista que é a controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, sendo nominada no termo do acordo de leniência como Colaboradora, sendo este o termo usado para fazer referência à empresa.

O referido acordo foi firmado em 5 de junho de 2017 entre a pessoa jurídica J&F Investimentos S.A e o Ministério Público Federal. De acordo com o Despacho Complementar proferido no Inquérito Civil nº 1.16.000.000393/2016-10 e Processo Administrativo de acompanhamento nº 1.16.000.001755/2017-62:

[...] a negociação do acordo de leniência aconteceu de forma paralela às negociações para a colaboração premiada firmada por Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista, já homologada pelo Supremo Tribunal Federal, sendo que o acordo de leniência poderá ser integralmente rescindido caso o acordo de colaboração premiada seja anulado pelo mencionado Tribunal. (BRASIL, 2017, p. 05).

A cláusula 1ª do Termo do acordo de leniência trouxe a fundamentação da legitimidade do MPF para celebrar o acordo tendo como base as seguintes normas:

Cláusula 1ª. O presente Acordo funda-se no artigo 129, incisos I, III e IX, da Constituição Federal; nos artigos 13 a 15 da Lei nº. 9.807/99; no art. 1º, §5º, da Lei nº 9.613/98; art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/85; no art. 26 da Convenção de Palermo; e no art. 37 da Convenção de Mérida; nos artigos 4º a 8º da Lei nº 12.850/2013; nos artigos 3º, §2º e §3º, 485, VI e 487, III, “b” e “c”, do Código de Processo Civil, nos artigos 840 e 932, III, do Código Civil, artigos 16 a 21 da Lei nº 12.846/2013 e de seu decreto regulamentador; na Lei nº 8.429/92; nos artigos 86 e 87, da Lei nº 12.529/2011 e nos princípios de composição consensual previstos no artigo 2º da Lei 13.140/2015. (BRASIL, 2017, p. 02).

Assim, verifica-se que apesar da Lei Anticorrupção não ter nomeado o MPF como autoridade competente para celebrar o acordo, outras normas lhe garantiram a legitimidade para tal competência.

A cláusula 2ª do Termo dispõe que o interesse público na celebração do acordo é a necessidade de efetivar as investigações com relação às práticas ilícitas

contra a Administração Pública, o Sistema Financeiro e contra a Ordem Econômica, desta forma, aumentar a capacidade de persecução cível dos demais envolvidos nos ilícitos; colaborar na manutenção das atividades das empresas e obter a reparação dos danos causados devido ao seu comportamento; motivar para que a empresa institua o programa de integridade (programa compliance) nas empresas pertencentes ao grupo e, por fim, estimular para que a Colaboradora estabeleça acordos em outras jurisdições para ampliar a capacidade das investigações das práticas corruptivas no Brasil e no exterior. (BRASIL, 2017, p. 02).

A referida cláusula discorre sobre o resultado que se espera do acordo de leniência, previsto no art. 16, I e II da Lei Anticorrupção.

A cláusula 5ª do Termo trata do objeto do acordo, qual seja “as condutas ilícitas praticadas pela colaboradora por meio de seus prepostos, empregados, administradores, dirigentes e terceiros contratados, inclusive fornecedores de bens e prestadores de serviços, desligados ou não, e acionistas controladores e/ou com funções em órgãos de direção de quaisquer das empresas do grupo econômico integrado pela colaboradora, doravante designados simplesmente Prepostos”. (BRASIL, 2017, p. 04).

No entanto, tais condutas devem ter sido praticadas em nome ou por conta de qualquer das empresas pertencentes ao grupo econômico, também devem ter relação com os ilícitos previstos na Lei 8.429/92 ou na Lei 12.846/13, ademais, devem ter relação com as condutas que já estão sob investigação no âmbito das Operações Greenfield, Sépsis, Cui Bono (Lava Jato), Carne Fraca e/ou que estejam descritos nos anexos do acordo, observando a cláusula 20, a qual dispõe sobre o sigilo do acordo de leniência. (Brasil, 2017, 04).

Com relação à proposta rejeitada por outros membros do Ministério Público, a cláusula 8ª discorre que os anexos e provas referentes ao acordo de leniência rejeitado serão devolvidos a empresa, mediante recibo, e não poderão ser utilizados pelo órgão que rejeitou a proposta, conforme art. 16, § 7º da LAC. (BRASIL, 2017, 06).

A cláusula 13 prevê a possibilidade dos prepostos da pessoa jurídica colaboradora de aderirem ao acordo de leniência no prazo de 180 dias a contar da homologação do acordo, conforme o art. 16, § 5º da LAC. O parágrafo primeiro garante a não confissão dos ilícitos no caso da adesão dos prepostos ser rejeitada, assim, previsto no art. 16, § 7º da LAC. (BRASIL, 2017, p. 08).

As obrigações que deverão ser cumpridas pela colaboradora e seus prepostos estão descritos na cláusula 15, quais sejam: I) apresentar a descrição dos fatos ocorridos, indicar os demais participantes do ilícito e detalhar o envolvimento da colaboradora na prática ilícita; II) apresentar os documentos, informações e materiais que comprovem a infração ou indicar quem detém a sua posse, custódia, controle ou acesso; III) apresentar outros documentos ou informações que forem descobertos na investigação interna da colaboradora; IV) apresentar relatórios sobre as condutas dispostas na cláusula 5ª, fornecendo documentos encontrados e, se possível, depoimentos dos aderentes ou prepostos que tenham relação com o ilícito; V) prestar todas as informações ao MPF para esclarecer os dados encontrados em sistemas eletrônicos; VI) agir com diligência no curso das investigações internas para que os prepostos que detém a posse dos documentos, informações ou materiais que comprovem o ilícito adiram ao acordo para fazer a entrega de tais materiais; VII) cessar o seu envolvimento na infração; VIII) comparecer, sempre que solicitado, para participar de qualquer ato, procedimento ou processo, devendo arcar com as despesas que tiver; IX) comunicar as autoridades competentes todas as alterações de dados que vierem a ocorrer; X) agir com honestidade, lealdade e boa-fé durante o cumprimento das obrigações; XI) implantar ou aperfeiçoar o programa de integridade; XII) a partir da homologação do acordo, buscar implantar as normas do padrão ISO 19600, e ISO 37001 (sistema de gestão antissuborno); XIII) pagar o valor referente a multa e ressarcimento devidos por causa das infrações e ilícitos ocorridos; XIV) apresentar as empresas e contas bancárias no exterior, no prazo de 180 dias; XV) renunciar em favor das autoridades nacionais os valores depositados nas contas do exterior, fornecendo todos os documentos e informações necessárias, não abrangendo valores de origem ilegal; XVI) apresentar ao MPF, no prazo de 90 dias, a contar da homologação do acordo, uma lista das doações eleitorais feitas pela colaboradora e uma lista de todos os beneficiários de pagamentos de vantagens indevidas; XVII) após a homologação e o período de sigilo, a colaboradora deve prestar informações aos outros órgãos indicados pelo MPF que cooperam nas operações Greenfield, Sépsis, Cui Bono (Lava Jato) e Carne Fraca, ficando autorizado o MPF de compartilhar as informações; XVIII) a colaboradora se compromete a cumprir com todas as obrigações e dívidas assumidas com os entes federativos, suas autarquias, fundações, entidades ou bancos vinculados à União, incluindo os débitos perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Instituto Nacional do Seguro Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço salvo a possibilidade de discutir juridicamente tais débitos; XIX) apresentar a cada três meses um relatório do cumprimento das obrigações; XX) comprometimento da colaboradora de conduzir as investigações internas, no prazo de 180 dias, podendo ser prorrogado conforme acordo com o MPF; XXI) a colaboradora deve contratar auditoria para fazer o controle de todas as obrigações assumidas no acordo, sendo apresentado relatórios anuais; XXII) os resultados das auditorias e investigação interna referidas nos incisos XX e XXI serão reportados a um Comitê de Supervisão Independente, formado por 3 (três) membros independentes de reputação ilibada, podendo ser vetado pelo MPF; XXIII) a colaboradora deve se comprometer em afastar o Sr. Joesley Mendonça Batista do cargo diretivo e não reconduzi-lo pelo período de 5 anos. (BRASIL, 2017, p. 10).

Dentre as referidas obrigações estão dispostos os requisitos que devem ser preenchidos, de acordo como art. 16, § 1º da LAC, estando previstos nos incisos I, II, VII, VIII da cláusula 15 do Termo do Acordo de Leniência.

A cláusula 16 do Termo dispôs sobre o valor que deverá ser pago pela Colaboradora a título de multa e ressarcimento dos prejuízos causados, totalizando o valor de R\$ 10.300.000.000,00 (dez bilhões e trezentos milhões de reais), que devem ser pagos no prazo de 25 anos para as entidades que foram lesadas e o valor que receberão pelos ilícitos praticados pela Colaboradora ou pelas empresas do seu grupo econômico, ficando acordado da seguinte forma:

- I – O montante de R\$ 1.750.000.000,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta milhões de reais) deverá ser destinado ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social);
- II – O montante de R\$ 1.750.000.000,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta milhões de reais) deverá ser destinado à União, por meio do pagamento de Guia de Recolhimento (GRU) com código apropriado;
- III – O montante de R\$ 1.750.000.000,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta milhões de reais) deverá ser destinado à FUNCEF (Fundação dos Economistas Federais);
- IV – O montante de 1.750.000.000,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta milhões de reais) deverá ser destinado à PETROS (Fundação Petrobras de Seguridade Social);
- V – O montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) deverá ser destinado à Caixa Econômica Federal;
- VI – O montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) deverá ser destinado ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço);
- VII – O montante de 2.300.000.000,00 (dois bilhões e trezentos milhões de reais) será adimplido por meio da execução de projetos sociais, em áreas temáticas relacionadas em apêndice deste **Acordo**. (BRASIL, 2017, p. 15).

O Despacho Complementar abordou que o valor da multa foi calculado conforme os artigos 17 e 18 do Decreto-Lei 8.420/15, o qual regulamenta a Lei Anticorrupção, sendo que o valor da multa foi de 6%, haja vista que esta porcentagem é o valor que Lei Anticorrupção impõe quando não há acordo de leniência, no entanto, como a colaboradora firmou o acordo ela foi beneficiada com um terço do 6%, reduzindo a porcentagem da multa para 4%, alcançando o patamar de R\$ 7.329.785.760,00. (BRASIL, 2017 p. 10).

Na referida cláusula foi previsto o valor da multa, conforme o art. 6º, I da Lei Anticorrupção, que prevê o valor entre 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior. No entanto, o Decreto-Lei 8.420/15 regulamentou a forma de chegar ao valor devido pela pessoa jurídica, então, conforme o previsto nos artigos 17 e 18 do Decreto, foi imposto uma porcentagem de 6%, totalizando o valor de R\$ 10.300.000.000,00 (dez bilhões e trezentos milhões de reais), porém, por causa do acordo de leniência firmado obteve uma redução de um terço, ficando 4% que totalizou o valor de R\$ 7.329.785.760,00. (sete bilhões e trezentos e vinte e nove milhões e setecentos e oitenta e cinco mil e setecentos e sessenta reais). (BRASIL, 2017, p. 08 e 09).

No entanto, como foi firmado o acordo de leniência, a Colaboradora fez jus ao benefício da redução de 1/3 da multa aplicada, conforme prevê o art. 16, § 2º da Lei Anticorrupção, o qual prevê a redução de até 2/3 do valor da multa. (BRASIL, 2017).

O Despacho Complementar explica que a multa prevista é considerada uma multa híbrida, tendo em vista que a cláusula 16 se refere à multa e ao ressarcimento dos danos, então, depreende-se que parte da multa é sanção civil contra os ilícitos e a outra diz respeito ao ressarcimento, em cumprimento ao que dispõe o art. 16, § 3º da Lei Anticorrupção. (BRASIL, 2017, p. 11).

Entretanto, o valor da multa aplicado refere-se aos fatos constantes do acordo de leniência, podendo ocorrer de outras entidades lesadas de demandarem requerendo o ressarcimento dos seus danos, sendo tal demanda legítima, pois foi previsto na cláusula 16, § 11 do Termo. (BRASIL, 2017, p. 17).

Com relação ao direito de contratação com o Poder Público, a cláusula 27 do Termo dispôs sobre os compromissos que o MPF deve garantir à Colaboradora, em respeito ao art. 16, § 2º, o qual se refere sobre a isenção da proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades



públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, sendo este outro benefício concedido a Colaboradora. (BRASIL, 2017).

A cláusula 27 discorre que o MPF deve se comprometer a não pleitear a declaração de nulidade contratos celebrados com a Administração Pública direta ou indireta, inclusive entidades financeiras e/ou seguradoras controladas pelo Estado; levar o acordo de leniência a conhecimento dos citados órgãos e solicitar a manutenção dos contratos celebrados; prestar a declaração a terceiros informando o cumprimento das obrigações efetuadas pela Colaboradora e seus prepostos objetivando a celebração de outros contratos com os supracitados órgãos e também com a Administração Pública Estrangeira. (BRASIL, 2017, p. 30).

No que tange as suas atividades empresariais, a cláusula 37 do Termo previu o direito de manutenção das suas atividades, sem restrições, podendo contratar financiamentos, emitir títulos de dívida e valores mobiliários e realizar operações financeiras de qualquer natureza, respeitando as normas legais. (BRASIL, 2017, p. 33).

Todavia, ao MPF também foram impostos alguns compromissos objetivando o efetivo cumprimento e andamento do acordo de leniência, assim dispostos na cláusula 17 do Termo: I) o MPF se compromete a manter dialogo com outros órgãos em que a Colaboradora possa vim a propor o acordo de leniência, como por exemplo com a CGU, entre outros, com o ímpeto de evitar a duplicidade no pagamento a título de ressarcimento e também para a colaboradora garantir o termo de “marker” perante aqueles órgãos, ou seja, este termo é a garantia da primeira manifestação, haja vista que esta é um dos requisitos para ter direito na celebração do acordo de leniência, conforme art. 16, § 1º, I da Lei Anticorrupção; II) emitir certidão ou prestar informações aos órgãos em que a Colaboradora possa vim a propor o acordo de leniência, mas preservando o sigilo decorrente do acordo; III) não propor ação criminal de qualquer natureza em face dos aderentes do acordo, por suas condutas reveladas, salvo se houver outras regras previstas, desde que tais condutas também sejam objeto do acordo de colaboração premiada ou de Termo de Adesão de Preposto ao Acordo de Leniência; IV) não propor ação de natureza cível ou sancionatório contra os aderentes, enquanto estiverem sendo cumpridas integralmente as cláusulas estabelecidas no acordo, salvo necessidade de interromper a prescrição, for oferecida com pedido exclusivamente declaratório, sendo que em seguida a propositura deverá ser pedido a suspensão do seu trâmite;

V) dialogar com os órgãos públicos, empresas públicas e sociedades de economia mista para que retirem quaisquer eventuais restrições cadastrais à Colaboradora; VI) prestar informações a terceiros, quando solicitado pela Colaboradora, declarando os compromissos firmados no acordo, com o intuito de celebração ou manutenção de contratos com tais terceiros, sejam privados, inclusive instituições financeiras e seguradoras, ou adquirentes de ativos da Colaboradora, com órgãos ou entidades públicas, assim, a Colaboradora também detém autorização para dar publicidade as informações sem violar o dever de sigilo; VII) defender perante terceiros a validade e eficácia de todos os termos e condições do Acordo; VIII) fazer petições em qualquer instância judicial ou administrativa, podendo utilizar todos os meios processuais admissíveis; IX) se empenhar para demonstrar às autoridades estrangeiras que possuem atribuição sobre fatos revelados no acordo que as pactuações feitas são adequadas para a reparação do ilícito verificado; X) A requerer em juízo, o levantamento de eventuais medidas cautelares patrimoniais ou garantias cautelares sobre bens e ativos das empresas e pessoas vinculadas à Colaboradora. (BRASIL, 2017, p. 18).

O inciso IV mencionado acima diz respeito a interrupção do prazo prescricional previsto no art. 16, § 9º da Lei Anticorrupção. (BRASIL, 2017).

A cláusula 16, § 3º do Termo do Acordo de Leniência estabelece que o MPF deva postular a suspensão das ações civis públicas e de improbidade demandadas contra a colaboradora até o final do cumprimento do acordo e também o reconhecimento apenas declaratório das sentenças correlatas aos atos de improbidade administrativa. (BRASIL, 2017, p. 21).

Com relação ao sigilo do acordo de leniência, o MPF previu um sigilo parcial, haja vista que até a assinatura do acordo deverá ser mantido em segredo, mas após a celebração, o sigilo poderá ser levantado para fins de divulgação à imprensa e estudos acadêmicos, assim estabelecido na Cláusula 20 do Termo. (BRASIL, 2017, p. 24).

A supracitada cláusula está de acordo com o art. 16, § 6º da Lei Anticorrupção, o qual diz que “a proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a efetivação do respectivo acordo, salvo no interesse das investigações e do processo administrativo”. (BRASIL, 2017).

A ressalva do supramencionado artigo também foi estabelecida no Termo na cláusula 20, § § 1º, 3º e 4º, discorrendo que :

[...]

**§ 1º.** O **Ministério Público Federal** poderá, a seu critério, manter o sigilo dos anexos, documentos e elementos probatórios que instruem o **Acordo**.

[...]

**§ 3º.** O sigilo previsto nesta cláusula não impedirá que o **Ministério Público Federal** forneça cópia deste **Acordo** ou compartilhe provas e documentos recebidos em razão dele com outras instituições que colaboram com suas investigações, devendo o dever de sigilo, se for o caso, ser transmitido à instituição ou órgão receptor das provas e documentos.

**§ 4º.** Se o interesse público assim o exigir, poderá o **Ministério Público Federal**, antes do prazo previsto nesta cláusula, levantar totalmente o sigilo deste **Acordo**, por meio de despacho fundamentado, mediante ciência da **COLABORADORA**.

Com relação ao parágrafo terceiro, foi realizado o Primeiro Aditamento no qual ficou acordado que o acesso e o compartilhamento das informações a outros órgãos ou terceiros interessados deverá ser feito através de um Termo de Adesão Institucional, devendo dar ciência à Colaboradora no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do termo. (Brasil, 2017, p. 02).

No caso de compartilhamento de informações, com o fim de investigação criminal sobre a colaboradora, com autoridade estrangeira, o MPF deverá dar ciência à Colaboradora no prazo de 10 (dez) dias, contados da comunicação a autoridade estrangeira, salvo nos casos que necessitam de sigilo, assim definido no § 8º do Termo do Acordo de Leniência. (BRASIL, 2017, p. 22).

No que concerne aos benefícios do acordo de leniência, estes serão estendidos a todo grupo econômico da colaboradora, assim disposto na cláusula 17, § 3º do Termo. (BRASIL, 2017, p. 21).

Esta cláusula faz referência à extensão dos efeitos gerados pelo acordo de leniência conforme prevê o art. 16, § 5º da Lei Anticorrupção. (BRASIL, 2017).

A cláusula 36 do Termo fez referência à questão da vinculação do Acordo de Leniência à Colaboração Premiada, firmado por executivos e dirigentes da empresa e homologado pelo Supremo Tribunal Federal, estabelecendo que se esta for rescindida aquele também poderá ser procedido de rescisão integral. (BRASIL, 2017, p. 33).

Com relação ao benefício da não publicação extraordinária da condenação, previsto no art. 16, § 2º da Lei Anticorrupção, o Termo restou silente sobre o assunto, porém, o Acordo de Leniência não foi finalizado, sendo passível de ser feito um posterior aditamento fazendo previsão de tal benefício.

Com relação às demais regras que foram impostas no Termo do Acordo de Leniência e não estão especificados na Lei Anticorrupção, auferem legitimidade

no art. 16, § 4º da Lei anticorrupção, o qual dispõe que “o acordo de leniência estipulará as condições necessárias para assegurar a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo”. (BRASIL, 2017).

Assim, conclui-se que as disposições do Acordo de Leniência firmadas pelo MPF com a pessoa jurídica J & F Investimentos S.A foram previstas de acordo com a Lei Anticorrupção.

## 5 CONCLUSÃO

O presente trabalho foi realizado com o intuito de promover um estudo sobre a Lei Anticorrupção e o acordo de leniência, tendo em vista que ambos os institutos foram editados com o ímpeto de serem utilizados como instrumentos de combate à corrupção no Brasil. Além disso, buscou fazer uma análise da aplicação e efetividade do acordo de leniência no campo das práticas corruptivas, trazendo à tona algumas fragilidades encontradas na legislação, tendo em vista que algumas já estão em processo de análise e discussão.

Para promover o melhor entendimento sobre os temas, antes de adentrar no foco central do estudo foram feitas as notas conceituais e introdutórias sobre os assuntos em questão, após foram realizadas as análises objetivadas na pesquisa.

O primeiro assunto objeto da pesquisa foram as responsabilidades civis e administrativas da pessoa jurídica e da pessoa física envolvidas no ilícito, assunto gerador de polêmicas, pois a responsabilização das duas ocorrem de formas diferentes, haja vista que a pessoa jurídica será responsabilizada de forma objetiva, ou seja, não será verificada a sua culpa diante da infração, necessitando apenas da comprovação do fato, do resultado e do nexos causal, já a pessoa física terá a sua responsabilização de forma subjetiva, na qual será feita a análise da sua culpa e somente será responsabilizada na medida da sua culpabilidade.

A responsabilidade civil imposta na Lei Anticorrupção diz respeito ao dever de reparação dos prejuízos causados à Administração Pública e a terceiros. No que concerne a responsabilidade administrativa, esta estabelece como sanção multa e a publicação extraordinária da decisão condenatória.

A referida lei também previu a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica no caso de restar comprovado a intenção de cometer fraudes ou promover confusão patrimonial.

Ademais, instituiu o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, o qual promove a publicidade das sanções impostas às empresas que foram punidas por práticas corruptivas.

A Lei Anticorrupção trouxe sanções mais severas com o intuito de desencorajar as pessoas jurídicas de praticarem atos de corrupção que causam danos a Administração Pública e à sociedade em geral.

No entanto, tal severidade imposta pela lei poderá ser equilibrada através do acordo de leniência, sendo este o segundo objeto de pesquisa do presente estudo.

O acordo de leniência é um instrumento utilizado para obter informações e documentos que comprovem atos ilícitos de forma célere, considerando que muitos esquemas são muito bem elaborados pelos envolvidos, tornando complexa a descoberta dos ilícitos pelas vias normais de investigação do Estado.

A possibilidade de celebrar o acordo de leniência depende de alguns requisitos, tais como o ineditismo na manifestação, ou seja, a pessoa jurídica interessada deve ser a primeira a fazer manifestação do seu interesse em firmar o acordo, também deverá cessar por completo seu envolvimento no ilícito, ademais, deve admitir sua participação no ilícito e exercer cooperação plena nas investigações, comparecendo sempre que solicitado a todos os atos do processo.

A pessoa jurídica que preencher os requisitos exigidos pela Lei Anticorrupção poderá celebrar o acordo de leniência fazendo jus ao benefícios concedidos, desde que, identifique os demais envolvidos e propicie a obtenção célere das informações e documentações que comprovem a infração.

Porém, a previsão dos benefícios gera questionamentos, tendo em conta que o acordo de leniência somente pode ser firmado com a pessoa Jurídica, não abarcando a pessoa física envolvida, assim, os benefícios não serão estendidos aos sócios, gerentes, administradores, funcionários envolvidos no ilícito, fazendo com que gere a desmotivação na colaboração no acordo por parte destes, pois não terão nenhuma vantagem em virtude da sua colaboração. Portanto, seria de grande valia que os efeitos também se estendessem as pessoas físicas, tendo em vista que a empresa não haje por si só, mas é representada pelas pessoas supracitadas.

A competência para celebrar o acordo também é motivo de conflitos, estes ocorridos entre o CGU, MPF e TCU, haja vista que a Lei Anticorrupção delegou competência à CGU para firmar o acordo no âmbito do Poder Executivo Federal, no entanto, o MPF e o TCU questionam a sua não participação na negociação, pois alegam que poderá restar comprometida certas investigações sigilosas em andamento.

Com o intuito de solucionar os conflitos existentes entre os órgãos foi proposto pelo Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) o Projeto de Lei PLS n. 105/2015 que propõe incluir o § 11 no art. 16 da Lei Anticorrupção, o qual atribui ao

MPF o controle e a homologação do acordo de leniência firmado com a CGU. O referido projeto foi substituído pelo Projeto de Lei nº 3636/2015, estando em trâmite na Câmara dos Deputados.

Nesta esteira, foi realizada uma análise do acordo de Leniência firmado entre o MPF e a pessoa jurídica J&F Investimentos S.A., cujo acordo decorreu de uma colaboração premiada. A colaboradora preencheu todos os requisitos e diante da sua colaboração fez jus a redução de um terço da multa aplicada, não restou proibida de contratar com o Poder Público, no entanto, com relação a publicação extraordinária da decisão da sua condenação não foi mencionado no Termo do acordo, porém, ainda pode ser passível de aditamento, pois o acordo ainda se encontra em andamento.

Assim, resta concluir que o acordo de leniência possui diversas fragilidades, mas que são passíveis de reformulação.

Portanto, infere-se que mesmo com as fragilidades existentes, o acordo de leniência está atraindo interessados, logo, se forem feitas algumas reformulações, como a melhoria dos benefícios nas esferas civil, administrativa e incluindo vantagens na área penal, propiciando a possibilidade de extensão dos efeitos às pessoas físicas e promovendo o trabalho em conjunto da CGU, do MPF e do TCU, acredita-se que tornará o acordo de leniência mais efetivo e atrativo, aumentando à procura por parte das pessoas jurídicas bem como das pessoas físicas, ampliando as condições de investigações por parte da autoridade competente e promovendo o desmantelamento da corrupção que assola o país.

## REFERÊNCIAS

ABDO, Ricardo Camarotta. **Lei Anticorrupção**: o acordo de leniência e seus principais aspectos. Dissertação (Mestrado em Direito Administrativo). 2016. 148 f. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/19593/2/Ricardo%20Camarotta%20Abdo.pdf>>. Acesso em: 28 set 2017.

ALMEIDA NETO, Edmilson Machado de. **Combate à Corrupção**: uma Análise do Acordo De Leniência e do Programa de Compliance na Lei nº 12.846/2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito). 2015. 75 f. Universidade de Brasília. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/10837/1/2015\\_EdmilsonMachadodeAlmeidaNeto.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/10837/1/2015_EdmilsonMachadodeAlmeidaNeto.pdf)>. Acesso em: 21 de agosto de 2017.

ANDRADE, Flavio da Silva. Reflexões sobre os Instrumentos de Consenso na Defesa da Concorrência: acordo de leniência e termo de compromisso de cessação de prática antitruste. **Revista Jurídica do Centro de Estudos Judiciários**. Brasília, Ano XXI, n. 71, p. 109-121, jan./abr. 2017. Disponível em: <[file:///C:/Users/f45144/Downloads/2220-5923-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/f45144/Downloads/2220-5923-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 29 set 2017.

BRASIL. **Lei 12.846**, de 01 de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm)>. Acesso em 22 mar 2017.

BRASIL. **Lei 12.529**, de 30 de novembro de 2011. Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências. Disponível em:



<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm)>. Acesso em: 22 mar 2017.

BRASIL. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil Brasileiro**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 04 de jul de 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei 8420**, de 18 de março de 2015. Regulamenta a Lei no 12.846, de 1o de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8420.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8420.htm)> Acesso em: 02 out 2017.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 5.208**, de 10 de maio de 2016. Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e a Lei nº 8.429, de 2 de julho de 1992 para dispor sobre condições para celebração de acordos de leniência com pessoas físicas e pessoas jurídicas, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2083754>>. Acesso em: 14 out 2014.

BRASIL. **Termo Acordo de Leniência da J&F Investimentos S.A.** Disponível em: <<https://direitodescomplicado.com/conheca-o-acordo-de-leniencia-da-jf-homologado-pela-camara-de-coordenacao-e-revisao-do-mpf/?pdf=39283>>. Acesso em: 15 out 2017.

BRASIL. **Despacho Complementar do IC nº 1.16.000.000393/2016-10 e PA de acompanhamento nº 1.16.0000.001755/2017-62**. Disponível em: <<https://direitodescomplicado.com/conheca-o-acordo-de-leniencia-da-jf-homologado-pela-camara-de-coordenacao-e-revisao-do-mpf/?pdf=39283>>. Acesso em: 15 out 2017.

BRASIL. **Aditamento do Termo do Acordo de Leniência**. Disponível em:

<<https://direitodescomplicado.com/conheca-o-acordo-de-leniencia-da-jf-homologado-pela-camara-de-coordenacao-e-revisao-do-mpf/?pdf=39283>>. Acesso em: 15 out 2017.

BARCELOS, Brenno Roberto Amorim, HENTZ, Luiz Antonio Soares. Defesa da Concorrência na Legislação Brasileira: Implicações da Lei n. 12.846/2013. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**, jul/dez 2016. p. 87-99. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/nomos/article/view/2165/4554>>. Acesso em: 6 out 2017.

BRAGA, NETTO, Felipe Peixoto. **Uma nova hipótese de responsabilidade objetiva na ordem jurídica brasileira? O Estado como vítima de atos lesivos**. In: SOUZA, J. M. & QUEIROZ, R. P. (Org.). Lei Anticorrupção. Editora JusPODIVM. 2015.

CAMPOS, Patrícia Toledo de. **Comentários à Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção**. 2015, v. 2. N. 1. p. 160-185. Revista Digital de Direito Administrativo. São Paulo. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/80943/92155>>. Acesso em: 07 de maio de 2017.

CAMPOS, Cesar Cunha. Lei anticorrupção: Transparência e Boas Práticas. **Cadernos FGV Projetos**. ano 11. nº 27. Abril/2016. Disponível em: [http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/.../caderno\\_lei\\_anticorruptao\\_site27.pdf?...1](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/.../caderno_lei_anticorruptao_site27.pdf?...1)>. Acesso em: 15 out 2017.

CARNEIRO, Adenele Garcia. **Livre concorrência na ordem econômica constitucional: desafios e perspectivas da regulação postal brasileira**. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado em Empreendimentos Econômicos). Universidade de Marília. Disponível em: <<http://www.unimar.br/pos/trabalhos/arquivos/4E51EE3EE7E2110F8FC24D1E4F9A3D20.pdf>> Acesso em: 28 set 2017.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 26.ed. São Paulo: Atlas, 2013. 1266 p.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 11. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2014. 641 p.

CAVALHEIRO, Daniela Tocchetto. Comentário acerca da Lei Anticorrupção e do acordo de leniência. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n. 68, out. 2015. Disponível em:

<[http://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao068/Daniela\\_Cavalheiro](http://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao068/Daniela_Cavalheiro)> Acesso em: 28 maio 2017.

CGU-Controladoria-Geral da União. **Relatório de Gestão Exercício 2015**. Disponível em:< <http://www.cgu.gov.br/sobre/auditorias/arquivos/2015/relatorio-de-gestao-cgu-2015.pdf>>. Acesso em: 12 out 2017.

CRUZ, Alcir Moreno da. **O acordo de leniência no direito pátrio: uma teoria embrionária**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XX, n. 161, jun 2017. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=18967&revista\\_caderno=4](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18967&revista_caderno=4)>. Acesso em 24 set 2017.

DIPP, Gilson, CASTILHO, Manoel L. Volkmer de. **Comentários sobre a Lei Anticorrupção**. São Paulo: Editora Saraiva, 2016. 191 p.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 966 p.

DRUMMOND, João Augusto de Moraes. Da sanção pela prática objetiva de ato ilícito administrativo pela pessoa jurídica na lei anticorrupção brasileira: teoria do ato ilícito por seu efeito imediato: análise da norma. **Revista Síntese de Direito Administrativo**, São Paulo, SP, v. 9, n. 104, p.58-81, ago. 2014.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. V.1, 18 ed, Saraiva: São Paulo, 2002.

GALDINO, Gustavo Brito. **O Acordo de Leniência da Lei 12.846/2013 como Corolário do Princípio da Preservação da Empresa**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito). Instituto Brasiliense de Direito Público – Idp - Escola de Direito de Brasília – Edb Curso de Graduação em Direito. 2016. 40 f. Disponível em: <[http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2074/Artigo\\_Gustavo%20Brito%20Galdino.pdf?sequence=1](http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2074/Artigo_Gustavo%20Brito%20Galdino.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 07 out 2017.

GALVÃO, Leonardo Vasconcellos Braz. **Apontamentos sobre o acordo de leniência na Lei Anticorrupção Brasileira**. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito Administrativo). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2017. 111 f. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/20024/2/Leonardo%20Vasconcellos%20Braz%20Galv%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 07 out 2017.

GONSALVES, Fernanda. **O Acordo de Leniência na Lei Anticorrupção**. 2016. 55 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/46392/126.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 06 out 2017.

KRAFT, Amanda Moreira. **O acordo de leniência como instrumento e defesa da concorrência no Brasil**. 2014. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito). Universidade Federal Do Paraná. Curitiba. Disponível em: <<http://http://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/37522/6.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 21 de agosto de 2017.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 10. ed., rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. 1440 p.

MACEDO, Fausto. Câmara de Combate à Corrupção do MPF homologa leniência de R\$ 10,3 bi da J&F. **Jornal Estadão**. São Paulo. 24 agosto de 2017. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/mpf-homologa-leniencia-de-r-103-bi-da-jf/>> Acesso em: 16 out 2017.

MEIRELLES, Hely Lopes; ALEIXO, Dêlcio Balestero; BURLE FILHO, José Emmanuel. **Direito administrativo brasileiro**. 40.ed. São Paulo: Malheiros, 2013. 941 p.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 946 p.

MORAIS, Flaviane de Magalhães Barros Bolzan de, BONACCORSI, Daniela Villani. A colaboração por meio do acordo de Leniência e seus impactos junto ao Processo Penal Brasileiro – Um estudo a partir da “Operação Lava Jato”. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo. 2016, p. 93-113. Disponível em: <[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_boletim/bibli\\_bol\\_2006/122.04.PDF](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/122.04.PDF)>. Acesso em: 29 set 2017.

MOREIRA, Eduardo Athayde de Souza; PEÑALOZA, Rodrigo. Programas de leniência, corrupção e o papel da Corregedoria da autoridade antitruste. Brasília: **Revista ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, Universidade de Brasília**, 2004. Disponível em:<<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A091.pdf>>. Acesso em: 24 de set 2017.

MOKDISSE, Samir Leonardo Hallack. **Lei nº 12.846, de 2013: mudanças e perspectivas na responsabilização da pessoa jurídica**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito). 2013. 65 f. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/117181/TCC%20%20Direito%20%20Samir%20Leonardo%20Hallack%20Modisse.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 out 2017.

NAZÁRIO, Jeferson Furlan; SEGATO NETO, Edgar. **Cartilha da Lei Anticorrupção (Lei 12.846/13)**: principais tópicos e orientações de ações a serem adotadas. Brasília. 1ª ed. dez/2015. Disponível em: <<http://www.febrac.org.br/novafebrac//images/centraldeconteudo/Cartilha-da-Lei-Anticorruptao.pdf>>. Acesso em: 20 de out 2017.

NEGRÃO, Célia Regina P. Lima, PONTELO, Juliana De Fátima. **Os Reflexos Da Lei 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção, na Administração Pública**. 2015. 19 pg. Direito Administrativo. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT. Brasília. 2015. 19 p. Disponível em: <[https://www.correios.com.br/sobre-correios/a-empresa/revista-de-estudo-de-direito-postal-da-ect/edicao-atual/pdf/2OSREFLEXOSDALEI\\_verso11\\_11\\_2015.pdf](https://www.correios.com.br/sobre-correios/a-empresa/revista-de-estudo-de-direito-postal-da-ect/edicao-atual/pdf/2OSREFLEXOSDALEI_verso11_11_2015.pdf)>. Acesso em 07 maio de 2017.

NETO, Diogo de Figueiredo Moreira, FREITAS, Rafael Vêras de. **A juridicidade da Lei Anticorrupção – Reflexões e interpretações prospectivas**. 2014. Disponível em :<<http://www.migalhas.com.br/arquivos/2014/2/art20140211-10.pdf>>. Acesso em 07 maio 2017.

OLIVEIRA, André Gustavo Veras de. O Acordo de leniência na Lei de Defesa da Concorrência e na Lei Anticorrupção diante da atual conjuntura da Petrobras. **Revista de Defesa da Concorrência**. Nov. 2015. vol. 3. p.5-27. Disponível em: <<http://www.revista.cade.gov.br/index.php/revistadedefesadaconcorrencia/article/download>>. Acesso em: 14 out 2017.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende, NEVES, Daniel Amorim Assumpção. O Sistema Brasileiro de Combate à Corrupção e a Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção). **Revista Síntese do Direito Administrativo**. São Paulo. nº 101, p. 192 a 205, maio 2014.

PAZ, Jailson Laércio Ferreira. **O Impacto da Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção) na Probidade Administrativa**. Monografia (Especialização em Direito

Administrativo) - Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP, Brasília. 2015. 134 f. Disponível em:

<[http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1971/Monografia\\_Jailson%20La%C3%A9rcio%20Ferreira%20Paz.pdf?sequence=1](http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1971/Monografia_Jailson%20La%C3%A9rcio%20Ferreira%20Paz.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 06 out 2017.

PEREIRA, Victor Alexandre El Khoury M. Acordo de leniência na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013). **Revista Brasileira de Infraestrutura – RBINF**, Belo Horizonte, ano 5, n. 9, p. 79-113, jan/jun. 2016. Disponível em: <<http://www.editoraforum.com.br/ef/wp-content/uploads/2017/03/acordo-leniencia-lei-anticorruptao.pdf>>. Acesso em: 06 out 2017.

RODARTE, Fabio Kupfermann. **Acordos de leniência e termos de compromisso com o BC: uma análise da Medida Provisória nº 784**. Jota Coluna do Levy & Salomão, 2017. Disponível em:

<[http://www.levysalomao.com.br/files/publicacao/anexo/20170704120314\\_acordos-de-leniencia-e-termos-de-compromisso-com-o-bc---fkr.pdf](http://www.levysalomao.com.br/files/publicacao/anexo/20170704120314_acordos-de-leniencia-e-termos-de-compromisso-com-o-bc---fkr.pdf)>. Acesso em: 05 out 2017.

RODRIGUES, Diogo Alencar de Azevedo. **Os limites formais para a celebração do acordo de leniência (Lei 12.846/13) em face das garantias do particular**. 2016. 92 f. Dissertação (Mestrado em Direito Administrativo). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16219/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20FGV%20Direito%20Rio%20TRABALHO%20FINAL%2028%20de%20mar%C3%A7o%20de%202016%20VF.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28 set 2017.

SAIDEL, Gabriel Varaldo. **O acordo de leniência da Lei 12.846/2013**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito). Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. 2015. 47 f. Disponível em: <http://www.tcc.sc.usp.br/tce/disponiveis/89/890010/tce-01092016-120007/publico/12.pdf>. Acesso em: 14 out 2017.

SALES, Marlon Roberth. BANNWART JUNIOR, Clodomiro José. O Acordo de Leniência: uma análise de sua compatibilidade constitucional e legitimidade. **Revista do Direito Público**. Londrina, v.10, n.3, p.31-50, set/dez.2015. DOI: 10.5433/1980-511X.2015v10n3p31. ISSN: 1980- 511X. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/download/23525/17601>>. Acesso em: 23 set 2017.

SALOMI, Maíra Beauchamp. **O acordo de leniência e seus reflexos penais**. 2012. 293 f. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) – Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-11102012-085658/pt-br.php>>. Acesso em: 23 set 2017.

SANTOS, Jair Lima. **Tribunal de Contas da União & Controles Estatal e Social da Administração Pública**. Curitiba: Editora Juruá, 2003. 151 p.

SENHORAS, Elói Martins. Reflexões sobre a corrupção na administração pública brasileira. **Revista Síntese de Direito Administrativo**, São Paulo, SP, v. 11, n. 132, p.12, dez/2016.

SILVA, Carlos Rodrigues da. **A Implementação da Lei Anticorrupção nº 12.846/2013 quanto a responsabilidade objetiva e os Acordos de Leniência Frente ao Ordenamento Jurídico Pátrio**. Curso de Direito das Faculdades Integradas Icesp Promove, 2013. 21 p. Disponível em: <[http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais\\_simposio/arquivos\\_up/documentos/artigos/87911a0ab11c2b0fad4228418c174eb4.pdf](http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/87911a0ab11c2b0fad4228418c174eb4.pdf)>. Acesso em: 04 out 2017.

SILVA, Vinícius de Oliveira e. **A Nova Lei Anticorrupção: Perspectivas de Aplicação da Lei n. 12.846/13 pelo Ministério Público**. p. 265-284. Disponível em: <[http://http://www.mp.go.gov.br/revista/pdfs\\_9/11-Artigo31\\_final\\_Layout%201.pdf](http://http://www.mp.go.gov.br/revista/pdfs_9/11-Artigo31_final_Layout%201.pdf)>. Acesso em 07 maio 2017.

SIMÃO, Valdir Moysés, VIANNA, Marcelo Pontes. **O acordo de leniência na lei anticorrupção: histórico, desafios e perspectivas**. São Paulo: Trevisan Editora, 2017. 272 p.



TCE-RJ. **Informativo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro**. abril a junho de 2016, nº 87. Disponível em: <http://www.tce.rj.gov.br/documents/10180/131737/TCE%20noticia%2087.pdf>

Acesso em: 14 out 2017.

TOJAL, Sebastião Botto de Barros. Constituição Federal autoriza Ministério Público a fazer acordos de leniência. **Revista Consultor Jurídico**. Ago 2017. Disponível em: <[http://www.tojalrenault.com.br/docs/-5-12-09-2017-Sebasti%C3%A3o-Tojal\\_-Constitui%C3%A7%C3%A3o-Federal-autoriza-MPF-a-fazer-acordos.pdf](http://www.tojalrenault.com.br/docs/-5-12-09-2017-Sebasti%C3%A3o-Tojal_-Constitui%C3%A7%C3%A3o-Federal-autoriza-MPF-a-fazer-acordos.pdf)>. Acesso em: 14 out 2017.

ZYMLER, Benjamin. Lei Anticorrupção Empresarial – Uma Visão do Controle Externo. **Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro** – v. 2, n. 11 (jan./jun. 2016) Rio de Janeiro: O Tribunal. Disponível em: < <http://www.tce.rj.gov.br/documents/10180/.../Revista%20do%20TCE-RJ%20-%20n%11.pdf> >. Acesso em: 15 out 2017.

**ANEXO A**  
**ACORDO DE LENIÊNCIA**



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Força-Tarefa das Operações Greenfield, Sépsis e Cui Bono  
Operação Carne Fraca

### ACORDO DE LENIÊNCIA

#### Ementa

I – Base Jurídica. II – Interesse público. III – Partes do Acordo de Leniência. IV – Poder de controle para cumprimento do acordo. V – Objeto do acordo de leniência. VI – Outros fatos revelados pelo Acordo. VII – Fatos revelados não-conexos às Operações Greenfield, Sépsis, Cui Bono e Carne Fraca. VIII – Hipótese de negativa de adesão por outros membros ministeriais. IX – Formatação dos anexos do Acordo. X – Complementação dos anexos. XI – Delimitação dos temas que são objeto do Acordo. XII – A apresentação de fatos a outros órgãos do Ministério Público. XIII – Adesão de prepostos. XIV – Fatos apurados a partir de investigação interna. XV – As obrigações da COLABORADORA. XVI – Valor pactuado no Acordo. XVII – Compromissos do Ministério Público Federal. XVIII – Declarações da COLABORADORA e Aderentes. XIX – Manifestação de Adesão. XX – Sigilo. XXI – A transferência de sigilo. XXII – Renúncia ao exercício da garantia contra a autoincriminação e do direito ao silêncio. XXIII – Rescisão por culpa da COLABORADORA. XXIV – Rescisão por culpa do Ministério Público Federal. XXV – Autoridades responsáveis pela rescisão. XXVI – Homologação do Acordo. XXVII – Contratações com o Poder Público. XXVIII – Alienação de Ativos. XXIX – Preservação da capacidade financeira da COLABORADORA. XXX – Operações a valor de mercado. XXXI – Garantia fidejussória. XXXII – Apêndices. XXXIII – Solução de controvérsias. XXXIV – Declaração de Aceitação. XXXV – Título Executivo Extrajudicial. XXXVI – Vinculação à Colaboração Premiada. XXXVII – Contratação de financiamentos e outras operações financeiras.

**O Ministério Público Federal – MPF**, por meio dos Procuradores da República abaixoassinados, com atribuição cível e criminal para a investigação e processamento de infrações penais e cíveis decorrentes dos fatos principais, conexos e correlatos revelados nas denominadas das Operações Greenfield, Sépsis, Cui Bono (Lava Jato) e Carne Fraca, bem como com atribuição para o presente ato fixada pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério

Público Federal, na forma do artigo 62, VI, da Lei Complementar 75/93 em atendimento à solicitação veiculada no ofício 79/GTLJ/PGR, de 20 de abril de 2017, de um lado, e a empresa **J&F Investimentos S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 00.350.763/0001-62 e, com sede na Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, São Paulo/SP, neste ato representada por seus representantes legais que esta subscrevem, doravante denominada **COLABORADORA**, de outro, formalizam acordo de leniência, doravante designado “**Acordo de Leniência**” ou “**Acordo**”, nos termos que seguem, envolvendo os fatos já sob investigação, aqueles

relatados em Acordo de Colaboração Premiada firmado por executivos e dirigentes da empresa e homologados pelo Supremo Tribunal Federal, bem como os que vierem a ser revelados em razão das investigações e de seus desdobramentos, incluindo quaisquer provas fornecidas voluntariamente pela **COLABORADORA** ou seus dirigentes às autoridades, nos termos de cláusula específica.

## **I – Base Jurídica**

**Cláusula 1ª.** O presente **Acordo** funda-se no artigo 129, incisos I, III e IX, da Constituição Federal; nos artigos 13 a 15 da Lei nº. 9.807/99; no art. 1º, §5º, da Lei nº 9.613/98; art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/85; no art. 26 da Convenção de Palermo; e no art. 37 da Convenção de Mérida; nos artigos 4º a 8º da Lei nº 12.850/2013; nos artigos 3º, §2º e §3º, 485, VI e 487, III, “b” e “c”, do Código de Processo Civil, nos artigos 840 e 932, III, do Código Civil, artigos 16 a 21 da Lei nº 12.846/2013 e de seu decreto regulamentador; na Lei nº 8.429/92; nos artigos 86 e 87, da Lei nº 12.529/2011 e nos princípios de composição consensual previstos no artigo 2º da Lei 13.140/2015.

## **II – Interesse público**

**Cláusula 2ª.** O interesse público é atendido com o presente **Acordo de Leniência** tendo em vista a necessidade de (i) conferir efetividade à persecução cível de outras pessoas físicas e jurídicas suspeitas e ampliar e aprofundar, em todo o País, as investigações em torno de atos de improbidade administrativa, particularmente aqueles relacionados a fatos que configurem também crimes contra a Administração Pública e o Sistema Financeiro Nacional, crimes de lavagem de dinheiro e crimes contra a Ordem Econômica e Tributária, entre outros, especialmente no que diz respeito à repercussão desses ilícitos nas esferas cível, administrativa, regulatória e disciplinar, (ii) preservar a própria existência da empresa e a continuidade de suas atividades, o que, apesar dos ilícitos confessados, encontra, entre outras justificativas, a de obter os valores necessários à reparação dos ilícitos perpetrados; (iii) assegurar a adequação e efetividade das práticas de integridade da empresa, prevenindo a ocorrência de ilícitos e privilegiando em grau máximo a ética e transparência na condução de seus negócios; e (iv) estimular que a **COLABORADORA** entabule negociações e conclua acordo em outras jurisdições, que porventura possam ter interesse em acordos semelhantes, para o fim de ser promovida a expansão das investigações de corrupção no Brasil e no exterior.

## **III – Partes do Acordo de Leniência**

**Cláusula 3ª.** Para fins deste **Acordo**, são partes o **Ministério Público Federal**, por sua Força-Tarefa das Operações Greenfield, Sépsis e Cui Bono, bem como membros responsáveis pela Operação Carne Fraca, e os membros do Ministério Público Estadual ou Distrital que adiram a este **Acordo de Leniência**, e a **J&F Investimentos S.A.**, *holding* do Grupo JBS, aqui denominada **COLABORADORA**, a qual, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, responsabiliza-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto desse **Acordo**, praticados em benefício ou no âmbito dessas empresas, entendendo-se toda referência à **COLABORADORA** como atinente a todas as empresas por ela controladas direta ou indiretamente, quer individualmente, quer em conjunto.

**Parágrafo único.** Uma vez levantado o sigilo deste **Acordo** e cientificada pelo **Ministério Público Federal** a **COLABORADORA**, as demais empresas do grupo terão o prazo de 30 (trinta) dias para subscrevê-lo à guisa de ratificação.

#### **IV – Poder de controle para cumprimento do acordo**

**Cláusula 4ª** A **COLABORADORA** afirma ter plena prerrogativa para exercer o poder de controle para determinar o cumprimento deste **Acordo** a todas as empresas controladas pela empresa **J&F Investimentos S.A.**, incluindo as empresas que, direta ou indiretamente, sejam por ela controladas ou estejam sob controle comum, as quais estão listadas no Apêndice 1.

#### **V – Objeto do acordo de leniência**

**Cláusula 5ª.** São objeto deste **Acordo de Leniência** as condutas ilícitas praticadas pela **COLABORADORA** por meio de seus prepostos, empregados, administradores, dirigentes e terceiros contratados, inclusive fornecedores de bens e prestadores de serviços, desligados ou não, e acionistas controladores e/ou com funções em órgãos de direção de qualquer das empresas do grupo econômico integrado pela **COLABORADORA**, doravante designados simplesmente **Prepostos**, desde que, cumulativamente:

I – tenham sido praticadas em nome e/ou por conta de qualquer das empresas do grupo econômico integrado pela **COLABORADORA**, ainda que *ultra vires*, e constituam ilícitos previstos na Lei 8.429/92 ou na Lei 12.846/2013, ou ainda que sejam genericamente passíveis de repressão pelo Ministério Público;

II – sejam conexas ou correlatas com aquelas que já estão sendo investigadas em procedimentos administrativos ou investigatórios criminais e/ou inquéritos civis ou policiais no âmbito das Operações Greenfield, Sépsis, Cui Bono (Lava Jato), Carne Fraca e/ou que estejam descritos nos anexos deste **Acordo**, que possam caracterizar atos de improbidade administrativa segundo a Lei nº 8.429/92 ou sejam previstos como ilícitos na Lei Anticorrupção, ilícitos eleitorais, infrações contra o sistema financeiro nacional, contra a ordem econômica e tributária, de corrupção, contra a Administração Pública, contra a saúde pública, contra as relações de consumo, lavagem de dinheiro e formação de organização criminosa, ou crimes de qualquer outra natureza, e;

III – praticadas no âmbito de fatos descritos nos anexos deste **Acordo**, observado o disposto na Cláusula 20, ou resultem de fatos descobertos em investigação interna promovida ou a ser promovida, mesmo que não conexas ou correlatas aos fatos ou condutas em investigação pelo Ministério Público Federal, bem como de fatos informados voluntariamente pelos prepostos da **COLABORADORA**.

#### **VI – Outros fatos revelados pelo Acordo**

**Cláusula 6ª.** A **COLABORADORA** revelou e revelará aos Procuradores da República abaixo-assinados, de boa fé, fatos apurados por ela, independentemente de serem ou não conexas com os fatos investigados no âmbito das Operações Greenfield, Sépsis, Cui Bono (Lava Jato) e Carne Fraca, com a intenção de ampliar

na máxima extensão possível (i) a sua proteção no âmbito deste **Acordo**; e (ii) a utilidade pública deste **Acordo**.

## **VII – Fatos revelados não-conexos às Operações Greenfield, Sépsis, Cui Bono e Carne Fraca**

**Cláusula 7ª.** Os fatos ilícitos revelados que não sejam conexos com os fatos investigados no âmbito das Operações Greenfield, Sépsis, Cui Bono (Lava Jato) e Carne Fraca, serão informados ao membro do Ministério Público Federal com atribuição correlata, para que exerça suas atribuições com observância integral deste Acordo, ou, se de Ministério Público Estadual a atribuição, serão sumarizadamente informados ao Ministério Público Estadual que a detenha, perante o qual o **Ministério Público Federal** empreenderá gestões para que adira a este **Acordo**.

## **VIII – Hipótese de negativa de adesão por outros membros ministeriais**

**Cláusula 8ª.** Em caso de negativa de adesão a este **Acordo de Leniência** pelo membro do Ministério Público mencionado Cláusula 7ª, por qualquer motivo, os anexos e provas decorrentes deste **Acordo de Leniência** que digam respeito aos fatos submetidos a tais promotores ou procuradores e cuja adesão foi negada serão devolvidas pelo **Ministério Público Federal** à empresa, mediante recibo, e não poderão ser utilizadas pelo membro do Ministério Público não aderente para quaisquer fins. Na hipótese de um anexo que aponte fatos atinentes a duas jurisdições ter sido rejeitado por um dos membros do Ministério Público competente e não pelo outro, o anexo poderá ser utilizado pelo último após excluídas as informações que digam respeito aos fatos de atribuição do Ministério Público não aderente.

## **IX – Formatação dos anexos do Acordo**

**Cláusula 9ª.** As condutas apontadas pela **COLABORADORA** como ilícitas estão descritas em tantos anexos a este **Acordo de Leniência** quanto forem identificados como independentes entre si, acompanhados por todas as provas, documentos, depoimentos e indícios respectivos apurados pela **COLABORADORA** até o momento da assinatura deste **Acordo de Leniência**. Caso a **COLABORADORA** não possa, na data da celebração deste **Acordo**, fornecer a integralidade dos documentos e das provas mencionados acima, em razão de prévia entrega à Procuradoria-Geral da República, caberá à instituição coordenar-se internamente para a replicação dos referidos elementos, o que fica desde já autorizado pela **COLABORADORA**.

## **X – Complementação dos anexos**

**Cláusula 10.** A **COLABORADORA**, por meio das empresas do seu grupo econômico e de **Prepostos**, apresentou ao Ministério Público Federal os fatos que nesta data constam dos anexos a este **Acordo** e concorda, assim como todos os **Prepostos** que nesta data aderem ou que vierem a aderir a este **Acordo**, em trazer ao conhecimento do Ministério Público Federal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de homologação do presente Acordo, ou da data de adesão a

ele, conforme o caso, a complementação de tais anexos e os demais fatos e provas que sejam apurados em investigações internas e que possam auxiliar na investigação de infrações descritas neste **Acordo de Leniência**.

## **XI – Delimitação dos temas que são objeto do Acordo**

**Cláusula 11.** Este **Acordo de Leniência** limita a proteção da **COLABORADORA** e das empresas de seu grupo econômico aos temas objeto de especificação nos anexos deste **Acordo** ou que resultem de fatos descobertos suplementarmente, inclusive em investigação, compreendendo-se como anexos os relatos já entregues ou que venham a ser entregues pela **COLABORADORA**, empresas de seu grupo econômico e pelos **Aderentes**, acompanhados dos elementos entregues ou que vierem a ser entregues pela **COLABORADORA** ou **Aderentes** ao Ministério Público Federal, tais como documentos, provas, dados de corroboração, sistemas eletrônicos e de informática, bases de dados, entrevistas documentadas e depoimentos prestados pelos **Prepostos**, bem como condutas ativas de colaboração adotadas pela **COLABORADORA** com autorização judicial.

## **XII – A apresentação de fatos a outros órgãos do Ministério Público**

**Cláusula 12.** Os fatos e condutas ilícitas constantes dos anexos a este **Acordo de Leniência** que não sejam da atribuição da Força-Tarefa das Operações Greenfield, Sépsis, Cui Bono (Lava Jato) ou do membro responsável pela Operação Carne Fraca serão apresentados pelo **Ministério Público Federal** ao membro do Ministério Público Estadual ou Distrital com atribuição para a investigação, observada a cláusula 7a, para que este:

I – adira a este **Acordo**, sem alteração de suas cláusulas, ou;

II – recuse a adesão a este **Acordo**, situação em que todos os anexos que lhe foram apresentados, ou sumários, devem ser devolvidos ao Ministério Público Federal, sendo vedada a utilização, para qualquer finalidade, de eventuais documentos e elementos fornecidos, ainda que por cópia reprográfica ou digital.

## **XIII – Adesão de prepostos**

**Cláusula 13.** Poderão aderir ao presente **Acordo de Leniência**, por meio da assinatura de **Termo de Adesão de Preposto ao Acordo de Leniência**, e assim obter todos os benefícios de que trata este **Acordo**, especialmente os previstos nos incisos III a VII da cláusula 17, os **Prepostos** que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da homologação do **Acordo**, manifestem sua intenção de adesão, no limite dos fatos ilícitos por eles reconhecidos, observando-se:

I – em relação aos fatos e condutas que guardem relação com os fatos abrangidos nos Anexos ao presente **Acordo** e sejam de sua atribuição, o **Ministério Público Federal** avaliará de boa-fé sua inclusão, observadas as demais cláusulas deste **Acordo**;

II – em relação aos fatos e condutas que não guardem relação com os fatos abrangidos nos Anexos ao presente **Acordo** e/ou não sejam de sua atribuição, o

**Ministério Público Federal** observará o disposto nas cláusulas anteriores deste Acordo;

III – que as leniências da **COLABORADORA** e de cada um dos **Aderentes** são independentes entre si, inclusive quanto à defesa técnica e conflito de interesses.

§ 1º. Não importará em confissão quanto à matéria de fato, nem reconhecimento de ilicitude da conduta analisada, a proposta de adesão a este acordo de leniência rejeitada, da qual não se fará qualquer divulgação.

§ 2º. O **Termo de Adesão de Preposto ao Acordo de Leniência** deverá ser assinado pela pessoa física aderente em conjunto com seu advogado e, ao menos, um membro do **Ministério Público Federal**, e será homologado em juízo.

§ 3º. O **Termo de Adesão de Preposto ao Acordo de Leniência** deverá conter o resumo dos fatos ilícitos de responsabilidade do **Aderente** e a eventual aplicação de sanções penais a este.

§ 4º. Quando não for decidida a extensão de imunidade penal ao **Aderente**, a critério do **Ministério Público**, deverá o **Termo de Adesão de Preposto ao Acordo de Leniência** prever, preferencialmente, penas restritivas de direitos, na forma do artigo 43 do Código Penal, hipótese em que será oferecida denúncia pelo **Ministério Público** após a homologação do Termo de Adesão.

#### **XIV – Fatos apurados a partir de investigação interna**

**Cláusula 14.** Os fatos e condutas ilícitas que venham a ser apurados por meio da investigação interna promovida pela **COLABORADORA** serão apresentados ao Ministério Público Federal, obedecendo o disposto nas cláusulas anteriores, bem como:

I – em relação aos fatos e condutas ilícitas que guardem relação com os fatos abrangidos nos Anexos do presente **Acordo** e sejam de sua atribuição, o **Ministério Público Federal** avaliará de boa-fé sua inclusão neste Acordo, podendo negá-la em virtude da gravidade do fato/ou culpabilidade da conduta, ou ainda pela constatação de sua sonegação dolosa por ocasião da celebração deste Acordo, observadas as demais cláusulas deste **Acordo**;

II – em relação aos fatos e condutas ilícitas que não guardem relação com os fatos abrangidos nos Anexos ao presente **Acordo** e/ou não sejam de sua atribuição, serão apresentados, sumarizadamente, pelo **Ministério Público Federal** ao membro do Ministério Público com atribuição para a investigação, aplicando-se no que couber o disposto na Cláusula 12.

#### **XV – As obrigações da COLABORADORA**

**Cláusula 15.** A **COLABORADORA** compromete-se, a partir da homologação do presente **Acordo**, a:

I – Apresentar descrição suplementar detalhada dos fatos mencionados nos Anexos deste **Acordo**, identificando, em particular, os participantes das infrações e ilícitos de



que a **COLABORADORA**, ou empresas de seu grupo econômico, tenha participado ou tenha conhecimento, inclusive agentes políticos, funcionários públicos (incluídos os temporários), sócios, diretores e funcionários de outras empresas que estiveram envolvidos, descrevendo os papéis dos agentes envolvidos e detalhando o envolvimento da **COLABORADORA**, empresas de seu grupo econômico, e seus **Prepostos** de qualquer espécie;

II – Apresentar documentos, informações e outros materiais relevantes e suplementares descobertos após a celebração deste **Acordo**, inclusive os que sejam descobertos por meio de investigação interna ou por qualquer outra forma (fortuita ou não), sobre os quais a **COLABORADORA** e empresas do grupo econômico detenham a posse, custódia, controle ou acesso, que constatem os fatos narrados nos Anexos a este **Acordo de Leniência**, ou indicar a pessoa que os custodie ou o local onde possam ser encontrados, caso não estejam na sua posse, custódia, controle ou acesso;

III – Apresentar relatórios para cada fato ilícito identificado nos termos da Cláusula 5ª acima, os quais deverão compreender a narrativa detalhada das condutas e a consolidação de todas as provas relacionadas a cada fato, englobando as provas documentais colhidas no âmbito de investigações internas, as provas colhidas na investigação oficial a que tenham acesso e, na medida de seu alcance, depoimentos de **Aderentes** ou de **Prepostos** relacionados aos ilícitos que são objeto deste **Acordo** prestados em outros procedimentos;

IV – Apresentar quaisquer outras informações, documentos ou materiais relevantes relacionados aos fatos narrados nos anexos a este **Acordo de Leniência**, ou que venham a ser revelados na investigação interna, de que a **COLABORADORA** e empresas do grupo econômico detenham a posse, custódia ou controle, sempre que solicitado pelo Ministério Público Federal, desde que preservado o privilégio da relação advogado-cliente;

V – Prestar ao **Ministério Público Federal** todas as informações de que as empresas de seu grupo econômico dispuserem ou puderem obter para esclarecer os dados encontráveis em sistemas eletrônicos e bases de dados eletrônicos.

VI – A agir diligentemente, no curso das investigações internas, para que os **Prepostos** que detenham documentos, informações ou materiais relevantes relacionados aos fatos narrados nos anexos a este **Acordo de Leniência** venham a aderir ao presente, entregando tais materiais às autoridades mencionadas;

VII – A cessar completamente, por si ou por empresas de seu grupo econômico, seu envolvimento nos fatos narrados nos Anexos a este **Acordo de Leniência** e com qualquer atividade criminosa prevista na cláusula 5º, II, deste **Acordo**, especialmente ilícitos eleitorais, infrações contra o sistema financeiro nacional, contra a ordem econômica e tributária, de corrupção, contra a Administração Pública, contra a saúde pública, contra as relações de consumo, lavagem de dinheiro e formação de organização criminosa;

VIII – Sempre que a **COLABORADORA** e/ou seus **Aderentes** forem solicitados a comparecer pelas autoridades mencionadas, mediante prévia e escrita intimação, a

qualquer ato, procedimento ou processo judicial ou extrajudicial, a arcar com as despesas com esse comparecimento e a se abster de aplicar sanções trabalhistas àqueles que colaboraram ou vierem a colaborar;

IX – A comunicar ao ofício ou instância com atribuição do Ministério Público Federal, bem como a todos os membros do Ministério Público que adiram a este **Acordo de Leniência**, toda e qualquer alteração dos dados constantes deste instrumento;

X – A portar-se com honestidade, lealdade e boa-fé durante o cumprimento dessas obrigações;

XI – A aprimorar programa de integridade nos termos do Artigo 41 e 42 do Decreto 8.420/2015, em atenção às melhores práticas, a ser iniciado no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do presente **Acordo de Leniência**, cabendo à **COLABORADORA** apresentar ao **Ministério Público Federal** o cronograma de implantação do programa no prazo de 180 (cento e oitenta) dias;

XII – A partir da homologação do presente **Acordo**, a envidar seus melhores esforços para implantar as demais ações e medidas condizentes com as normas do padrão ISO 19600, e ISO 37001 (sistema de gestão antissuborno), quando disponível, executando tais ações e medidas em todas as empresas controladas pela *holding J&F Investimentos S.A.*;

XIII – A partir da homologação do presente **Acordo**, a pagar em seu nome, e de todos os **Aderentes**, em decorrência das infrações e ilícitos narrados nos anexos a este **Acordo de Leniência**, o valor de que trata a Cláusula 16<sup>a</sup>;

XIV – No prazo de 180 (cento e oitenta) contados a partir da homologação do presente **Acordo**, a apresentar ao **Ministério Público Federal** a identificação das empresas e contas bancárias no exterior utilizadas em conexão com os fatos ilícitos revelados neste **Acordo** e respectivos saldos, bem como a apresentar, mediante demanda, extratos e documentos das operações;

XV – A renunciar em benefício de autoridades nacionais, de acordo com formulários ou termos específicos a serem apresentados pelo **Ministério Público Federal**, aos valores depositados nas contas de que trata o inciso anterior ou que venham a ser posteriormente identificadas, que sejam de titularidade da **COLABORADORA** ou de empresas de seu grupo econômico, direta ou indiretamente, fornecendo todos os documentos e autorizações necessárias para tanto, inclusive documentos societários das empresas constituídas no exterior e autorização para liquidação dos respectivos investimentos, sendo certo que tal renúncia não se estenderá a recursos de origem lícita;

XVI – No prazo de 90 (noventa) dias a contar da homologação deste **Acordo**, a apresentar ao **Ministério Público Federal**:

a) uma lista consolidada de cada uma das doações eleitorais feitas pela **COLABORADORA** e suas controladas nos últimos 16 (dezesesseis) anos, com a indicação mínima de valor, data, beneficiário e autorizador do pagamento, devendo indicar eventual indisponibilidade desses dados;

b) uma lista consolidada com todos os beneficiários de pagamentos de vantagens indevidas que tenham atualmente prerrogativa de foro por função.

XVII – A partir da homologação do presente **Acordo** e após o fim do período de sigilo, a COLABORADORA deverá prestar auxílio, por meio da prestação de informações, documentos e depoimentos complementares de seus responsáveis e prepostos, a todas as instituições indicadas pelo **Ministério Público Federal** que cooperem com este no bojo das Operações Greenfield, Sépsis, Cui Bono (Lava Jato) e Carne Fraca, ficando também o **Ministério Público Federal** autorizado, desde já, a compartilhar provas com tais instituições;

XVIII – A **COLABORADORA** compromete-se a adimplir integralmente todas as dívidas e obrigações assumidas com os entes federativos, suas autarquias, fundações e quaisquer entidades ou bancos estatais vinculados à União, incluídos os débitos perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Instituto Nacional do Seguro Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, ressalvada a possibilidade de discussão jurídica dos referidos débitos;

XIX – A partir da homologação do presente **Acordo**, a apresentar relatórios trimestrais resumidos ao **Ministério Público Federal** sobre o cumprimento das obrigações previstas neste **Acordo**;

XX – A **COLABORADORA** compromete-se a conduzir investigação interna com duração de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser o prazo prorrogado em comum acordo com o **Ministério Público Federal**. A investigação implicará a revisão da documentação eletrônica e física, bem como entrevista de pessoas relevantes ligadas aos relatados nos Anexos, no âmbito da **COLABORADORA**, seguindo melhores práticas internacionais, com o escopo de verificar eventual existência de documentos ou elementos probatórios adicionais de corroboração dos fatos já narrados;

XXI – A **COLABORADORA** compromete-se a contratar auditoria independente, conforme as melhores práticas internacionais, que deverá realizar o controle do acompanhamento de todas as obrigações assumidas neste **Acordo**, incluindo o controle sobre a execução dos projetos sociais previstos na cláusula 16, devendo o resultado de tal auditoria e controle de acompanhamento serem consolidados em relatórios anuais;

XXII – Os resultados das auditorias e investigação interna referidas nos incisos XX e XXI serão reportados a um Comitê de Supervisão Independente, formado por 3 (três) membros independentes de reputação ilibada, que poderão ter seus nomes vetados pelo **Ministério Público Federal**, por meio de comunicação fundamentada;

XXIII – A **COLABORADORA** compromete-se a remover de todos os cargos diretivos e de conselho das companhias abertas o Sr. Joesley Mendonça Batista e a não reconduzi-lo a tais cargos por um período de 5 (cinco) anos.

**Parágrafo único.** A **COLABORADORA** e cada um dos **Aderentes** serão intimados com relação a qualquer ato ou demanda decorrente deste **Acordo de Leniência**, pessoalmente ou na pessoa de seus advogados, por um dos seguintes meios: ofício ou notificação emitido pelo **Ministério Público**, no endereço indicado no início deste

**Acordo** ou no respectivo termo de adesão. A comunicação poderá ser realizada por qualquer outro meio, inclusive eletrônico, que ateste o devido recebimento pelo destinatário.

## **XVI – Valor pactuado no Acordo**

**Cláusula 16.** Em razão dos ilícitos mencionados nos anexos do presente Acordo, a **COLABORADORA** deverá pagar, exclusivamente por sua *holding* J&F Investimentos S/A, a título de multa e valor mínimo de ressarcimento, no prazo de 25 (vinte e cinco) anos, o total de R\$ 10.300.000.000,00 (dez bilhões e trezentos milhões de reais), devendo tal valor ser destinado às entidades lesadas da seguinte forma:

I – O montante de R\$ 1.750.000.000,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta milhões de reais) deverá ser destinado ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social);

II – O montante de R\$ 1.750.000.000,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta milhões de reais) deverá ser destinado à União, por meio do pagamento de Guia de Recolhimento (GRU) com código apropriado;

III – O montante de R\$ 1.750.000.000,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta milhões de reais) deverá ser destinado à FUNCEF (Fundação dos Economistas Federais);

IV – O montante de R\$ 1.750.000.000,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta milhões de reais) deverá ser destinado à PETROS (Fundação Petrobras de Seguridade Social);

V – O montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) deverá ser destinado à Caixa Econômica Federal;

VI – O montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) deverá ser destinado ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço);

VII – O montante de R\$ 2.300.000.000,00 (dois bilhões e trezentos milhões de reais) será adimplido por meio da execução de projetos sociais, em áreas temáticas relacionadas em apêndice deste **Acordo**.

**§ 1º.** O pagamento dos valores previstos nesta cláusula dar-se-á por meio do adimplemento de 5 (cinco) parcelas semestrais, no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com vencimento inicial em 1º de dezembro de 2017, e, em seguida, outras 22 (vinte e duas) parcelas anuais que cubram o saldo devedor, com vencimento a partir de 1º de dezembro de 2020.

**§ 2º.** Os valores previstos neste **Acordo** serão corrigidos, até a quitação final, por meio do índice IPCA, ou, em sua ausência, sucessivamente, do IGP-M, do INPC ou de outro índice que adote metodologia de cálculo inflacionário similar.

**§ 3º.** Em caso de, no prazo mencionado nesta cláusula, em razão dos fatos narrados nos Anexos do presente **Acordo**, a **COLABORADORA** realizar o pagamento de outras multas e ressarcimentos em favor das entidades mencionadas nos incisos

desta cláusula, poderão ser abatidos os valores efetivamente pagos até o limite de 80% (oitenta por cento) do *quantum* devido à entidade que recebeu tais multas e ressarcimentos, não sendo cabível o direito de restituição em caso de pagamento superior a tal limite.

§ 4º. Caso a **COLABORADORA** ou quaisquer de suas empresas controladas decidam entabular outros acordos de leniência ou similares fora do país, tendo por base fatos correlacionados com os constantes nos anexos do presente **Acordo**, não poderão a **COLABORADORA** e suas empresas controladas pactuar multas e ressarcimentos em valores superiores ao mencionado no *caput* desta cláusula, sob pena de rescisão do presente **Acordo**, ou de seu necessário aditamento.

§ 5º. Eventuais multas tributárias (excluídos juros e multas moratórias), administrativas e penais pagas, ao longo dos 25 (vinte e cinco) anos previstos nesta cláusula, em razão dos fatos constantes nos anexos deste **Acordo**, poderão ser deduzidas da parcela de valores devida à União (inciso II), até o limite de 80% estabelecido no § 3º desta cláusula, sem direito de restituição, caso já tenha havido o pagamento integral da parcela devida à União prevista neste **Acordo**.

§ 6º. Eventuais multas pagas por pessoas físicas vinculadas à **COLABORADORA** em razão de acordos de colaboração premiada, transações penais ou suspensões condicionais do processo que alcancem os mesmos anexos deste acordo de leniência, ao longo dos 25 (vinte e cinco) anos previstos nesta cláusula, poderão também ser deduzidas da parcela de multa devida à União (inciso II), respeitado o limite percentual do parágrafo anterior.

§ 7º. Eventuais saldos de contas bancárias repatriados em favor da União Federal por força deste **Acordo**, e com fundamentos nos anexos deste **Acordo**, poderão ser deduzidos da parcela devida à União (inciso II desta cláusula).

§ 8º. Caso o pagamento das parcelas de valores prevista na presente cláusula coloque em risco real a capacidade real de pagamentos doutras obrigações de empresas da **COLABORADORA**, poderá o **Ministério Público Federal**, por meio de seu órgão competente e com a homologação da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, autorizar a suspensão temporária da exigibilidade de uma ou mais parcelas, por meio da assinatura de aditivo ao presente **Acordo**.

§ 9º. Durante o período em que se encontrar devedora da obrigação de que trata esta cláusula, a **J&F Investimentos S.A.** só poderá distribuir aos seus acionistas lucros e dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio, a cada exercício contábil, na medida em que tenha efetuado o pagamento integral da última parcela vencida, limitado ao mínimo obrigatório previsto no art. 202 da Lei 6.404/76.

§ 10. A distribuição de lucros/dividendos ou pagamento de juros em valor superior só poderá ocorrer se houver pagamento de parte da próxima parcela vincenda em valor equivalente ao lucro/dividendo adicional a ser distribuído ou aos juros pagos.

§ 11. O disposto no presente **Acordo**, especialmente na presente cláusula, não impede eventuais entidades lesadas de pleitearem, em juízo ou arbitragem, outros ressarcimentos que considerem devidos, devendo-se respeitar, em todo caso, a regra de abatimento prevista no parágrafos 3º e 5º desta cláusula.

§ 12. A execução dos projetos sociais mencionados no inciso VII desta cláusula será objeto de auditoria independente específica, que terá por objeto tanto a correta execução dos recursos quanto a avaliação dos impactos sociais dos projetos, consolidando os resultados da auditoria por meio de relatórios anuais que serão entregues, para fins de controle, ao **Ministério Público Federal**, que dará, por sua vez, ampla publicidade a tais relatórios.

§ 13. A **COLABORADORA** deverá realizar a devida publicidade ativa dos projetos sociais mencionados no inciso VII desta cláusula, vinculando, em tal publicidade, a existência do presente **Acordo** com o **Ministério Público Federal**.

§ 14. Os gastos com publicidade mencionados no parágrafo anterior não poderão ser abatidos da multa mencionada nesta cláusula.

§ 15. Em caso de rescisão do presente **Acordo** e vencimento antecipado da dívida prevista nesta cláusula, a parcela prevista no inciso VII será dividida em favor das entidades mencionadas no incisos I a VI, de acordo com a proporção ali estabelecida.

## **XVII – Compromissos do Ministério Público Federal**

**Cláusula 17.** Considerando a gravidade e a repercussão social dos fatos apurados, e a eficácia da colaboração acordada, o **Ministério Público Federal**, nas atribuições da Força-Tarefa das Operações Greenfield, Sépsis e Cui Bono e dos demais membros que assinam o presente **Acordo**, compromete-se:

I – A empreender diálogo ativo com outras autoridades ou entidades públicas com as quais a **COLABORADORA** venha a entabular tratativas para a celebração de acordos tendo como objeto os mesmos fatos revelados no âmbito deste **Acordo**, tais como o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (MTFC, antiga Controladoria Geral da União – CGU), autoridades dos Estados e Municípios competentes para a instauração dos processos de responsabilização nos termos da Lei 12.846/13, Tribunal de Contas da União, dos Estados e dos Municípios, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, Advocacia Geral da União – AGU e as advocacias públicas dos Estados e Municípios, e empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como autoridades estrangeiras, inclusive o Departamento de Justiça dos EUA e a *Securites and Exchange Commission* dos EUA, no que couber, para a realização de acordos semelhantes com esses órgãos, inclusive com a consideração da data da assinatura desse **Acordo de Leniência** para efeitos de termo de “marker” perante aqueles órgãos, se as empresas do grupo econômico da **COLABORADORA** ainda não o tiverem obtido, inclusive com o objetivo de evitar o ressarcimento em duplicidade no tocante ao valor pago por meio deste **Acordo**;

II – A emitir certidão ou prestar informação, perante órgãos ou autoridades mencionadas na alínea anterior ou autoridades estrangeiras, da extensão da cooperação da **COLABORADORA**, incluindo o grau de relevância dos fatos revelados, a utilidade para a identificação dos demais envolvidos em atos ilícitos e para a obtenção célere de informações, documentos e elementos comprobatórios,

bem como outros elementos que forem pertinentes para a celebração de acordos no âmbito desses órgãos ou entidades com vistas à concessão do benefício correspondente. Sem prejuízo de refletir o integral valor da colaboração, a certidão preservará o sigilo decorrente do presente **Acordo de Leniência** sobre os fatos revelados, sempre que tais fatos ou parte do **Acordo** ainda estejam mantidos sob sigilo;

III – A não propor qualquer ação de natureza criminal contra os **Aderentes** por suas condutas reveladas em decorrência deste **Acordo**, ou constantes dos anexos, inclusive documentos, provas, dados de corroboração, sistemas eletrônicos, bases de dados, entrevistas e depoimentos prestados, salvo de acordo com as regras deste próprio **Acordo**, e desde que tais condutas reveladas também sejam objeto do acordo de colaboração premiada ou de **Termo de Adesão de Preposto ao Acordo de Leniência**;

IV – A não propor qualquer ação de natureza cível ou sancionatória, inclusive ações de improbidade administrativa, pelas condutas reveladas em decorrência deste **Acordo de Leniência**, contra a **COLABORADORA**, empresas de seu grupo econômico, **Aderentes**, enquanto cumpridas integralmente as cláusulas estabelecidas neste **Acordo**, salvo se, por necessidade de interromper a prescrição, for oferecida com pedido exclusivamente declaratório, caso em que, em seguida à propositura, far-se-á requerimento de suspensão de seu trâmite, nos termos do §3º da presente cláusula;

V – A empreender diálogo ativo com os órgãos públicos, empresas públicas e sociedades de economia mista para que retirem quaisquer eventuais restrições cadastrais à **COLABORADORA** que sejam relacionadas aos fatos objeto deste **Acordo** ou à sua celebração;

VI – A prestar declarações a terceiros, conforme solicitado pela **COLABORADORA**, atestando o conteúdo e/ou cumprimento dos compromissos assumidos por ela e pelas empresas de seu grupo econômico, quando necessárias para permitir a celebração ou manutenção de contratos com tais terceiros, sejam privados, inclusive instituições financeiras e seguradoras, ou adquirentes de ativos da **COLABORADORA**, e órgãos e entidades públicas, ficando a **COLABORADORA** desde já autorizada a dar publicidade a estas declarações sem que seja considerada violação de dever de sigilo decorrente do presente **Acordo de Leniência**; e

VII – A defender perante terceiros a validade e eficácia de todos os termos e condições deste **Acordo** para todos os fins;

VIII – A peticionar em qualquer instância judicial ou administrativa, objetivando a validade e a eficácia do presente **Acordo**, podendo usar de todos os meios processuais admissíveis;

IX – A envidar os melhores esforços de seus integrantes visando a demonstrar a autoridades estrangeiras com possíveis atribuições sobre os fatos relevados no âmbito deste **Acordo**, que os valores e condições pactuados com a **COLABORADORA** são adequados para a reparação dos ilícitos verificados;

X – A requerer em juízo, por meio de seus procuradores com atribuição para os processos, o levantamento de eventuais medidas cautelares patrimoniais ou garantias cautelares sobre bens e ativos das empresas e pessoas vinculadas à **COLABORADORA**.

**§1º.** Os benefícios conferidos por este **Acordo** a cada **Aderente** só serão aplicáveis aos fatos ilícitos por ele mesmo reconhecidos. Os benefícios conferidos por este **Acordo** à **COLABORADORA** e às empresas de seu grupo econômico só serão aplicáveis na medida dos fatos relatados pela primeira ou seus Prepostos no âmbito deste **Acordo**. O disposto neste parágrafo prevalece sobre qualquer outra previsão neste **Acordo** que possa ser entendida em contrário.

**§2º.** Os benefícios previstos neste **Acordo de Leniência** se aplicam a todo o grupo econômico da **COLABORADORA**, e aos **Aderentes**, observado o disposto nas demais cláusulas deste **Acordo**.

**§3º.** Nas Ações Cíveis Públicas e de Improbidade já propostas ou que venham a ser propostas em face da **COLABORADORA**, de empresas de seu grupo econômico ou de **Aderentes** com fundamento nos fatos objeto deste **Acordo**, o **Ministério Público**, aí incluídos todos os demais membros dos Ministérios Públicos que aderirem a este **Acordo**, compromete-se a postular, como autor ou como fiscal da lei:

I – A suspensão do processo até o final cumprimento deste **Acordo**, e, uma vez cumprido, a sua extinção definitiva, ou, alternativamente;

II – O reconhecimento de efeito apenas declaratório em sentenças relacionadas a atos de improbidade administrativa, sem aplicação de sanções.

**§4º.** A não ajuizar qualquer ação de responsabilidade contra a **COLABORADORA** ou **Aderentes** em razão do dever de informar o mercado (art. 157, § 4º, da Lei 6.404/1976) durante o período das tratativas dos acordos de leniência e colaboração premiada, em razão do sigilo imposto em tais tratativas, em respeito ao art. 16, § 6º, da Lei nº 12.846/2013.

**§5º.** Por força do que é declarado no presente termo, o **Ministério Público**, aí incluídos todos os demais membros dos Ministérios Públicos que aderirem a este **Acordo**, no âmbito de suas atribuições, não proporá qualquer medida adicional para aplicar penalidades em relação aos fatos revelados neste **Acordo pela COLABORADORA**, empresas do seu grupo econômico bem como em relação aos **Aderentes**.

**§6º.** Em relação à cooperação com autoridades estrangeiras, em caso de solicitação formal de compartilhamento de informações para o fim de investigação criminal pela autoridade competente de Estado estrangeiro, ou ainda em caso de transmissão (comunicação) espontânea de informações, nos termos do artigo 18, “4” e “5”, da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, e do artigo 46, “4” e “5”, da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, o Ministério Público que estiver com a custódia das provas produzidas neste acordo,



ou dela derivadas, ao dar cumprimento ao ato de transferência das informações e provas, restringirá o seu uso apenas e exclusivamente em relação a investigações, procedimentos e processos criminais contra terceiros que não a COLABORADORA e eventuais Prepostos cuja adesão a este acordo for deferida;

**§7º.** Sempre que possível, nos casos previstos no parágrafo 6º acima, a autoridade competente estrangeira prestará compromisso prévio perante o Ministério Público que estiver na custódia das provas produzidas neste Acordo de Leniência de respeitar as restrições de uso das informações e provas.

**§8º.** Sempre que possível, ressalvadas as hipóteses de sigilo, nos casos previstos nos parágrafos 6º e 7º acima, o **Ministério Público Federal** dará ciência à **COLABORADORA** acerca de pedidos de cooperação, no prazo de 10 (dez) dias contados da comunicação à autoridade estrangeira.

## **XVIII – Declarações da COLABORADORA e Aderentes**

**Cláusula 18.** A **COLABORADORA** e/ou **Aderentes** declaram, sob as penas da lei – cada um em relação apenas às suas próprias obrigações e benefícios decorrentes deste **Acordo** – que:

I – As informações prestadas perante o **Ministério Público Federal** com relação a este **Acordo de Leniência** são verdadeiras e precisas;

II – Cessou seu envolvimento nos fatos ilícitos descritos nos anexos a este **Acordo**, assim como a **COLABORADORA** declara que tem poder para determinar e determinou que todas as empresas controladas cessassem seu envolvimento nos fatos ilícitos descritos nos anexos a este **Acordo**;

III – Estão cientes de que o descumprimento de qualquer das obrigações previstas neste **Acordo de Leniência** poderá resultar na perda dos benefícios previstos neste termo, observado o disposto no §1º da Cláusula 23;

IV – Estão cientes de que a prestação de quaisquer declarações ou informações falsas poderá ser considerada descumprimento do presente **Acordo de Leniência**, com a consequente perda dos benefícios previstos neste termo, observado o disposto no §1º da Cláusula 14, sem prejuízo das sanções penais em relação à falsa declaração;

V – Estão cientes de que os signatários que desistirem unilateralmente, no todo ou em parte, do presente **Acordo de Leniência** devidamente homologado, não farão jus aos benefícios aqui acordados, podendo as informações e documentos apresentados relativos aos fatos e condutas abrangidas neste **Acordo** ser utilizados inclusive para sua responsabilização cível e/ou criminal, em quaisquer procedimentos instaurados ou propostos pelas autoridades públicas que tenham por objeto quaisquer fatos apurados em decorrência deste **Acordo**;

VI – Estão cientes de que, em caso de descumprimento do **Acordo de Leniência** pela **COLABORADORA** e/ou **Aderentes**, as informações e documentos

apresentados relativos aos fatos e condutas abrangidas neste **Acordo** poderão ser utilizados inclusive para sua responsabilização cível e/ou criminal em quaisquer procedimentos instaurados ou propostos pelas autoridades públicas que tenham por objeto quaisquer fatos mencionados neste **Acordo**;

VII – Estão cientes de que, aderindo ao presente **Acordo**, estarão obrigados a prestar declarações às autoridades competentes, acompanhados de seus advogados, com as obrigações aplicáveis a qualquer colaborador, especialmente a renúncia ao exercício do direito ao silêncio e não autoincriminação, nos limites da adesão e em relação ao objeto do presente **Acordo**.

## **XIX – Manifestação de Adesão**

**Cláusula 19.** Será aberto pelo **Ministério Público Federal** procedimento administrativo para que a **COLABORADORA** entregue ao **Ministério Público Federal** os termos de manifestação de intenção de adesão a este **Acordo** por parte de qualquer **Preposto**, sempre acompanhado de advogado, que deseje recebimento dos benefícios previstos neste **Acordo**.

**§1º.** Qualquer **Preposto** da **COLABORADORA** poderá, independentemente desta, solicitar a adesão a este **Acordo**, desde que acompanhado de advogado.

**§2º.** Se o **Ministério Público Federal** concluir que as exigências para a adesão a este **Acordo de Leniência**, previstas em lei ou neste **Acordo**, não foram atendidas, este órgão deverá, fundamentando a decisão, comunicar verbalmente o solicitante e seus advogados, que poderão interagir com o **Ministério Público Federal** visando a esclarecer e contrapor os fundamentos da decisão do **Ministério Público Federal** para que a adesão possa ser admitida.

**§3º.** O **Ministério Público Federal**, considerando a posição hierárquica do **Preposto** na Empresa e o grau de responsabilidade pelos fatos, ou ainda o decurso de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do **Acordo** sem que o preposto tenha feito proposta de adesão, poderá determinar como condição para a adesão desse Preposto a este **Acordo de Leniência** exigência extraordinária e não prevista neste **Acordo**.

## **XX – Sigilo**

**Cláusula 20.** O sigilo do conteúdo deste **Acordo de Leniência** será parcialmente levantado, após a assinatura deste **Acordo**, para fins de divulgação à imprensa e estudos acadêmicos.

**§ 1º.** O **Ministério Público Federal** poderá, a seu critério, manter o sigilo dos anexos, documentos e elementos probatórios que instruem o **Acordo**.

**§ 2º.** O conteúdo integral do presente **Acordo** somente terá o sigilo levantado após seis meses de sua assinatura.

**§ 3º.** O sigilo previsto nesta cláusula não impedirá que o **Ministério Público Federal** forneça cópia deste **Acordo** ou compartilhe provas e documentos recebidos em

razão dele com outras instituições que colaboram com suas investigações, devendo o dever de sigilo, se for o caso, ser transmitido à instituição ou órgão receptor das provas e documentos.

§ 4º. Se o interesse público assim o exigir, poderá o **Ministério Público Federal**, antes do prazo previsto nesta cláusula, levantar totalmente o sigilo deste **Acordo**, por meio de despacho fundamentado, mediante ciência da **COLABORADORA**.

## **XXI – A transferência de sigilo**

**Cláusula 21.** O sigilo desse **Acordo** pode ser transferido à empresa de auditoria externa contratada pela **COLABORADORA**, bem como a outras instituições que cooperam com o **Ministério Público Federal** no âmbito das Operações Greenfield, Sépsis, Cui Bono (Lava Jato) e Carne Fraca.

## **XXII – Renúncia ao exercício da garantia contra a autoincriminação e do direito ao silêncio**

**Cláusula 22.** Ao aderir ao **Acordo de Leniência**, os **Aderentes**, na presença de seus advogados, estão cientes do direito constitucional ao silêncio e da garantia contra a autoincriminação, a cujo exercício, nos termos do art. 4º, §14, da Lei 12.850/2013, **RENUNCIAM** nos depoimentos que prestarem, reconhecendo e conferindo validade plena a qualquer declaração ou depoimento realizado em data anterior à adesão.

## **XXIII – Rescisão por culpa da COLABORADORA**

**Cláusula 23.** O **Acordo de Leniência** poderá ser rescindido, a pedido do membro do Ministério Público com atribuição pela investigação e processo dos fatos e condutas ilícitas a que o descumprimento se referir, em relação apenas à **COLABORADORA** ou ao **Aderente** que o descumprir, nas seguintes hipóteses:

I – Se a **COLABORADORA** ou o **Aderente** descumprir as obrigações assumidas neste **Acordo**, aí incluídas as obrigações mencionadas nas cláusulas 15 e 16, inclusive o não pagamento dos valores previstos neste **Acordo**;

II – Se a **COLABORADORA** ou o **Aderente** sonegar dolosamente informações, fatos, provas e quaisquer documentos, que objetivamente sejam relevantes, ou mentirem em relação a fatos relevantes em apuração, em relação aos quais se obrigaram a cooperar, a critério do juízo competente;

III – Se a **COLABORADORA** ou o **Aderente** recusar-se a prestar qualquer informação relevante solicitada pelo Ministério Público de que tenham conhecimento e que deveriam revelar nos termos deste **Acordo**;

IV – Se a **COLABORADORA** ou o **Aderente** recusar-se a entregar documento ou prova solicitada pelo **Ministério Público** que tenha em seu poder ou sob a guarda de pessoa de suas relações ou ainda sujeito a sua autoridade ou influência, sobre fatos em relação aos quais se obrigou a cooperar, salvo se, diante da eventual

impossibilidade de obtenção direta de tais documentos ou provas, indicar ao **Ministério Público** a pessoa que o guarda e/ou o local onde poderá ser obtido, para a adoção das providências cabíveis; V – Se ficar provado que a **COLABORADORA** ou o **Aderente** sonegou, adulterou, ou destruiu, dolosamente, provas que tinha em seu poder ou sob sua disponibilidade e que deveria entregar ao **Ministério Público Federal** por força deste **Acordo**, salvo se: (i) em relação à **COLABORADORA**, este fato tiver ocorrido antes da assinatura do termo de confidencialidade precedente deste **Acordo** e tiver sido revelado em anexo específico existente na data de assinatura deste **Acordo** ou apresentado até o encerramento da investigação interna; ou (ii) em relação ao **Aderente**, este fato tiver ocorrido antes da assinatura do termo de confidencialidade precedente deste **Acordo** e tiver sido revelado em anexo da Adesão;

VI – Se qualquer **Aderente**, após a homologação judicial deste **Acordo**, vier a praticar crime doloso da mesma espécie daqueles narrados em seus depoimentos ou crimes previstos na cláusula 5ª, inciso II, deste **Acordo**.

VII – Se qualquer **Aderente** deste **Acordo de Leniência** fugir ou tentar furtar-se, por qualquer meio, à ação da Justiça Criminal;

VIII – Se o sigilo a respeito deste **Acordo de Leniência** for quebrado pela **COLABORADORA** ou **Aderentes**, ou por suas defesas técnicas;

IX – Se a **COLABORADORA** ou **Aderentes**, direta ou indiretamente, praticarem conduta incompatível com a vontade de colaborar ou impugnarem os termos deste **Acordo**, ressalvado o direito de recorrerem de decisões que não aplicarem as regras aqui previstas.

§1º. Os **Aderentes** e a **COLABORADORA** são, cada qual, individual e independentemente responsáveis pelas obrigações assumidas e pelas declarações feitas com relação ao **Acordo de Leniência**, e o descumprimento das obrigações e/ou qualquer declaração falsa por parte de um deles não implicará na responsabilidade ou descumprimento pelos demais, nem de qualquer modo afetará os direitos dos demais signatários deste termo.

§2º. Uma vez rescindido o **Acordo de Leniência** a pedido do membro do Ministério Público que tiver aderido a este **Acordo** e com atribuição pela investigação e processo dos fatos e condutas ilícitas a que o descumprimento se referir, em relação ao **Aderente** que o descumprir, ficará a critério de outros órgãos do Ministério Público avaliar se postularão a rescisão do **Acordo** em relação a outros fatos, pelo mesmo motivo e em relação à mesma pessoa.

#### **XXIV – Rescisão por culpa do Ministério Público Federal**

**Cláusula 24.** O **Acordo de Leniência** poderá ser rescindido a pedido da **COLABORADORA**, ou do **Aderente**, em relação exclusivamente ao requerente, em caso de descumprimento das obrigações do **Ministério Público Federal**.

#### **XXV – Autoridades responsáveis pela rescisão**

**Cláusula 25. O Acordo de Leniência ou o Termo de Adesão de Preposto ao Acordo de Leniência** será rescindido:

I – na esfera criminal, pelo juízo criminal que o homologou, mediante notificação das partes e a realização de audiência de justificação ou de conciliação entre as partes, quando possível o saneamento por parte do infrator;

II – Na esfera cível federal, pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; e

III – Na esfera cível estadual, pelo órgão que a homologou.

**§1º.** Em caso de rescisão deste **Acordo** nos termos do inciso I da Cláusula 23 acima ocorrerá o vencimento antecipado de todas as parcelas vincendas dos valores previstos neste **Acordo de Leniência**.

**§2º.** Caso apurado fato ilícito envolvendo a **COLABORADORA** ou **Prepostos** que não constarem nos anexos e que não foram revelados no prazo estipulado neste **Acordo**, ou que não tenham sido abarcados no **Acordo**, o **Ministério Público Federal** poderá desde logo propor a ação penal ou cível respectiva.

## **XXVI – Homologação do Acordo**

**Cláusula 26. O Acordo de Leniência**, após assinado pelas partes, será encaminhado pela Força-Tarefa das Operações Greenfield, Sépsis e Cui Bono para homologação na 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, acompanhado dos anexos produzidos pela **COLABORADORA** e declarações dos **Aderentes** e de outros documentos que se entendam necessários a sua perfeita compreensão.

**Parágrafo único.** Poderá ser promovida também a homologação do **Acordo de Leniência** e dos **Termos de Adesão de Preposto ao Acordo de Leniência** perante a 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, para fins penais.

## **XXVII – Contratações com o Poder Público**

**Cláusula 27. O Ministério Público Federal** e os demais órgãos do Ministério Público aderentes, em relação a suas atribuições, comprometem-se a:

I – Não pleitear, com fundamento nos fatos revelados neste **Acordo de Leniência**, no que tange exclusivamente às condutas especificadas nos anexos, a declaração de nulidade de quaisquer contratos celebrados, vigentes e/ou já encerrados, que tenham como partes, de um lado, qualquer entidade da Administração Pública direta e/ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive entidades financeiras e/ou seguradoras controladas pelo Estado e, de outro lado, a **COLABORADORA** ou empresas de seu grupo econômico;

II – Levar este **Acordo** ao conhecimento de órgãos e entidades da Administração Pública direta e/ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive entidades financeiras e/ou seguradoras controladas pelo Estado, para que seja considerada a manutenção dos atos, contratos ou negócios jurídicos que tenham celebrado com a **COLABORADORA** ou empresas de seu grupo econômico, com o objetivo de manutenção da capacidade de pagamento dos valores previstos neste **Acordo**;

III – Prestar declarações a terceiros, quando solicitado pela **COLABORADORA**, atestando o conteúdo e/ou cumprimento dos compromissos assumidos pela **COLABORADORA** e **Aderentes**, quando necessárias para permitir a celebração de contratos com a Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive entidades financeiras e/ou seguradoras controladas pelo Estado, ou com a Administração Pública estrangeira.

**Parágrafo único.** Não haverá óbice à celebração de renovações, aditivos, novações e outros instrumentos contratuais congêneres relativamente aos contratos e negócios jurídicos objeto dos incisos I e II desta cláusula.

## **XXVIII – Alienação de Ativos**

**Cláusula 28.** Em caso de alienação de ativos pelo grupo econômico da **COLABORADORA**, incluindo bens, participações societárias ou cessões de posições contratuais, em condições compatíveis com o valor de mercado ou, quando indisponível, com o valor econômico do ativo, o **Ministério Público Federal** e o membro do Ministério Público aderente prestará, mediante solicitação da **COLABORADORA**, declarações a terceiros, formalizando o seu compromisso de não propor medidas indenizatórias ou sancionatórias contra os adquirentes dos ativos, pelos fatos ilícitos de qualquer natureza porventura constantes dos anexos.

## **XXIX – Preservação da capacidade financeira da COLABORADORA**

**Cláusula 29.** A **COLABORADORA** e as empresas do grupo econômico deverão se certificar que a alienação de bens, direitos e participações de valor relevante, quando celebradas com outras empresas que possuam como sócios controladores ou que possuam participação relevante membros familiares ou sócios atuais que controlem a **COLABORADORA**, observem sempre o valor de mercado ou econômico segundo condições de mercado vigentes e aplicáveis aos respectivos ativos, entendido como o valor pelo qual uma parte não relacionada estivesse disposta a celebrar o negócio.

## **XXX – Operações a valor de mercado**

**Cláusula 30.** A **COLABORADORA** se compromete, por si e pelas empresas de seu grupo econômico, a que, na celebração de negócios jurídicos envolvendo transferência de valores entre as próprias empresas do grupo econômico da **COLABORADORA**, incluindo a celebração de empréstimos, aluguéis, compra e venda, e prestação de serviços, sejam sempre observadas condições de mercado vigentes e aplicáveis aos respectivos ativos, entendidas como o valor médio da operação caso fosse feita com parte não relacionada, ressalvadas as operações

realizadas entre subsidiárias integralmente controladas pela **COLABORADORA**, desde que respeitados os limites da legislação aplicável.

### **XXXI – Garantia**

Cláusula 31. Os **INTERVENIENTES GARANTIDORES** Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista assumem, na qualidade de fiadores e nos termos dos artigos 818 e 827 do Código Civil, as obrigações pecuniárias da COLABORADORA, nos termos e condições previstos neste Acordo de Leniência.

§ 1º. Os **INTERVENIENTES GARANTIDORES** firmarão, em 5 (cinco) dias após a assinatura do presente **Acordo, Termo de Fiança**, que conterá a assunção da obrigação fidejussória mencionada na presente cláusula.

§ 2º. Em caso de absoluto inadimplemento das obrigações previstas neste **Acordo**, e caso os **INTERVENIENTES GARANTIDORES** não arcarem com as dívidas vencidas no prazo de 90 (noventa) dias, proceder-se-á na forma do art. 4º, § 2º, da Lei n. 12.846/2013.

### **XXXII – Apêndices**

Cláusula 32. Integram este **Acordo de Leniência** para todos os fins os seguintes Apêndices:

1	Relação de empresas controladas pela COLABORADORA
2	Relação de temas que podem ser objeto de projetos sociais, para fins da cláusula 16

### **XXXIII – Solução de controvérsias**

Cláusula 33. Caberá à autoridade que homologar este **Acordo** a solução da controvérsia entre as partes sobre a aplicação e execução das Cláusulas deste **Acordo de Leniência**, observando sempre na solução dessa controvérsia a boa-fé, os princípios gerais do Direito e a intenção das partes, não afastado em qualquer caso o controle judicial.

### **XXXIV - Declaração de Aceitação**

Cláusula 34. Nos termos do art. 6º, inc. III, da Lei 12.850/2013, a **COLABORADORA** e/ou **Prepostos**, que nesta data aderem, ou que vierem a aderir ao presente **Acordo** por seus representantes legais, assistidos por seu(s) defensor(es), declaram a aceitação ao presente **Acordo** de livre e espontânea vontade e, por estarem concordes, firmam as partes o presente **Acordo**.

### **XXXV – Título Executivo Extrajudicial**

Cláusula 35. Este **Acordo** constitui título executivo extrajudicial.

### **XXXVI - Vinculação à Colaboração Premiada**

**Cláusula 36.** O presente **Acordo** poderá ser integralmente rescindido caso o **Acordo de Colaboração Premiada** firmado por executivos e dirigentes da empresa e homologado pelo Supremo Tribunal Federal seja anulado pelo mencionado tribunal.

### **XXXVII – Contratação de financiamentos e outras operações financeiras**

**Cláusula 37.** A COLABORADORA e as sociedades por ela controladas poderão desenvolver suas atividades empresariais normalmente, sem quaisquer restrições, inclusive no que se refere ao relacionamento com instituições do mercado financeiro e de capitais, no Brasil e no exterior, podendo contratar financiamentos, emitir títulos de dívida e valores mobiliários e realizar operações financeiras de qualquer natureza, sem qualquer restrição, observadas as normas da legislação própria de regência.

Brasília/DF, 5 de junho de 2017.

Pela **COLABORADORA**:

**FRANCISCO DE ASSIS E SILVA**  
J&F Investimentos S/A

**IGOR SANT'ANNA TAMASAUSKAS**  
Advogado – OAB nº 173.163/SP

Pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**:

**SARA MOREIRA DE SOUZA LEITE**  
Procuradora da República

**ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES**  
Procurador da República

**PAULO GOMES FERREIRA FILHO**  
Procurador da República

**MÁRCIO BARRA LIMA**  
Procurador Regional da República

**ANDREY BORGES DE MENDONÇA**  
Procurador da República

**ALEXANDRE MELZ NARDES**  
Procurador da República

Testemunhas:

**ALINNE MENDES CARVALHO**  
CPF 016.887.981-61

**NAYARA PAIVA DA COSTA**  
CPF 033.805.31-26

**LEANDRO SANTOS DA COSTA**  
CPF 015.688.121-75

**JULIANA NAVES DA SILVA**  
CPF 035.593.901-09

**NATÁLIA MENDES DE MELO**  
CPF 036.231.741-06



**ANEXO B**  
**DESPACHO COMPLEMENTAR**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Força-Tarefa das Operações Greenfield, Sépsis e Cui Bono  
Operação Carne Fraca

**DESPACHO COMPLEMENTAR**

O inquérito civil nº 1.16.000.000393/2016-10 foi instaurado com o escopo investigar os investimentos realizados pela FUNCEF e pela PETROS na Eldorado Brasil Celulose S.A., controlada pela *holding* J&F Investimentos, por meio do Fundo de Investimento em Participações Florestal, uma vez que os valores investidos não tiveram o retorno concreto de rentabilidade, havendo suspeitas sobre os motivos (políticos e/ou econômicos) que levaram os fundos de pensão a investir, por meio do FIP Florestal, na empresa em comento.

Inicialmente, a título de esclarecimento, cabe salientar que as providências referentes ao caso em comento foram integralmente adotadas no bojo da seara criminal (Procedimento Investigatório Criminal nº 1.16.000.001002/2016-76), ainda em trâmite nesta Procuradoria da República. Os elementos colhidos neste procedimento investigatório, aliados aos elementos extraídos ou registrados em dez outros procedimentos, deram origem e sequência à Operação Greenfield, em que são investigadas ilicitudes em investimentos realizados pelos maiores Fundos de Pensão do país.

Por conta da deflagração da Operação Greenfield e do bloqueio de bens, contas e ativos que chegam a R\$ 8.000.000.000,00 (oito bilhões de reais), os investigados Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista (da holding J&F Investimentos S.A.), assim como José Carlos Grubisich Filho (presidente da Eldorado Brasil Celulose S.A.), no dia 13 de setembro de 2016, firmaram termo de ciência e compromisso com o Ministério Público Federal e a Polícia Federal. Por meio de tal termo, os compromissados se obrigaram a apresentar garantia no valor de R\$ 1.518.000.000,00 em favor de PETROS e FUNCEF, além de se obrigarem a

cooperarem com as investigações da Operação Greenfield. Ainda que tal termo tivesse repercussão somente criminal, os compromissos assumidos em tal termo forneciam garantia para o caso de condenação futuras desses investigados e, indiretamente, garantiam também a reparação de eventuais prejuízos na esfera cível.

Posteriormente, o referido termo de ciência e compromisso foi aditado, permitindo a hipótese de que a holding J&F Investimentos S.A. viesse a adquirir as participações acionárias de FUNCEF e PETROS na Eldorado Brasil Celulose S.A. por um valor que gerasse, minimamente, um retorno de capital para os Fundos de Pensão superior a IPCA mais 10,37% de juros ao ano. Tal aquisição poderia ocorrer até o dia 31 de março de 2017. Enquanto isso, ficariam como garantia do juízo

ações da holding J&F Investimentos S.A. na empresa Eldorado Brasil Celulose S.A. avaliadas, aproximadamente, em R\$ 2.500.000.000,00.

Ocorre que, em 6 de fevereiro de 2017, este ente ministerial entendeu que os compromissados teriam violados o termo de ciência e compromisso firmado no bojo da Operação Greenfield, requerendo à Justiça Federal o restabelecimento de todas as medidas cautelares impostas contra os investigados. Os compromissados negaram que houvessem violado o termo e a Justiça Federal não chegou a examinar se, de fato, houvera tal violação. Não obstante, logo após esse episódio, por meio comunicação informal ocorrida no dia 19 de fevereiro de 2017, os investigados vinculados à holding J&F Investimentos S.A. prometeram dar início ao processo de colaboração premiada. Considerando que seriam apontados ilícitos realizados por pessoas com foro de prerrogativa, os investigados vinculados à holding J&F Investimentos S.A. foram encaminhados à Procuradoria-Geral da República para que dessem início às negociações relativas à colaboração premiada.

Nesse meio tempo, em 21 de março de 2017, ainda em decorrência do possível descumprimento do termo de ciência e compromisso e também da aceitação, por parte do investigado Joesley Mendonça Batista, do incremento de medidas cautelares contra ele, foram requeridas ao juízo a imposição das seguintes medidas cautelares criminais (substitutivas àquelas previstas no termo de ciência e compromisso):

(i) O afastamento de Joesley Mendonça Batista do cargo de Presidente do Conselho de Administração da empresa Eldorado Brasil Celulose S.A..

(ii) O afastamento de Joesley Mendonça Batista do cargo de Presidente do Conselho de Administração da *holding* J&F Participações S.A. (CNPJ nº 00.350.763/0001-62);

(iii) A proibição de que Joesley Mendonça Batista, na condição de acionista da *holding* J&F Participações S.A. , delibere sobre qualquer assunto relacionado à administração e gestão da empresa Eldorado Brasil Celulose S.A.;

(iv) A proibição de que Joesley Mendonça Batista se comunique com qualquer investigado das Operações Greenfield, Sepsis e Cui Bono (ressalvando a comunicação com seu irmão Wesley Mendonça Batista);

(v) A obrigação de que Joesley Mendonça Batista ao juízo toda e qualquer viagem ao exterior (a trabalho ou lazer), com antecedência mínima de 24 horas, fornecendo dados do voo, plano de voo (em caso de utilização de aeronave não comercial) e data de ida e retorno;

(vi) A obrigação de contratação, às expensas da *holding* J&F Participações S.A. e de Joesley Mendonça Batista, de uma nova apuração independente sobre os fatos ocorridos na Eldorado Brasil Celulose S.A., com a formação de novo comitê supervisor dos trabalhos de investigação forense e auditoria contábil, contendo, em sua composição, 1 (um) membro indicado pela FUNCEF e 1 (um) membro indicado pela PETROS), além de outro membro de reputação ilibada e notável experiência em investigação independente a ser indicado

pela própria Eldorado Brasil Celulose S.A., com prazo para conclusão dos trabalhos não superior a 4 (quatro) meses;

(vii) A obrigação de Joesley Mendonça Batista de informar o Ministério Público Federal, periodicamente, sobre qualquer achado e conclusão, em razão do nova apuração independente a ser contratada;

(viii) A escolha, no mercado, no prazo de 30 (trinta) dias, de um novo Presidente para o Conselho de Administração para a Eldorado Brasil Celulose S.A. e de um novo Diretor-Presidente para a mesma companhia, de acordo com a legislação societária;

(ix) O afastamento de José Carlos Grubisich Filho do cargo de Diretor-Presidente da Eldorado Brasil Celulose S.A. a partir de 30 (trinta) dias da decisão judicial ou da escolha de um novo Diretor-Presidente para a empresa Eldorado Brasil Celulose S.A., na forma estipulada no parágrafo anterior;

(x) A obrigação de obediência, quando e onde couber, das normas do padrão ISO 19600, e ISO 37001 (sistema de gestão anti-suborno), quando disponível, tanto na Eldorado Brasil Celulose S.A. como noutras empresas da *holding* J&F Participações S.A. (CNPJ nº 00.350.763/0001-62);

(xi) A obrigação de obediência, no que for cabível, das normas do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas – pela empresa Eldorado Brasil Celulose S.A. e demais empresas da *holding* J&F Participações S.A. (CNPJ nº 00.350.763/0001-62);

(xii) A abertura total e perene de informações e documentos (“*total disclosure*”) da empresa Eldorado Brasil Celulose S.A. em favor dos Fundos de Pensão FUNCEF e PETROS, para que estes possam, na condição de acionistas, perenemente e livres de qualquer interferência, realizar ampla auditoria, *due diligence* e investigação sobre fatos referentes a todo o período de existência da empresa, garantindo-se o acesso a tais dados e documentos independentemente de qualquer sigilo que venha ser alegado pela Eldorado Brasil Celulose S.A.;

(xiii) O bloqueio de todas ações detidas pela *holding* J&F P nº 00.350.763/0001-62) na empresa Eldorado Brasil Celulose S.A., por meio de comunicação oficial à Comissão de Valores Mobiliários (para que o bloqueio se operacionalize nesse caso por meio do sistema SOF-CEI) e à própria *holding*;

nº 00.350.763/0001-62) na empresa Eldorado Brasil Celulose S.A., por meio de comunicação oficial à Comissão de Valores Mobiliários (para que o bloqueio se operacionalize nesse caso por meio do sistema SOF-CEI) e à própria *holding*;

nº 00.350.763/0001-62) na empresa Eldorado Brasil Celulose S.A., por meio de comunicação oficial à Comissão de Valores Mobiliários (para que o bloqueio se operacionalize nesse caso por meio do sistema SOF-CEI) e à própria *holding*;

participações S.A. (CNPJ nº 00.350.763/0001-62) na empresa Eldorado Brasil Celulose S.A., por meio de comunicação oficial à Comissão de Valores Mobiliários (para que o bloqueio se operacionalize nesse caso por meio do sistema SOF-CEI) e à própria *holding*;

No dia 31 de março de 2017, a Justiça Federal deferiu o pedido do Ministério Público Federal, no bojo da Operação Greenfield, e impôs as medidas cautelares acima mencionadas, sem decidir explicitamente se houvera ou não o descumprimento do anterior termo de ciência e compromisso.

Os eventos acima narrados demonstram que Joesley Mendonça Batista e a J&F Investimentos S.A. passaram por um processo progressivo de convencimento e de cooperação com o Ministério Público Federal e a Operação Greenfield, até que, em meados de abril de 2017, deu-se início à efetiva negociação das primeiras cláusulas do que viria a formar o acordo de leniência a ser firmado entre a J&F Investimentos S.A. e o Ministério Público Federal. Nesse momento, sabia-se que Joesley Mendonça Batista e a J&F Investimentos S.A. começavam a avançar na negociação do acordo de colaboração premiada com a Procuradoria-Geral da República.

A partir de então, após quase quarenta dias de intensa negociação entre os membros do Ministério Público Federal e os representantes da holding J&F Investimentos S.A., no dia 5 de junho de 2017, foi firmado Acordo de Leniência. Salienta-se que o referido acordo prevê o pagamento de R\$ 10,3 bilhões a título de multa e ressarcimento por atos criminosos praticados pelas empresas controladas pela *holding* e que, atualmente, são objetos de investigações pelo Ministério Público Federal (MPF) nas operações Greenfield, Sépsis, Cui Bono e Carne Fraca. Participaram da negociação e da definição do acordo os Procuradores da República, integrantes da Força-Tarefa da Greenfield/Sépsis/CuiBono, Anselmo Henrique Cordeiro Lopes, Sara Moreira de Souza Leite, Paulo Gomes Ferreira Filho, Márcio Barra Lima e Andrey Borges Mendonça, assim como o Procurador da República responsável pela Operação Carne Fraca, Alexandre Melz Nardes.

Ressalte-se que a negociação do acordo de leniência aconteceu de forma paralela às negociações para a colaboração premiada firmada por Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista, já homologada pelo Supremo Tribunal Federal, sendo que o acordo de leniência poderá ser integralmente rescindido caso o acordo de colaboração premiada seja anulado pelo mencionado Tribunal.

O objeto do acordo de leniência está disposto em sua cláusula 5º, que dispõe o seguinte:

**Cláusula 5ª.** São objeto deste **Acordo de Leniência** as condutas ilícitas praticadas pela **COLABORADORA** por meio de seus prepostos, empregados, administradores, dirigentes e terceiros contratados, inclusive fornecedores de bens e prestadores de serviços, desligados ou não, e acionistas controladores e/ou com funções em órgãos de direção de qualquer das empresas do grupo econômico integrado pela **COLABORADORA**, doravante designados simplesmente **Prepostos**, desde que, cumulativamente:

I – tenham sido praticadas em nome e/ou por conta de qualquer das empresas do grupo econômico integrado pela COLABORADORA, ainda que *ultra vires*, e constituam ilícitos previstos na Lei 8.429/92 ou na Lei 12.846/2013, ou ainda que sejam genericamente passíveis de repressão pelo Ministério Público;

II – sejam conexas ou correlatas com aquelas que já estão sendo investigadas em procedimentos administrativos ou investigatórios criminais e/ou inquéritos civis ou policiais no âmbito das Operações Greenfield, Sépsis, Cui Bono (Lava Jato), Carne Fraca e/ou que estejam descritos nos anexos deste **Acordo**, que possam caracterizar atos de improbidade administrativa segundo a Lei nº 8.429/92 ou sejam previstos como ilícitos na Lei Anticorrupção, ilícitos eleitorais, infrações contra o sistema financeiro nacional, contra a ordem econômica e tributária, de corrupção, contra a Administração Pública, contra a saúde pública, contra as relações de consumo, lavagem de dinheiro e formação de organização criminosa, ou crimes de qualquer outra natureza, e;

III – praticadas no âmbito de fatos descritos nos anexos deste **Acordo**, observado o disposto na Cláusula 20, ou resultem de fatos descobertos em investigação interna promovida ou a ser promovida, mesmo que não conexas ou correlatas aos fatos ou condutas em investigação pelo Ministério Público Federal, bem como de fatos informados voluntariamente pelos prepostos da **COLABORADORA**.

**Outrossim, ainda quanto ao objeto do acordo, a cláusula 6ª dispõe que a “COLABORADORA revelou e revelará aos Procuradores da República abaixo-assinados, de boa fé, fatos apurados por ela, independentemente de serem ou não conexas com os fatos investigados no âmbito das Operações Greenfield, Sépsis, Cui Bono (Lava Jato) e Carne Fraca, com a intenção de ampliar na máxima extensão possível (i) a sua proteção no âmbito deste Acordo; e (ii) a utilidade pública deste Acordo”.** Outrossim, conforme dispõe a cláusula 7ª do acordo, os “**fatos ilícitos revelados que não sejam conexas com os fatos investigados no âmbito das Operações Greenfield, Sépsis, Cui Bono (Lava Jato) e Carne Fraca, serão informados ao membro do Ministério Público Federal com atribuição correlata, para que exerça suas atribuições com observância integral deste Acordo, ou, se de Ministério Público Estadual a atribuição, serão sumarizadamente informados ao Ministério Público Estadual que a detenha, perante o qual o Ministério Público Federal empreenderá gestões para que adira a este Acordo**”.

Conforme restou claro no texto do acordo de leniência, e de acordo com sua leitura sistemática e teleológica, as penalidades impostas (e os benefícios correspondentes) têm vínculo direto com os fatos apresentados em seus anexos ou por meio das investigações internas previstas no acordo. Dessa forma, o acordo de leniência não alcança fatos que não estejam confessados ou demonstrados nos anexos ou por meio da investigação interna.

A respeito do interesse público que envolve o acordo de leniência, assim está disposto em sua cláusula 2ª:

**Cláusula 2ª.** O interesse público é atendido com o presente **Acordo de Leniência** tendo em vista a necessidade de (i) conferir efetividade à persecução cível de outras pessoas físicas e jurídicas suspeitas e ampliar e aprofundar, em todo o País, as investigações em torno de atos de improbidade administrativa, particularmente aqueles relacionados a fatos que configurem também crimes contra a Administração Pública e o Sistema Financeiro Nacional, crimes de lavagem de dinheiro e crimes contra a Ordem Econômica e Tributária, entre outros, especialmente no que diz respeito à repercussão desses ilícitos nas esferas cível, administrativa, regulatória e disciplinar, (ii) preservar a própria existência da empresa e a

continuidade de suas atividades, o que, apesar dos ilícitos confessados, encontra, entre outras justificativas, a de obter os valores necessários à reparação dos ilícitos perpetrados; (iii) assegurar a adequação e efetividade das práticas de integridade da empresa, prevenindo a ocorrência de ilícitos e privilegiando em grau máximo a ética e transparência na condução de seus negócios; e (iv) estimular que a **COLABORADORA** entabule negociações e conclua acordo em outras jurisdições, que porventura possam ter interesse em acordos semelhantes, para o fim de ser promovida a expansão das investigações de corrupção no Brasil e no exterior.

Quanto ao valor de multa e ressarcimento mínimo previsto no do acordo, salientase que tal valor será pago exclusivamente pela *holding* J&F Investimentos S/A, no total de R\$ 10.300.000.000,00 (dez bilhões e trezentos milhões de reais), dos quais R\$ 8.000.000.000,00 (oito bilhões de reais) a serem pagos ao longo de 25 (vinte e cinco) anos, mediante 5 (cinco) parcelas semestrais de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), e outras 22 (vinte e duas) parcelas anuais equivalentes ao saldo devedor; além de R\$ 2.300.000.000,00 (dois bilhões e trezentos milhões de reais) em projetos sociais empreendidos diretamente pela empresa ou mediante concurso da sociedade civil, ao longo de 25 (vinte e cinco) anos, despesa que será devidamente auditada e demonstrada ao Ministério Público Federal.

Ressalta-se que o valor da multa foi calculado tendo por base o disposto no artigo 6º, inciso I, da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), o qual dispõe que será aplicada multa às pessoas jurídicas responsáveis por lesionar a administração pública no valor de *“0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação”*. Outrossim, nos termos da própria Lei nº 12.846/2013 (§ 2º do artigo 16), o valor da multa aplicável poderá ser reduzido em até 2/3 (dois terços), nos casos em que for firmado acordo de leniência.

A regulamentação do texto legal para fins da definição da multa na Lei nº 12.846/2013 foi realizada por meio do Decreto nº 8.420/2015, que define, em seu art. 17, o seguinte:

Art. 17. O cálculo da multa se inicia com a soma dos valores correspondentes aos seguintes percentuais do faturamento bruto da pessoa jurídica do último exercício anterior ao da instauração do PAR, excluídos os tributos:

I - um por cento a dois e meio por cento havendo continuidade dos atos lesivos no tempo;

II - um por cento a dois e meio por cento para tolerância ou ciência de pessoas do corpo diretivo ou gerencial da pessoa jurídica;

III - um por cento a quatro por cento no caso de interrupção no fornecimento de serviço público ou na execução de obra contratada;

IV - um por cento para a situação econômica do infrator com base na apresentação de índice de Solvência Geral - SG e de Liquidez Geral - LG superiores a um e de lucro líquido no último exercício anterior ao da ocorrência do ato lesivo;

V - cinco por cento no caso de reincidência, assim definida a ocorrência de nova infração, idêntica ou não à anterior, tipificada como ato lesivo pelo art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013, em menos de cinco anos, contados da publicação do julgamento da infração anterior; e

VI - no caso de os contratos mantidos ou pretendidos com o órgão ou entidade lesado, serão considerados, na data da prática do ato lesivo, os seguintes percentuais:

- a) um por cento em contratos acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);
- b) dois por cento em contratos acima de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- c) três por cento em contratos acima de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- d) quatro por cento em contratos acima de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais); e
- e) cinco por cento em contratos acima de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

Realizando o cálculo a partir do art. 17, somou-se 2% em razão da “continuidade dos atos lesivos no tempo”, mais 2% devido à “tolerância ou ciência de pessoas do corpo diretivo ou gerencial da pessoa jurídica”, mais 5% devido à existência de “contratos acima de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)”, alcançando-se o índice de 9%. Esse percentual deve sofrer os abatimentos mencionados no art. 18 do mesmo decreto, que aqui transcrevemos:

Art. 18. Do resultado da soma dos fatores do art. 17 serão subtraídos os valores correspondentes aos seguintes percentuais do faturamento bruto da pessoa jurídica do último exercício anterior ao da instauração do PAR, excluídos os tributos:

- I - um por cento no caso de não consumação da infração;
- II - um e meio por cento no caso de comprovação de ressarcimento pela pessoa jurídica dos danos a que tenha dado causa;
- III - um por cento a um e meio por cento para o grau de colaboração da pessoa jurídica com a investigação ou a apuração do ato lesivo, independentemente do acordo de leniência;
- IV - dois por cento no caso de comunicação espontânea pela pessoa jurídica antes da instauração do PAR acerca da ocorrência do ato lesivo; e
- V - um por cento a quatro por cento para comprovação de a pessoa jurídica possuir e aplicar um programa de integridade, conforme os parâmetros estabelecidos no Capítulo IV.

Assim, abateu-se no cálculo 1% considerando “o grau de colaboração da pessoa jurídica com a investigação ou a apuração do ato lesivo, independentemente do acordo de leniência”, e levando em conta a existência de anterior termo de ciência e compromisso firmado com o Ministério Público Federal, no âmbito da Operação Greenfield, por meio do qual a colaboradora já deu início ao processo de cooperação com este órgão ministerial, passando a apresentar elementos de provas úteis às investigações. Abateu-se, outrossim, 2% por ser caso de “comunicação espontânea pela pessoa jurídica antes da instauração do PAR acerca da ocorrência do ato lesivo”. Apesar de a colaboradora já possuir anteriormente um programa de compliance, decidiu-se não aplicar o abatimento previsto no inciso V do art. 18 (“um por cento a quatro por cento para comprovação de a pessoa jurídica possuir e aplicar um programa de integridade”), em razão da ineficácia de tal programa que não impediu o cometimento de ilícitos por parte dos agentes da colaboradora.

Dessa forma, calculando-se o valor de multa a partir dos artigos 17 e 18, chega-se ao patamar de multa de 6% sobre o faturamento livre de impostos. Ocorre que tal percentual de multa é aquele que seria imposto caso não houvesse sido firmado acordo de leniência com o Ministério Público Federal, ou seja, seria a multa imposta unilateralmente pela Administração à empresa infratora em situação em que não há acordo de leniência, em que a empresa não colabora eficazmente para a elucidação dos ilícitos sob investigação. No caso concreto, porém, o grupo



econômico efetivamente realizou colaboração e firmou acordo de leniência, fazendo jus, dessa forma, à redução prevista no já mencionado art. 16, § 2º, da Lei nº 12.846/2013, no intervalo de um a dois terços. Dessa forma, deduzindo-se, minimamente, um terço de 6%, alcança-se a multa de 4% sobre o faturamento livre de impostos, o que alcançaria o patamar de R\$ 7.329.785.760,00.

O valor acima mencionado é bastante superior ao que seria obtido, por exemplo, a partir do art. 12, I, da Lei nº 8.429/92, considerando que, nos anexos da colaboração premiada e do acordo de leniência, não são reconhecidos pelos colaboradores prejuízos econômicos relativos às operações nas quais deram-se as propinas. Deveras, a colaboradora confessa e aponta somente crimes relacionados ao pagamento de vantagens indevidas (em conjunto com outros crimes correlatos, como evasão de divisas, lavagem de dinheiro etc.). Dessa forma, a multa que poderia ser imposta a partir do que foi narrado nos anexos teria por valor um múltiplo (três vezes, segundo o inciso I do art. 12 da Lei nº 8.429/92) do total de propinas pagas, esbarrando no teto de, aproximadamente, R\$ 4.000.000.000,00 de multa. Dessa forma, no caso concreto, acreditamos que o critério estabelecido pela Lei nº 12.846/2013 acaba impondo penas mais graves do que as que seriam calculadas a partir da Lei nº 8.429/92.

Outrossim, apesar do cálculo técnico fornecido pela Lei nº 12.846/2013 apontar para a multa de 4% sobre o faturamento, esclarecemos que o processo de negociação da multa de um acordo de leniência envolve outras variáveis, como, por exemplo, a definição da capacidade de pagamento do grupo econômico, a comparação com outros acordos firmados com outros grupos econômicos e a satisfação do anseio coletivo de efetiva punição econômica dos ilícitos praticados.

Desde logo, esclareça-se que o intuito do membros ministeriais que negociaram o acordo de leniência foi garantir com que a multa prevista nesse acordo fosse arcada exclusivamente pela controladora das empresas do grupo econômico, ou seja, pela *holding* J&F Investimentos S.A.. Dessa forma, ficam protegidos os acionistas minoritários, como, por exemplo, a Caixa Econômica Federal e o BNDESPar. A colaboradora, por outro lado, não se negou a acolher tal demanda do Ministério Público Federal, mas demandou que a forma de pagamento da multa fosse compatível com sua capacidade de pagamento a partir dos dividendos que serão obtidos com suas empresas ao longo do prazo de eficácia do acordo.

Ressalte-se que a aceitação pela colaboradora da oneração exclusiva da controladora é um grande diferencial deste acordo de leniência, tendo por consequência um impacto muito mais pesado a ser suportado pelos controladores. Com isso, na prática, Joesley Batista, Wesley Batista e seu genitor suportarão pessoalmente por toda a multa definida no acordo de leniência, não deixando às empresas abertas (que contam com capital próprio de outros investidores institucionais ou não) o ônus de suportar pela sanção negociada. Deve-se aqui esclarecer também que, de acordo com a cláusula 16 do acordo de leniência, a multa ali prevista é, em verdade, uma multa híbrida, devendo ser entendida como um misto de “multa e valor mínimo de ressarcimento”. Ou seja, o valor negociado deve ser considerado, em parte, uma sanção civil contra os ilícitos e também um patamar mínimo de ressarcimento que a colaboradora deve garantir, respeitando-se, com isso, a norma do § 3º do art. 16 da Lei nº 12.846/2013, segundo a qual o

*“acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado”*. Dessa forma, as entidades eventualmente lesadas poderão livremente demandar valores superiores de reparação de danos contra as empresas controladas pela colaboradora. Eventualmente, caso essas demandas venham efetivamente a ocorrer, parte do que for pago pela colaboradora às entidades demandantes lesadas poderá ser abatido do valor devido por conta do acordo de leniência, de acordo com as regras dispostas na já mencionada cláusula 16.

Feito esse largo parênteses, voltamos a registrar que, para garantir um valor de multa com dimensão condizente com os ilícitos descritos nos anexos do acordo, fizemos também comparações com multas definidas noutros acordos. Colhemos, para esse fim, acordos já públicos que foram objeto de análise e discussão no âmbito da imprensa especializada. <sup>1</sup>Dessa forma, tomando os exemplos dos acordos firmados com Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, e o grupo econômico da Odebrecht (incluindo Odebrecht e Brasken), verificamos que as multas ali impostas representaram uma média de 35,33% do EBITDA das empresas e 5,63% do faturamento livre de impostos delas. Aplicando-se tais percentuais ao grupo econômico da colaboradora J&F Investimentos S.A., chegamos aos valores mencionados nas tabelas abaixo:

Tabela 1

Percentual médio por Ebitda de empresas lenientes	Ebitda 2015 das empresas da J&F	Ebitda 2016 das empresas da J&F	Valor da multa por média de Ebitda (2015)	Valor da multa por média de Ebitda (2016)
35,33%	R\$ 16.409.000.000,00	R\$ 15.202.000.000,00	R\$ 5.797.299.700,00	R\$ 5.370.866.600,00

Tabela 2

Percentual médio por faturamento de empresas lenientes	Faturamento livre de impostos 2016 das empresas da J&F	Valor da multa por média de faturamento (2016)
5,63%	R\$ 183.244.644.000,00	R\$ 10.316.673.500,00

A partir das tabelas acima, os membros ministeriais responsáveis pela investigação tomaram os números do faturamento livre de impostos de 2016 (por ser mais alto do que o de 2015) mas escolheram os números consolidado do EBITDA de 2015, por ser superior ao de 2016 (ou seja, as empresas tiveram em 2016 uma relação de lucro operacional por faturamento bem menor do que a verificada em 2015). Dessa forma, para fins de negociação, adotar os parâmetros do EBITDA de 2015 e do faturamento de 2016 era mais favorável ao Ministério Público Federal do que à parte colaboradora.

1. Cf. Valor Econômico: “E o melhor acordo de leniência vai para...”, 20.12.2016, disponível em: <<http://www.valor.com.br/valor-investe/casa-das-caldeiras/4814128/e-o-melhor-acordo-de-leniencia-vai-para>>. Data de acesso: 21.7.2017.

Mesclando os critérios de média de EBITDA e faturamento, a média

simples indicativa de multa ficaria em R\$ 8.056.986.600,00, o que representaria 4,39% do faturamento livre de impostos do grupo econômico em 2016, algo próximo do 4% sobre faturamento que se alcançaria aplicando os critérios de conta da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/2015. Por isso, a negociação empreendida pelo Ministério Público Federal tomou como “ponto médio ideal” o patamar do R\$ 8.000.000.000,00 (oito bilhões de reais); ou seja, esse seria um patamar adequado que os negociadores do Ministério Público Federal aceitariam (a depender das circunstâncias de negociação do acordo) como valor de multa e reparação mínima previstos no acordo de leniência. Em hipótese alguma consideravam os procuradores da República fechar o acordo por um valor inferior a R\$ 4.000.000.000,00, que seria o valor de multa aplicável caso se utilizasse o cálculo da Lei nº 8.429/92 (considerando, repita-se, que os anexos do acordo de leniência não registram prejuízos além do próprio pagamento de vantagens indevidas).

A partir dos dados acima, uma leitura estratégica da negociação pode ser resumida da seguinte forma: o ponto médio no debate sobre o valor do acordo ficava em torno dos R\$ 8.000.000.000,00 (segundo a leitura dos negociadores do MPF, pois a empresa, ao começo, acreditava que conseguiria fechar o acordo com uma multa perto de um bilhão de reais). A base mais próxima ao interesse da empresa ficava em, grosso modo, R\$ 4.000.000.000,00, sendo que o patamar R\$ 5.800.000.000,00 (cálculo de média a partir do EBITDA mais favorável de 2015) seria um segundo piso de resistência (mais uma vez, segundo a visão dos membros ministeriais). A base mais alta a ser obtida no acordo ficava na faixa dos R\$ 10.300.000.000,00. Isso quer dizer que: (i) quanto mais próximo dos R\$ 4.000.000.000,00, maior teria sido o “sucesso” da técnica negocial empreendida pela colaboradora; (ii) quanto mais próximo dos R\$ 10.300.000.000,00, maior seria o grau de “sucesso” da técnica negocial do MPF para obter a maior multa possível; (iii) quanto mais próxima a multa da linha de R\$ 7.300.000.000,00 (4% de multa sobre o faturamento), mais “equilibrado”, em termos negociais, seria o resultado da discussão entre MPF e grupo econômico colaborador.

Abaixo, expomos tabela que reflete, segundo a visão deste membro signatário, as faixas de possíveis multas que poderiam ser negociadas com a colaboradora:

Tabela 3

Faixa de multa	Avaliação do cenário
Abaixo de R\$ 4 bilhões	Cenário inaceitável para o MPF
Entre R\$ 4 bilhões e R\$ 5,8 bilhões	Cenário favorável à colaboradora
Entre R\$ 5,8 bilhões e R\$ 7,3 bilhões	Cenário equilibrado levemente favorável à colaboradora
Entre 7,3 bilhões e R\$ 8 bilhões	Cenário equilibrado
Entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10,3 bilhões	Cenário favorável ao MPF e desfavorável à colaboradora
Acima de R\$ 10,3 bilhões	Cenário provavelmente inaceitável para a colaboradora

A primeira proposta de multa feita pelo Ministério Público Federal foi

comunicada à empresa no dia 18 de março de 2017. O valor da proposta foi de R\$ 11.169.000.000,00, a serem pagos em 10 anos, com reajuste pelo IPCA (mesmo índice previsto no acordo de colaboração premiada). Nesse mesmo dia, a colaboradora havia proposto, como multa, o valor de R\$ 700.000.000,00, subindo para R\$ 1.000.000.000,00 e logo, para R\$ 1.400.000.000,00 no dia seguinte. Considerando o impasse e que a proposta do MPF era válida somente até a meia-noite do dia 19 para o dia 20 de março, as negociações foram provisoriamente suspensas, sendo retomadas somente na semana seguinte.

Na sequência da retomada do acordo de leniência, considerando que já não valia mais a proposta anterior (de R\$ 11,169 bilhões), o MPF fez proposta com valor ainda superior: R\$ 11,3 bilhões. A empresa, por outro lado, propôs multa de R\$ 4.000.000.000. Não houve consenso.

No dia 25 de maio de 2017, a empresa aumentou sua proposta para R\$ 8.000.000.000,00, a serem corrigidos pela TR e pagos em 30 anos. O MPF novamente recusou a proposta. Três dias após, o MPF ofertou a multa de R\$ 10,997 bilhões, a ser paga em 13 anos, com correção pela SELIC. A colaboradora rejeitou a proposta.

Registre-se que, diferente da proposta realizada no dia 18 de maio, que previa uma multa de R\$ 11,169 bilhões e correção pelo IPCA, a proposta do dia 25 de maio inseriu a correção pela SELIC motivada por estratégia negocial. Explicamos. Conforme já mencionamos anteriormente, igualmente ao que estava previsto no acordo de colaboração premiada, a primeira proposta do MPF na discussão do acordo de leniência previa a atualização pelo IPCA dentro da ideia de que a multa a ser paga deve manter seu valor monetário, mas não necessariamente gerar lucro (rentabilidade) ao Poder Público. Ocorre que, nas propostas sucessivas que foram apresentadas pela empresa, esta pleiteava o reajuste pela TR, que vem a ser índice de menor valor em comparação com o IPCA. Dessa forma, a fim de garantir o IPCA como consenso, entenderam os membros negociados do MPF defender, na proposta do dia 28 de maio, o índice da SELIC. Tal estratégia reforçou, efetivamente, a garantia do IPCA (um “ponto médio” entre a TR e a SELIC) como índice final no acerto do acordo de leniência.

Considerando que a proposta do MPF do dia 28 de maio foi recusada pela empresa, novas reuniões foram realizadas até que, no dia 31 de maio, foram fechadas as condições gerais da multa prevista no acordo, o qual somente foi formalmente assinado no dia 5 de junho de 2017. O valor total acordado, conforme é público, foi de R\$ 10.300.000.000,00, a serem pagos em 25 anos e com correção pelo IPCA (ou seja, dentro da faixa máxima descrita na tabela 3 deste despacho). A multa será arcada exclusivamente pela controladora das empresas do grupo econômico, ou seja, pela *holding* J&F Investimentos S.A.. Com efeito, o valor firmado representa 5,62% do faturamento registrado pelas empresas da *holding* no ano de 2016, excluídos os impostos. Representa, outrossim, 62,77% por cento do EBITDA do grupo econômico em 2015.

Para garantir o fechamento do acordo pelo valor almejado como meta pelo MPF, foi necessário avaliar a capacidade de pagamento da *holding* (considerando que será esta, e não as empresas, quem arcará com o ônus do

pagamento) e assim aumentar o prazo de pagamento, a fim de que, mesmo em cenários conservadores de queda de faturamento ou aumento de custo financeiro, fosse factível o pagamento da multa exclusivamente pela *holding* controladora. Nesse cálculo, já se avaliou que a colaboradora teria que se desfazer de parte de seus ativos para diminuir o endividamento de suas empresas (especialmente de curto prazo). Portanto, o cálculo da capacidade de pagamento tomou por base os prováveis dividendos em cenários conservadores que serão obtidos, principalmente, a partir da JBS S.A.. Dessa forma, avaliou-se que o prazo de 25 anos seria adequado para garantir tal pagamento.

Outro ponto que foi importante para convencer a colaboradora a aceitar o valor de R\$ 10,3 bilhões foi a previsão, no acordo, de regras de abatimento do valor para evitar punições em duplicidade. Dessa forma, foi estabelecido nos parágrafos 3º a 7º da cláusula 16 o seguinte:

§ 3º. Em caso de, no prazo mencionado nesta cláusula, em razão dos fatos narrados nos Anexos do presente **Acordo**, a **COLABORADORA** realizar o pagamento de outras multas e ressarcimentos em favor das entidades mencionadas nos incisos desta cláusula, poderão ser abatidos os valores efetivamente pagos até o limite de 80% (oitenta por cento) do *quantum* devido à entidade que recebeu tais multas e ressarcimentos, não sendo cabível o direito de restituição em caso de pagamento superior a tal limite.

§ 4º. Caso a **COLABORADORA** ou quaisquer de suas empresas controladas decidam entabular outros acordos de leniência ou similares fora do país, tendo por base fatos correlacionados com os constantes nos anexos do presente **Acordo**, não poderão a **COLABORADORA** e suas empresas controladas pactuar multas e ressarcimentos em valores superiores ao mencionado no *caput* desta cláusula, sob pena de rescisão do presente **Acordo**, ou de seu necessário aditamento.

§ 5º. Eventuais multas tributárias (excluídos juros e multas moratórias), administrativas e penais pagas, ao longo dos 25 (vinte e cinco) anos previstos nesta cláusula, em razão dos fatos constantes nos anexos deste **Acordo**, poderão ser deduzidas da parcela de valores devida à União (inciso II), até o limite de 80% estabelecido no § 3º desta cláusula, sem direito de restituição, caso já tenha havido o pagamento integral da parcela devida à União prevista neste **Acordo**.

§ 6º. Eventuais multas pagas por pessoas físicas vinculadas à **COLABORADORA** em razão de acordos de colaboração premiada, transações penais ou suspensões condicionais do processo que alcancem os mesmos anexos deste acordo de leniência, ao longo dos 25 (vinte e cinco) anos previstos nesta cláusula, poderão também ser deduzidas da parcela de multa devida à União (inciso II), respeitado o limite percentual do parágrafo anterior.

§ 7º. Eventuais saldos de contas bancárias repatriados em favor da União Federal por força deste **Acordo**, e com fundamentos nos anexos deste **Acordo**, poderão ser deduzidos da parcela devida à União (inciso II desta cláusula).

Quanto à destinação da multa, orientamo-nos pelo art. 24 da Lei Anticorrupção, segundo o qual a “*multa e o perdimento de bens, direitos ou valores aplicados com fundamento nesta Lei serão destinados preferencialmente aos órgãos ou entidades públicas lesadas*”. Dessa forma, tomando em consideração os fatos narrados nos anexos da colaboração/leniência, chegamos à divisão seguinte, prevista na cláusula 16 do acordo:

**Cláusula 16.** Em razão dos ilícitos mencionados nos anexos do presente Acordo, a **COLABORADORA** deverá pagar, exclusivamente por sua *holding* J&F Investimentos S/A, a título de multa e valor mínimo de ressarcimento, no prazo de 25 (vinte e cinco) anos, o total de R\$ 10.300.000.000,00 (dez bilhões e trezentos milhões de reais), devendo tal valor ser destinado às entidades lesadas da seguinte forma:

I – O montante de R\$ 1.750.000.000,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta milhões de reais) deverá ser destinado ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social);

II – O montante de R\$ 1.750.000.000,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta milhões de reais) deverá ser destinado à União, por meio do pagamento de Guia de Recolhimento (GRU) com código apropriado;

III – O montante de R\$ 1.750.000.000,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta milhões de reais) deverá ser destinado à FUNCEF (Fundação dos Economistas Federais);

IV – O montante de R\$ 1.750.000.000,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta milhões de reais) deverá ser destinado à PETROS (Fundação Petrobras de Seguridade Social);

V – O montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) deverá ser destinado à Caixa Econômica Federal;

VI – O montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) deverá ser destinado ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço);

VII – O montante de R\$ 2.300.000.000,00 (dois bilhões e trezentos milhões de reais) será adimplido por meio da execução de projetos sociais, em áreas temáticas relacionadas em apêndice deste Acordo.

Conforme observado, do total de 10,3 bilhões de reais estabelecidos no acordo, 3,5 bilhões de reais serão aproveitados no equacionamento dos déficits acumulados de PETROS e FUNCEF, em benefício de centenas de milhares de participantes, aposentados e pensionistas desses dois Fundos de Pensão. Trata-se de um retorno coletivo/social bastante palpável do acordo.

Conforme está expresso no *caput* da cláusula 16 do acordo e já mencionamos neste despacho, os valores aqui previstos devem ser entendidos como “*multa e ressarcimento mínimo*”, ou seja, um patamar mínimo de multa e ressarcimento que deve ser pago pela colaboradora. Dessa forma, nada impede que a colaboradora venha a ser demandada, pelos mesmos fatos abarcados pelos anexos do acordo, a fim de reparar valores maiores ao que estão dispostos no acordo (em respeito, inclusive, ao art. 16, § 3º, da Lei Anticorrupção). Porém, segundo entende este órgão ministerial, os valores são, para os fatos constantes nos anexos, suficientes para a punição e ressarcimento das entidades lesadas. Outrossim, ainda que essas ou outras entidades venham a demandar (legitimamente, pois permanece tal faculdade de agir) ressarcimentos superiores em face das empresas da colaboradora, tais demandas legítimas não terão por consequência a imposição de sanções como a proibição de contratação do Poder Público, a limitação de financiamentos ou a colocação da empresa em lista negativas, pois tais sanções são incompatíveis com a posição das empresas como colaboradoras do MPF.

A faculdade das entidades lesadas demandarem ressarcimentos superiores em face da colaboradora, além de decorrer do que dispõe o *caput* da cláusula 16, também está expressamente reconhecida no § 11 da mesma cláusula, segundo o qual o “*disposto no presente Acordo, especialmente na presente cláusula, não impede eventuais entidades lesadas de pleitearem, em juízo ou*

*arbitragem, outros ressarcimentos que considerem devidos, devendo-se respeitar, em todo caso, a regra de abatimento prevista no parágrafos 3º e 5º desta cláusula”.*

Essa reserva que fizemos quanto à possibilidade de reparações superiores a 10,3 bilhões de reais, além de ser condizente com o que determina a legislação, também é bastante lógica, já que existem fatos conexos aos narrados nos anexos que estão ainda sob investigação, o que pode permitir com que entidades venham a defender a necessidade de complementações na reparação, sendo hoje muito cedo para afirmar, com certeza matemática, o valor exato dos prejuízos causados pelos fatos narrados nos anexos.

O pagamento a ser realizado em favor das entidades mencionadas no incisos I a VI da cláusula 16 deve ser realizado diretamente em contas dessas próprias entidades. Privilegiou-se essa solução (em vez de pagamento em conta indicada pelo MPF ou pela Justiça Federal) a fim de evitar burocracias desnecessárias e enfatizar que o benefício deve ser das entidades beneficiadas. Por outro lado, o histórico e os comprovantes dos pagamentos devem ser consolidados pela colaboradora em relatórios trimestrais sobre a execução do acordo de leniência, conforme estabelece a cláusula 15, XIX.

Uma das novidades trazidas pelo acordo de leniência em tela foi a previsão da execução (diretamente ou por meio de parcerias), pela colaboradora, de projetos sociais, que deverão ser executados durante os próximos 25 anos até alcançar o total, em despesas, de R\$ 2.300.000.000,00 (reajustado pelo IPCA). Tal obrigação decorre do dever da colaboradora de reparar danos sociais, gerados à coletividade das pessoas residentes no Brasil. A ideia central aqui é a de que tal obrigação é propriamente uma “obrigação de fazer”, não uma “obrigação de dar”, ou seja, mais do que pagar por projetos sociais, a colaboradora deve ajudar a conceber (ou escolher) e executar tais projetos, utilizando, eventualmente, de parceiras na sociedade civil para o alcance do máximo benefício à coletividade. Por meio de tais projetos, a colaboradora deverá gerar embriões de desenvolvimento social e humano em diversas áreas, realizando, preferencialmente, atividades que tenham não somente alto impacto social, mas também alto grau de reprodutibilidade, ou seja, que possam ser reproduzidos, no futuro, por outras entidades governamentais ou não-governamentais, maximizando, dessa forma, o legado dos projetos.

Os projetos sociais deverão ser acompanhados por auditoria independente, na forma do que dispõe o § 12 da cláusula 16, segundo o qual a *“execução dos projetos sociais mencionados no inciso VII desta cláusula será objeto de auditoria independente específica, que terá por objeto tanto a correta execução dos recursos quanto a avaliação dos impactos sociais dos projetos, consolidando os resultados da auditoria por meio de relatórios anuais que serão entregues, para fins de controle, ao **Ministério Público Federal**, que dará, por sua vez, ampla publicidade a tais relatórios”*. De acordo com o § 13 da mesma cláusula, a própria sociedade civil poderá acompanhar e fiscalizar a concepção e execução dos projetos, já que a *“**COLABORADORA** deverá realizar a devida publicidade ativa dos projetos sociais mencionados no inciso VII desta cláusula, vinculando, em tal publicidade, a existência do presente **Acordo com o Ministério Público Federal**”*.

Ainda que o texto do acordo de leniência não seja explícito, acordou-se com a colaboradora que a concepção, escolha e/ou execução dos projetos sociais

serão decididos por um comitê independente formado por expertos especializados em projetos sociais. Dessa forma, deixamos claro que não competirá ao MPF escolher os projetos individualizados. Simplesmente compete ao MPF escolher as temáticas em que estão autorizados os projetos sociais e, ao fim, fiscalizar sua execução.

Os temas que, até agora, estão autorizados pelo MPF como elegíveis para os projetos sociais são os listados na tabela seguinte:

	<b>Temas autorizados para projetos sociais</b>
1	Educação em direitos humanos, cidadania e prevenção à corrupção
2	Apoio a atividades de controle social e transparência das contas públicas
3	Ensino e reforço individualizado em língua portuguesa, línguas estrangeiras, matemática, computação e tecnologia
4	Formação de empreendedores em comunidades carentes
5	Apoio a palestras, workshops e cursos profissionalizantes gratuitos para pessoas de baixa renda
6	Apoio a palestras, workshops e cursos profissionalizantes gratuitos para membros de comunidades indígenas, quilombolas ou tradicionais
7	Bolsas de estudo e pesquisa para alunos pobres de alto desempenho
8	Bolsas de estudo e pesquisa para alunos que sejam membros de comunidades indígenas, quilombolas ou tradicionais
9	Apoio à produção cultural e artística de comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais
10	Pesquisa e conservação do patrimônio cultural, histórico e arqueológico brasileiro
11	Educação à distância voltada a crianças e adolescentes de baixa renda
12	Apoio de infraestrutura e gestão a escolas de ensino fundamental e médio em áreas rurais, garantindo também o apoio de ferramentas tecnológicas e a interação dos alunos com o meio ambiente e o campo
13	Apoio de infraestrutura e gestão a creches voltadas à população de baixa renda
14	Reforma e ampliação de escolas públicas
15	Criação e ampliação de laboratórios de ciências e tecnologia em escolas da rede pública de ensino
16	Construção e manutenção de bibliotecas públicas em áreas carentes
17	Apoio a cursos preparatórios para vestibulares e o ENEM, dirigidos a pessoas de baixa renda
18	Fomento à difusão de olimpíadas municipais, regionais, estaduais e nacionais de matemática, língua portuguesa, tecnologia e ciências em todas as séries dos ensinos fundamental e médio, com foco em estudantes da rede pública de ensino



19	Programas de reinserção no ensino de alunos vitimados pela evasão escolar
20	Criação e manutenção de programas de incentivo, bolsas, capacitação e premiação de professores da rede pública de ensino com alto desempenho
21	Apoio a programas de incentivo à leitura com foco em estudantes da rede pública de ensino
22	Fomento de programas de alfabetização na primeira infância, com foco em famílias de baixa renda
23	Apoio a atividades culturais, artísticas, musicais e esportivas em comunidades carentes
24	Fomento à constituição e ampliação de redes de apoio psicológico, <i>coaching</i> e orientação profissional para adolescentes e jovens de baixa renda
25	Valorização de conhecimentos tradicionais
26	Recuperação de matas ciliares e formação de corredores ecológicos
27	Recuperação de rios e nascentes
28	Pesquisas para a cura do câncer
29	Combate a doenças tropicais
30	Tratamento de água e dejetos em comunidades carentes
31	Apoio de infraestrutura e gestão em unidades de saúde voltadas à população de baixa renda
32	Apoio de infraestrutura e gestão em unidades de saúde voltadas a comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais
33	Pesquisas com células-tronco para a reabilitação física de pessoas portadoras de incapacidade
34	Apoio a centros de apoio religioso, espiritual e/ou psicológico em unidades prisionais
35	Apoio à inserção ou reinserção de presos e ex-presos no mercado laboral
36	Apoio a programas de apadrinhamento afetivo de crianças e adolescentes carentes, bem como projetos similares de criação de vínculos afetivos com idosos desprovidos de suporte familiar
37	Construção de unidades hospitalares e de saúde voltadas à população de baixa renda
38	Apoio de gestão a unidades hospitalares e de saúde voltadas à população de baixa renda
39	Apoio a pesquisas sobre terapias de saúde de baixo custo
40	Apoio a pesquisas sobre a integração do meio ambiente com unidades de ensino e saúde
41	Apoio a campanhas educativas contra a compra de votos e todas as formas de corrupção eleitoral
42	Apoio, formação e desenvolvimento de empreendedores sociais

43	Apoio à criação, expansão e manutenção de bancos de sementes crioulas
44	Pesquisa sobre fontes proteicas alternativas de baixo custo para a alimentação de populações abaixo da linha da pobreza
45	Construção de abrigos e formação de rede de apoio para moradores de rua e pessoas sem teto
46	Apoio a atividades culturais, artísticas, esportivas e educativas para pessoas em tratamento contra a dependência química
47	Captação de energia solar para o provimento de energia elétrica em comunidades isoladas
48	Inclusão digital e formação de redes de dados <i>wi-fi</i> em comunidades carentes
49	Outros projetos sociais em temas autorizados pelo Ministério Público Federal

É importante ressaltar que, não obstante o pagamento da multa e ressarcimento mínimo e o estabelecimento dos projetos sociais, o compromisso mais importante da colaboradora é dar um “salto de integridade”, ou seja, elevar seu patamar de respeito às leis, à ética, à responsabilidade social, à governança corporativa e às normas vigentes no país, deixando de promover ilícitos e injustiças para passar a auxiliar na repressão desses ilícitos. Tal salto tanto interessa à sociedade e ao mercado brasileiro como também aos próprios acionistas das empresas

I – Apresentar descrição suplementar detalhada dos fatos mencionados nos Anexos deste **Acordo**, identificando, em particular, os participantes das infrações e ilícitos de que a **COLABORADORA**, ou empresas de seu grupo econômico, tenha participado ou tenha conhecimento, inclusive agentes políticos, funcionários públicos (incluindo os temporários), sócios, diretores e funcionários de outras empresas que estiveram envolvidos, descrevendo os papéis dos agentes envolvidos e detalhando o envolvimento da **COLABORADORA**, empresas de seu grupo econômico, e seus **Prepostos** de qualquer espécie;

II – Apresentar documentos, informações e outros materiais relevantes e suplementares descobertos após a celebração deste **Acordo**, inclusive os que sejam descobertos por meio de investigação interna ou por qualquer outra forma (fortuita ou não), sobre os quais a **COLABORADORA** e empresas do grupo econômico detenham a posse, custódia, controle ou acesso, que constatem os fatos narrados nos Anexos a este **Acordo de Leniência**, ou indicar a pessoa que os custodie ou o local onde possam ser encontrados, caso não estejam na sua posse, custódia, controle ou acesso;

III – Apresentar relatórios para cada fato ilícito identificado nos termos da Cláusula 5ª acima, os quais deverão compreender a narrativa detalhada das condutas e a consolidação de todas as provas relacionadas a cada fato, englobando as provas documentais colhidas no âmbito de investigações internas, as provas colhidas na investigação oficial a que tenham acesso e, na medida de seu alcance, depoimentos de **Aderentes** ou de **Prepostos** relacionados aos ilícitos que são objeto deste **Acordo** prestados em outros procedimentos;

IV – Apresentar quaisquer outras informações, documentos ou materiais relevantes relacionados aos fatos narrados nos anexos a este **Acordo de Leniência**, ou que venham a ser revelados na investigação interna, de que

a **COLABORADORA** e empresas do grupo econômico detenham a posse, custódia ou controle, sempre que solicitado pelo Ministério Público Federal, desde que preservado o privilégio da relação advogado-cliente;

V – Prestar ao **Ministério Público Federal** todas as informações de que as empresas de seu grupo econômico dispuserem ou puderem obter para esclarecer os dados encontráveis em sistemas eletrônicos e bases de dados eletrônicos.

VI – A agir diligentemente, no curso das investigações internas, para que os **Prepostos** que detenham documentos, informações ou materiais relevantes relacionados aos fatos narrados nos anexos a este **Acordo de Leniência** venham a aderir ao presente, entregando tais materiais às autoridades mencionadas;

VII – A cessar completamente, por si ou por empresas de seu grupo econômico, seu envolvimento nos fatos narrados nos Anexos a este **Acordo de Leniência** e com qualquer atividade criminosa prevista na cláusula 5º, II, deste **Acordo**, especialmente ilícitos eleitorais, infrações contra o sistema financeiro nacional, contra a ordem econômica e tributária, de corrupção, contra a Administração Pública, contra a saúde pública, contra as relações de consumo, lavagem de dinheiro e formação de organização criminosa;

VIII – Sempre que a **COLABORADORA** e/ou seus **Aderentes** forem solicitados a comparecer pelas autoridades mencionadas, mediante prévia e escrita intimação, a qualquer ato, procedimento ou processo judicial ou extrajudicial, a arcar com as despesas com esse comparecimento e a se abster de aplicar sanções trabalhistas àqueles que colaboraram ou vierem a colaborar;

IX – A comunicar ao ofício ou instância com atribuição do Ministério Público Federal, bem como a todos os membros do Ministério Público que adiram a este **Acordo de Leniência**, toda e qualquer alteração dos dados constantes deste instrumento;

X – A portar-se com honestidade, lealdade e boa-fé durante o cumprimento dessas obrigações;

XI – A aprimorar programa de integridade nos termos do Artigo 41 e 42 do Decreto 8.420/2015, em atenção às melhores práticas, a ser iniciado no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do presente **Acordo de Leniência**, cabendo à **COLABORADORA** apresentar ao **Ministério Público Federal** o cronograma de implantação do programa no prazo de 180 (cento e oitenta) dias;

XII – A partir da homologação do presente **Acordo**, a envidar seus melhores esforços para implantar as demais ações e medidas condizentes com as normas do padrão ISO 19600, e ISO 37001 (sistema de gestão antissuborno), quando disponível, executando tais ações e medidas em todas as empresas controladas pela *holding* **J&F Investimentos S.A.**;

XIII – A partir da homologação do presente **Acordo**, a pagar em seu nome, e de todos os **Aderentes**, em decorrência das infrações e ilícitos narrados nos anexos a este **Acordo de Leniência**, o valor de que trata a Cláusula 16ª;

XIV – No prazo de 180 (cento e oitenta) contados a partir da homologação do presente **Acordo**, a apresentar ao **Ministério Público Federal** a identificação das empresas e contas bancárias no exterior utilizadas em conexão com os fatos ilícitos revelados neste **Acordo** e respectivos saldos, bem como a apresentar, mediante demanda, extratos e documentos das operações;

XV – A renunciar em benefício de autoridades nacionais, de acordo com formulários ou termos específicos a serem apresentados pelo **Ministério Público Federal**, aos valores depositados nas contas de que trata o inciso anterior ou que venham a ser posteriormente identificadas, que sejam de titularidade da **COLABORADORA** ou de empresas de seu grupo econômico, direta ou indiretamente, fornecendo todos os documentos e autorizações necessárias para tanto, inclusive documentos societários das empresas constituídas no exterior e autorização para liquidação dos

respectivos investimentos, sendo certo que tal renúncia não se estenderá a recursos de origem lícita;

XVI – No prazo de 90 (noventa) dias a contar da homologação deste **Acordo**, a apresentar ao **Ministério Público Federal**: **a)** uma lista consolidada de cada uma das doações eleitorais feitas pela **COLABORADORA** e suas controladas nos últimos 16 (dezesesseis) anos, com a indicação mínima de valor, data, beneficiário e autorizador do pagamento, devendo indicar eventual indisponibilidade desses dados; **b)** uma lista consolidada com todos os beneficiários de pagamentos de vantagens indevidas que tenham atualmente prerrogativa de foro por função.

XVII – A partir da homologação do presente **Acordo** e após o fim do período de sigilo, a **COLABORADORA** deverá prestar auxílio, por meio da prestação de informações, documentos e depoimentos complementares de seus responsáveis e prepostos, a todas as instituições indicadas pelo **Ministério Público Federal** que cooperem com este no bojo das Operações Greenfield, Sépsis, Cui Bono (Lava Jato) e Carne Fraca, ficando também o **Ministério Público Federal** autorizado, desde já, a compartilhar provas com tais instituições;

XVIII – A **COLABORADORA** compromete-se a adimplir integralmente todas as dívidas e obrigações assumidas com os entes federativos, suas autarquias, fundações e quaisquer entidades ou bancos estatais vinculados à União, incluídos os débitos perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Instituto Nacional do Seguro Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, ressalvada a possibilidade de discussão jurídica dos referidos débitos;

XIX – A partir da homologação do presente **Acordo**, a apresentar relatórios trimestrais resumidos ao **Ministério Público Federal** sobre o cumprimento das obrigações previstas neste **Acordo**;

XX – A **COLABORADORA** compromete-se a conduzir investigação interna com duração de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser o prazo prorrogado em comum acordo com o **Ministério Público Federal**. A investigação implicará a revisão da documentação eletrônica e física, bem como entrevista de pessoas relevantes ligadas aos relatados nos Anexos, no âmbito da **COLABORADORA**, seguindo melhores práticas internacionais, com o escopo de verificar eventual existência de documentos ou elementos probatórios adicionais de corroboração dos fatos já narrados;

XXI – A **COLABORADORA** compromete-se a contratar auditoria independente, conforme as melhores práticas internacionais, que deverá realizar o controle do acompanhamento de todas as obrigações assumidas neste **Acordo**, incluindo o controle sobre a execução dos projetos sociais previstos na cláusula 16, devendo o resultado de tal auditoria e controle de acompanhamento serem consolidados em relatórios anuais;

XXII – Os resultados das auditorias e investigação interna referidas nos incisos XX e XXI serão reportados a um Comitê de Supervisão Independente, formado por 3 (três) membros independentes de reputação ilibada, que poderão ter seus nomes vetados pelo **Ministério Público Federal**, por meio de comunicação fundamentada;

XXIII – A **COLABORADORA** compromete-se a remover de todos os cargos diretivos e de conselho das companhias abertas o Sr. Joesley Mendonça Batista e a não reconduzi-lo a tais cargos por um período de 5 (cinco) anos.

Uma obrigação essencial da colaboradora é, justamente, o auxílio na produção de prova em favor do MPF e das instituições parceiras. Nesse sentido, foi prevista a realização de investigações internas nas empresas das colaboradoras. Outrossim, também foi previsto, com o aditamento ao acordo de leniência, que as instituições que colaboram com as investigações do MPF possam vir a firmar termos de adesão institucional, por meio dos quais poderão não somente ter acesso às provas produzidas a partir da colaboração premiada, como também poderão solicitar

auxílio direto da colaboradora em suas próprias apurações. Dessa forma, o acordo de leniência deverá propiciar não somente mais elementos para as investigações criminais como também propiciará instrumentos probatórios para as apurações administrativas e internas de diversas instituições, como a PREVIC, o TCU, a CGU, a CVM, a Receita Federal, a CEF, a PETROBRAS, os Fundos de Pensão etc..

O tratamento dos fatos apurados a partir das investigações internas seguirá o quanto determina a cláusula 14 do acordo. Vejamo-la:

**Cláusula 14.** Os fatos e condutas ilícitas que venham a ser apurados por meio da investigação interna promovida pela **COLABORADORA** serão apresentados ao Ministério Público Federal, obedecendo o disposto nas cláusulas anteriores, bem como:

I – em relação aos fatos e condutas ilícitas que guardem relação com os fatos abrangidos nos Anexos do presente **Acordo** e sejam de sua atribuição, o **Ministério Público Federal** avaliará de boa-fé sua inclusão neste Acordo, podendo negá-la em virtude da gravidade do fato e/ou culpabilidade da conduta, ou ainda pela constatação de sua sonegação dolosa por ocasião da celebração deste Acordo, observadas as demais cláusulas deste **Acordo**;

II – em relação aos fatos e condutas ilícitas que não guardem relação com os fatos abrangidos nos Anexos ao presente **Acordo** e/ou não sejam de sua atribuição, serão apresentados, sumariamente, pelo **Ministério Público Federal** ao membro do Ministério Público com atribuição para a investigação, aplicando-se no que couber o disposto na Cláusula 12.

O acordo prevê também a adesão de prepostos da colaboradora, que seguirá as regras previstas na cláusula 13, que aqui transcrevemos:

**Cláusula 13.** Poderão aderir ao presente **Acordo de Leniência**, por meio da assinatura de **Termo de Adesão de Preposto ao Acordo de Leniência**, e assim obter todos os benefícios de que trata este **Acordo**, especialmente os previstos nos incisos III a VII da cláusula 17, os **Prepostos** que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da homologação do **Acordo**, manifestem sua intenção de adesão, no limite dos fatos ilícitos por eles reconhecidos, observando-se:

I – em relação aos fatos e condutas que guardem relação com os fatos abrangidos nos Anexos ao presente **Acordo** e sejam de sua atribuição, o **Ministério Público Federal** avaliará de boa-fé sua inclusão, observadas as demais cláusulas deste **Acordo**;

II – em relação aos fatos e condutas que não guardem relação com os fatos abrangidos nos Anexos ao presente **Acordo** e/ou não sejam de sua atribuição, o **Ministério Público Federal** observará o disposto nas cláusulas anteriores deste Acordo;

III – que as leniências da **COLABORADORA** e de cada um dos **Aderentes** são independentes entre si, inclusive quanto à defesa técnica e conflito de interesses. **§ 1º.** Não importará em confissão quanto à matéria de fato, nem reconhecimento de ilicitude da conduta analisada, a proposta de adesão a este acordo de leniência rejeitada, da qual não se fará qualquer divulgação.

**§ 2º.** O **Termo de Adesão de Preposto ao Acordo de Leniência** deverá ser assinado pela pessoa física aderente em conjunto com seu advogado e, ao menos, um membro do **Ministério Público Federal**, e será homologado em juízo.

**§ 3º.** O **Termo de Adesão de Preposto ao Acordo de Leniência** deverá conter o resumo dos fatos ilícitos de responsabilidade do **Aderente** e a eventual aplicação de sanções penais a este.

**§ 4º.** Quando não for decidida a extensão de imunidade penal ao **Aderente**,

a critério do **Ministério Público**, deverá o **Termo de Adesão de Preposto ao Acordo de Leniência** prever, preferencialmente, penas restritivas de direitos, na forma do artigo 43 do Código Penal, hipótese em que será oferecida denúncia pelo **Ministério Público** após a homologação do Termo de Adesão.

É importante ainda registrar as declarações formalizadas pela colaboradora e aderentes na cláusula 18. Vejamos:

**Cláusula 18.** A **COLABORADORA** e/ou **Aderentes** declaram, sob as penas da lei – cada um em relação apenas às suas próprias obrigações e benefícios decorrentes deste **Acordo** – que:

I – As informações prestadas perante o **Ministério Público Federal** com relação a este **Acordo de Leniência** são verdadeiras e precisas,

II – Cessou seu envolvimento nos fatos ilícitos descritos nos anexos a este **Acordo**, assim como a **COLABORADORA** declara que tem poder para determinar e determinou que todas as empresas controladas cessassem seu envolvimento nos fatos ilícitos descritos nos anexos a este **Acordo**;

III – Estão cientes de que o descumprimento de qualquer das obrigações previstas neste **Acordo de Leniência** poderá resultar na perda dos benefícios previstos neste termo, observado o disposto no §1º da Cláusula 23;

IV – Estão cientes de que a prestação de quaisquer declarações ou informações falsas poderá ser considerada descumprimento do presente **Acordo de Leniência**, com a consequente perda dos benefícios previstos neste termo, observado o disposto no §1º da Cláusula 14, sem prejuízo das sanções penais em relação à falsa declaração;

V – Estão cientes de que os signatários que desistirem unilateralmente, no todo ou em parte, do presente **Acordo de Leniência** devidamente homologado, não farão jus aos benefícios aqui acordados, podendo as informações e documentos apresentados relativos aos fatos e condutas abrangidas neste **Acordo** ser utilizados inclusive para sua responsabilização cível e/ou criminal, em quaisquer procedimentos instaurados ou propostos pelas autoridades públicas que tenham por objeto quaisquer fatos apurados em decorrência deste **Acordo**;

VI – Estão cientes de que, em caso de descumprimento do **Acordo de Leniência** pela **COLABORADORA** e/ou **Aderentes**, as informações e documentos apresentados relativos aos fatos e condutas abrangidas neste **Acordo** poderão ser utilizados inclusive para sua responsabilização cível e/ou criminal em quaisquer procedimentos instaurados ou propostos pelas autoridades públicas que tenham por objeto quaisquer fatos mencionados neste **Acordo**;

VII – Estão cientes de que, aderindo ao presente **Acordo**, estarão obrigados a prestar declarações às autoridades competentes, acompanhados de seus advogados, com as obrigações aplicáveis a qualquer colaborador, especialmente a renúncia ao exercício do direito ao silêncio e não autoincriminação, nos limites da adesão e em relação ao objeto do presente **Acordo**.

**As hipóteses de rescisão do acordo de leniência estão previstas na cláusula 23 do acordo, aqui transcrita:**

**Cláusula 23.** O Acordo de Leniência poderá ser rescindido, a pedido do membro do Ministério Público com atribuição pela investigação e processo dos fatos e condutas ilícitas a que o descumprimento se referir, em relação apenas à **COLABORADORA** ou ao Aderente que o descumprir, nas seguintes hipóteses:

I – Se a **COLABORADORA** ou o **Aderente** descumprir as obrigações assumidas neste **Acordo**, aí incluídas as obrigações mencionadas nas

cláusulas 15 e 16, inclusive o não-pagamento dos valores previstos neste **Acordo**;

II – Se a **COLABORADORA** ou o **Aderente** sonegar dolosamente informações, fatos, provas e quaisquer documentos, que objetivamente sejam relevantes, ou mentirem em relação a fatos relevantes em apuração, em relação aos quais se obrigaram a cooperar, a critério do juízo competente;

III – Se a **COLABORADORA** ou o **Aderente** recusar-se a prestar qualquer informação relevante solicitada pelo Ministério Público de que tenham conhecimento e que deveriam revelar nos termos deste **Acordo**;

IV – Se a **COLABORADORA** ou o **Aderente** recusar-se a entregar documento ou prova solicitada pelo **Ministério Público** que tenha em seu poder ou sob a guarda de pessoa de suas relações ou ainda sujeito a sua autoridade ou influência, sobre fatos em relação aos quais se obrigou a cooperar, salvo se, diante da eventual impossibilidade de obtenção direta de tais documentos ou provas, indicar ao **Ministério Público** a pessoa que o guarda e/ou o local onde poderá ser obtido, para a adoção das providências cabíveis;

V – Se ficar provado que a **COLABORADORA** ou o **Aderente** sonegou, adulterou, ou destruiu, dolosamente, provas que tinha em seu poder ou sob sua disponibilidade e que deveria entregar ao **Ministério Público Federal** por força deste **Acordo**, salvo se: (i) em relação à **COLABORADORA**, este fato tiver ocorrido antes da assinatura do termo de confidencialidade precedente deste **Acordo** e tiver sido revelado em anexo específico existente na data de assinatura deste **Acordo** ou apresentado até o encerramento da investigação interna; ou (ii) em relação ao **Aderente**, este fato tiver ocorrido antes da assinatura do termo de confidencialidade precedente deste **Acordo** e tiver sido revelado em anexo da Adesão;

VI – Se qualquer **Aderente**, após a homologação judicial deste **Acordo**, vier a praticar crime doloso da mesma espécie daqueles narrados em seus depoimentos ou crimes previstos na cláusula 5ª, inciso II, deste **Acordo**.

VII – Se qualquer **Aderente** deste **Acordo de Leniência** fugir ou tentar furtar-se, por qualquer meio, à ação da Justiça Criminal;

VIII – Se o sigilo a respeito deste **Acordo de Leniência** for quebrado pela **COLABORADORA** ou **Aderentes**, ou por suas defesas técnicas;

IX – Se a **COLABORADORA** ou **Aderentes**, direta ou indiretamente, praticarem conduta incompatível com a vontade de colaborar ou impugnarem os termos deste **Acordo**, ressalvado o direito de recorrerem de decisões que não aplicarem as regras aqui previstas.

**§1º.** Os **Aderentes** e a **COLABORADORA** são, cada qual, individual e independentemente responsáveis pelas obrigações assumidas e pelas declarações feitas com relação ao **Acordo de Leniência**, e o descumprimento das obrigações e/ou qualquer declaração falsa por parte de um deles não implicará na responsabilidade ou descumprimento pelos demais, nem de qualquer modo afetará os direitos dos demais signatários deste termo.

**§2º.** Uma vez rescindido o **Acordo de Leniência** a pedido do membro do Ministério Público que tiver aderido a este **Acordo** e com atribuição pela investigação e processo dos fatos e condutas ilícitas a que o descumprimento se referir, em relação ao **Aderente** que o descumprir, ficará a critério de outros órgãos do Ministério Público avaliar se postularão a rescisão do **Acordo** em relação a outros fatos, pelo mesmo motivo e em relação à mesma pessoa.

É importante registrar também que o acordo de leniência não impede a alienação de ativos pela colaboradora. Pelo contrário, a alienação de parte dos ativos será necessária para manter a saúde financeira das empresas controladas pela colaboradora, garantindo, inclusive, o pagamento da multa e ressarcimento mínimo previstos neste acordo. Sobre esse ponto, foi disposto nas cláusulas 28 a 30

o seguinte:

#### **XXVIII – Alienação de Ativos**

**Cláusula 28.** Em caso de alienação de ativos pelo grupo econômico da **COLABORADORA**, incluindo bens, participações societárias ou cessões de posições contratuais, em condições compatíveis com o valor de mercado ou, quando indisponível, com o valor econômico do ativo, o **Ministério Público Federal** e o membro do Ministério Público aderente prestará, mediante solicitação da **COLABORADORA**, declarações a terceiros, formalizando o seu compromisso de não propor medidas indenizatórias ou sancionatórias contra os adquirentes dos ativos, pelos fatos ilícitos de qualquer natureza porventura constantes dos anexos.

#### **XXIX – Preservação da capacidade financeira da COLABORADORA**

**Cláusula 29.** A **COLABORADORA** e as empresas do grupo econômico deverão se certificar que a alienação de bens, direitos e participações de valor relevante, quando celebradas com outras empresas que possuam como sócios controladores ou que possuam participação relevante membros familiares ou sócios atuais que controlem a **COLABORADORA**, observem sempre o valor de mercado ou econômico segundo condições de mercado vigentes e aplicáveis aos respectivos ativos, entendido como o valor pelo qual uma parte não relacionada estivesse disposta a celebrar o negócio.

#### **XXX – Operações a valor de mercado**

**Cláusula 30.** A **COLABORADORA** se compromete, por si e pelas empresas de seu grupo econômico, a que, na celebração de negócios jurídicos envolvendo transferência de valores entre as próprias empresas do grupo econômico da **COLABORADORA**, incluindo a celebração de empréstimos, alugueis, compra e venda, e prestação de serviços, sejam sempre observadas condições de mercado vigentes e aplicáveis aos respectivos ativos, entendidas como o valor médio da operação caso fosse feita com parte não relacionada, ressalvadas as operações realizadas entre subsidiárias integralmente controladas pela **COLABORADORA**, desde que respeitados os limites da legislação aplicável.

A maior garantia de cumprimento integral do acordo de leniência, para o MPF, é justamente o fato de que a sobrevivência das empresas da colaboradora depende desse cumprimento. Sem embargo disso, entendeu-se por bem, na cláusula 31, estabelecer a seguinte garantia adicional:

**Cláusula 31.** Os **INTERVENIENTES GARANTIDORES** Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista assumem, na qualidade de fiadores e nos termos dos artigos 818 e 827 do Código Civil, as obrigações pecuniárias da **COLABORADORA**, nos termos e condições previstos neste Acordo de Leniência.

**§ 1º.** Os **INTERVENIENTES GARANTIDORES** firmarão, em 5 (cinco) dias após a assinatura do presente **Acordo, Termo de Fiança**, que conterà a assunção da obrigação fidejussória mencionada na presente cláusula.

**§ 2º.** Em caso de absoluto inadimplemento das obrigações previstas neste **Acordo**, e caso os **INTERVENIENTES GARANTIDORES** não arcarem com as dívidas vencidas no prazo de 90 (noventa) dias, proceder-se-á na forma do art. 4º, § 2º, da Lei n. 12.846/2013.

Em suma, estes são os esclarecimentos adicionais que levamos ao conhecimento da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Finalmente, considerando que os fatos e provas oferecidos pela colaboradora já foram levados a público, determino, considerando o interesse público de transparência e publicidade (vide cláusula 20 do Acordo) que, após a



homologação do acordo de leniência pela 5ªCCR, seja levantado o sigilo sobre o acordo de leniência e o procedimento administrativo de acompanhamento nº 1.16.000.001755/2017-62.

Brasília, 2 de agosto de 2017.

**ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES**

Procurador da República

**ANEXO C**

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO ACORDO DE LENIÊNCIA**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Força-Tarefa das Operações Greenfield, Sépsis e Cui Bono  
Operação Carne Fraca

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO ACORDO DE LENIÊNCIA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por meio dos Procuradores da República abaixo-assinados, com atribuição cível e criminal para a investigação e processamento de infrações penais e cíveis decorrentes dos fatos principais, conexos e correlatos revelados nas denominadas das Operações Greenfield, Sépsis, Cui Bono (Lava Jato) e Carne Fraca, bem como com atribuição para o presente ato fixada pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na forma do artigo 62, VI, da Lei Complementar 75/93 em atendimento à solicitação veiculada no ofício 79/GTLJ/PGR, de 20 de abril de 2017, de um lado, e a empresa **J&F Investimentos S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 00.350.763/0001-62 e, com sede na Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, São Paulo/SP, neste ato representada por seus representantes legais que esta subscrevem, doravante denominada **COLABORADORA**, de outro, formalizam o **Primeiro Aditamento ao Acordo de Leniência**, doravante designado "**Aditamento**", nos termos que seguem, objetivando regulamentar a adesão e o compartilhamento de informações e documentos com demais órgãos e entidades interessados no resultado da colaboração.

**I – Base Jurídica**

**Cláusula 1ª.** O presente **Aditamento** tem por fundamento a Cláusula 15, inciso VII, e Cláusula 20, § 3º, ambas do **Acordo de Leniência** celebrado aos 5 de junho de 2017 entre as partes.

**II – Procedimento para acesso e compartilhamento de informações e dados**

**Cláusula 2ª.** As partes ajustam que o acesso e o compartilhamento de informações e dados, em relação aos demais órgãos e entidades interessados no resultado da colaboração, será precedido da celebração de um **Termo de Adesão Institucional**, conforme modelo integrante do **Anexo** deste **Aditamento**, que passa a integrar o Apêndice 3 do **Acordo de Leniência** celebrado entre as partes.

**Parágrafo único.** Sempre que for celebrado um **Termo de Adesão Institucional**, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** dará ciência à **COLABORADORA**, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do documento.

**III – Ratificação das demais cláusulas**

**Cláusula 3ª.** Permanecem em vigor todas as demais cláusulas do **Acordo de Leniência**.

Brasília/DF, 11 de julho de 2017.

Pela **COLABORADORA**:

**FRANCISCO DE ASSIS E SILVA**  
J&F Investimentos S/A

**IGOR SANT'ANNA TAMASAUSKAS**  
Advogado – OAB nº 173.163/SP

Pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**:

**SARA MOREIRA DE SOUZA LEITE**  
Procuradora da República

**ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES**  
Procurador da República

**PAULO GOMES FERREIRA FILHO**  
Procurador da República

**MÁRCIO BARRA LIMA**  
Procurador Regional da República

**ANDREY BORGES DE MENDONÇA**  
Procurador da República

**ALEXANDRE MELZ NARDES**  
Procurador da República

Testemunhas:

**LEANDRO SANTOS DA COSTA**  
CPF 015.688.121-75

**RODRIGO CAUÊ ARALDI**  
PF 054.744.929-10

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Força-Tarefa das Operações Greenfield, Sépsis e Cui Bono  
Operação Carne Fraca

**ANEXO AO ADITAMENTO (Anexo III ao Acordo de Leniência)****MODELO DE TERMO DE ADESÃO INSTITUCIONAL**

ao Acordo de Leniência celebrado entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** e a empresa J&F Investimentos S/A, aos 5 de junho de 2017.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por meio dos Procuradores da República abaixoassinados, signatários do **Acordo de Leniência** com a empresa J&F Investimentos S/A, de um lado, e a (*órgão, entidade/empresa pública*), doravante a **INSTITUIÇÃO INTERESSADA**, de outro, tendo em vista a previsão das Cláusulas 15, VIII, e 20, § 3º, do referido **Acordo**, celebram o presente **Termo de Adesão Institucional** ao Acordo de Leniência (doravante **Termo de Adesão**), conforme os termos que seguem.

**I – Manifestação de interesse**

**Cláusula 1ª.** A **INSTITUIÇÃO INTERESSADA** manifesta seu legítimo interesse jurídico em acessar as informações e dados obtidos pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** em razão da colaboração obtida com a J&F Investimentos S/A, relacionado ao desempenho de suas atribuições constitucionais e, ou legais, visando à persecução e à reparação dos atos ilícitos revelados.

**II – Aceitação pelo MPF**

**Cláusula 2ª.** Restando demonstrado o legítimo interesse, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** reconhece o direito de acesso e autoriza o compartilhamento de informações e dados à **INSTITUIÇÃO INTERESSADA**, que será realizado mediante correspondência formal ou contato direto entre a **INSTITUIÇÃO INTERESSADA** e a **COLABORADORA**, dando-se sempre ciência, nesse último caso, ao **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**.

**Parágrafo único.** Ficam todos os responsáveis pela **INSTITUIÇÃO INTERESSADA** cientificados, no momento do recebimento de documentos e informações relativos ao **Acordo de Leniência**, acerca da plena observância da cláusula de sigilo (cláusula 20, § 3º, do **Acordo de Leniência**).

**III – Declaração de aceitação e anuência**

**Cláusula 3ª.** A **INSTITUIÇÃO INTERESSADA** declara, no presente ato, sua integral aceitação e anuência às demais cláusulas e condições do **Acordo de Leniência**, obrigando-se a respeitá-las.

**Parágrafo único.** A aceitação e anuência do **Acordo de Leniência** não impede a **INSTITUIÇÃO INTERESSADA** de pleitear eventuais ressarcimentos complementares contra a COLABORADA ou suas empresas controladas.

Brasília, XX de XXXXXXX de 201X.